



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BEATRIZ DÉBORA P. S. NASCIMENTO

**INFÂNCIA EM OCUPAÇÃO URBANA:
REFLEXÕES SOBRE RESILIÊNCIA**

MANAUS/AM

2019

BEATRIZ DÉBORA P. S. NASCIMENTO

**INFÂNCIA EM OCUPAÇÃO URBANA:
REFLEXÕES SOBRE RESILIÊNCIA**

Projeto apresentado ao programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de pesquisa Processos Psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio

MANAUS/AM

2019

N244i Nascimento, Beatriz Débora Pinheiro Santos
Infância em ocupação urbana : reflexões sobre resiliência /
Beatriz Débora Pinheiro Santos Nascimento. 2019
131 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. infância. 2. ocupação urbana. 3. resiliência. 4. contação de
estórias. I. Sampaio, Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

BEATRIZ DÉBORA P. S. NASCIMENTO

**INFÂNCIA EM OCUPAÇÃO URBANA:
REFLEXÕES SOBRE RESILIÊNCIA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia
como requisito para obtenção do título de mestre
em Psicologia, na Linha de pesquisa Processos
Psicossociais.

Aprovado em _____

Banca Examinadora:

Professora Dr^a. Claudia Regina Brandão Sampaio
Presidente da Banca – PPGPSI/UFAM

Professora Dr^a. Adinete Souza Mezzalira
Examinador/Membro – PPGPSI/UFAM

Professora Dr^a. Evelyn Lauria Noronha
Examinadora/Membro Externo – ENS/UEA

MANAUS/AM

2019

Aos meus pais, Paulo Sérgio e Dolores da Conceição (em Memória), irmãos, esposo e filhos: Lara e Daniel por tudo que representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que estiveram comigo nessa trajetória de mestrado, a Deus, que me sustentou com suas palavras de esperança e confiança.

Ao meu querido esposo, Saulo David, pelo auxílio e incentivo em todos os processos do mestrado, e pela sua contribuição nos cuidados paternos da nossa filha.

Aos meus irmãos queridos: Flávio Eduardo, Regiane Elisabeth e Dina Paula, que torcem por minhas vitórias.

Aos meus filhos, Lara Helena, minha pequena aventureira e Daniel Artur que mesmo ainda sendo gerado, tem acompanhado a finalização desta etapa.

A minha orientadora, professora Claudia Sampaio, pela leveza na sua maneira de agir, o que nos permite ver a vida acadêmica de forma mais prazerosa, e pelos sentidos que me desperta de compromisso com a profissão e a sociedade.

A equipe de pesquisa pelo auxílio nos encontros e transcrições dos dados: Maria Inah, Carla, Mariane e Larissa Albertino.

A todas as crianças da ocupação Alcir matos, que dividiram comigo suas histórias, lutas e sonhos.

A LAGARTA E A BORBOLETA (METAMORFOSE)

*Era uma vez...
Uma lagarta envergonhada,
Que pelo chão se rastejava,
E todo mundo debochava:
Que lagarta desengonçada,
Feia e maltratada!
Ninguém, dela, gostava,
As pessoas, ela, assustava.*

*Pobre Dona Lagarta...
Muito triste ficou,
E sentindo-se desprezada,
Em um casulo se fechou.*

*E assim...
Passaram-se os dias,
Ninguém, a sua falta, sentia,
Até que em belo cenário,
Enquanto o sol, a vida, aquecia,
E a rosa, o jardim, floria,
Em um galho pendurado,
O casulo se abria.*

*E uma linda borboleta,
De asas bem coloridas,
O casulo deixou,
Alegrando nossa vida.*

*E, todos viram o milagre,
Que a natureza preparou,
A feia e envergonhada lagarta,
Na borboleta se transformou.
Já não era desengonçada,
Mas, linda e cheia de graça,
E a todos superou.
Pois, não mais se rastejava,
Pelo contrário, voava,
O céu, enfim, conquistou.*

Vera Ribeiro Guedes

RESUMO

A resiliência é um constructo com muitas definições, de origens e ênfases diferentes, que se liga ao movimento ativo, na busca por romper a cadeia de repetições imobilizadoras instaurada pelas vivências dolorosas traumáticas. No eixo da reflexão sobre a exclusão social e dos processos subjetivos que envolvem a condição da vulnerabilidade socioeconômica, trago a questão da resiliência, com enfoque na infância vivida no contexto da luta pelo direito à moradia. Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os processos de resiliência de crianças que compartilham histórias de adversidades, em uma ocupação urbana de Manaus. Como objetivos específicos, estabeleci: conhecer a rotina das crianças na casa, comunidade local e demais lugares nos quais elas transitam e os recursos utilizados na vida diária para lidar com as adversidades; identificar as pessoas e instituições com as quais as crianças mantêm vínculos; interpretar os sentidos atribuídos pelas crianças às suas vivências relacionadas à moradia e a imagem que elas possuem de si. A pesquisa empregou metodologia qualitativa de cunho etnográfico, com utilização dos instrumentos: observação participante com registro em diário de campo; entrevista semiestruturada com roteiro previamente confeccionado para os pais ou cuidadores; e oficinas de contação de histórias com as crianças. Os participantes das oficinas variaram de 9 a 15 crianças, com idades entre 4 e 11 anos, por oficina, consentidas pelos pais ou cuidadores e 4 mães. Nesse contexto, a infância vista na ocupação urbana Alcir Matos é permeada por situações de adversidades, com problemas oriundos da pobreza e exclusão social, entretanto foram observados aspectos relacionados à resiliência utilizados pelas crianças da ocupação com intuito de lidar com as dificuldades apresentadas a elas no cotidiano. Entre eles estão: autonomia; criatividade e resolução de problemas; formação de vínculos afetivos e utilização das redes de apoio; sentidos de propósito e futuro; consciência; humor perante as intempéries; religiosidade, fé e espiritualidade; e o desejo de narrar suas histórias através do brincar, desenhos e jogos infantis.

Palavras chaves: Infância, Ocupações Urbanas, Resiliência, Contação de estórias.

ABSTRACT

Resilience is a construct with many definitions, of different origins and emphases, that is linked to the active movement, in the quest to break the chain of immobilizing repetitions established by the traumatic experiences of pain. In the axis of reflection on social exclusion and subjective processes that involve the condition of socioeconomic vulnerability, I bring the issue of resilience, focusing on a childhood lived in a context of fighting for the housing right. Thus, the present study has as general objective to understand the resilience processes of children who share stories of adversity, in an urban occupation of Manaus. As specific objectives, I established: to know the routine of the children in the house, local community and other places in which they transit and the resources used in daily life to deal with adversity; identify the persons and institutions with which children have links; to interpret the meanings attributed by the children to their experiences related to the dwelling and the image they have of themselves. The research used a qualitative ethnographic methodology, using the following tools: participatory observation with registration in field diary; semistructured interview with script prepared for parents or caregivers; and storytelling workshops with children. Participants in the survey varied from 9 to 15 children, aged 4 to 11 years, per workshop, with the consent of parents or caregivers, and 4 mothers. In this context, the childhood seen in the Alcir Matos urban occupation is permeated by situations of adversity, with problems arising from poverty and social exclusion, however, aspects related to the resilience used by the children from the occupation were observed in order to deal with the difficulties presented to them in their daily life. Among them are: autonomy; creativity and problem solving; formation of affective bonds and use of support networks; sense of purpose and future; consciousness; humor towards bad weather; religiosity, faith and spirituality; and the desire to tell their stories through drawings, children's activities and playing.

Keywords: Childhood, Urban Occupations, Resilience, Storytelling workshops.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cidade das luzes: Bairro Tarumã.....	54
Figura 2 - Cartazes de regras I.....	64
Figura 3 – Atividade infantil	66
Figura 4 – Cartazes com horários	66
Figura 5 – Cartazes com regras II	67
Figura 6 – Entrada da sala na ocupação	71
Figura 7 – O papel do irmão mais velho	72
Figura 8 – Identificação com a figura de comando	75
Figura 9 – Identificação com o lutador vencedor.....	76
Figura 10 - Descrição dos vínculos	84
Figura 11 – A fome como um vulcão.....	88
Figura 12 – Prédio feliz	89
Figura 13 –Atividade com colagem sobre moradia.....	91
Figura 14 -Moradia do dinossauro rex: a casa de João e Maria.....	92
Figura 15 – Moradia de Mickey: a casa de João e Maria.....	93
Figura 16 – Moradia da Branca de Neve: Casa da tia.....	93
Figura 17 – As Mãos de Deus sobre a família de capitão.....	97

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Nome dos participantes e idade.....	45
Quadro 2 - Distribuição de participantes e dados sociodemográficos.....	45
Quadro 3 - Sequência das estórias e as temáticas abordadas.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. NOTAS SOBRE A INFÂNCIA E SUA CONDIÇÃO SOCIAL	21
2.RESILIÊNCIA: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS, CRÍTICOS E TEÓRICOS	26
2.1 Bases epistemológicas da Resiliência	27
2.2 Resiliência: discussões críticas	33
2.2.1 Invulneráveis ou Resilientes?.....	33
2.2.2 Adaptação ou Superação?.....	34
2.2.3 Fatores de risco e situações de adversidade.....	35
2.3 Estratégias Resilientes	36
2.3.1 Narrativas das histórias de vida.....	37
2.3.2 Contexto Relacional.....	37
2.3.3 Vínculos e sentidos.....	39
2.3.4 Tutores	39
3. PERCURSO METODOLÓGICO	41
3.1 Participantes	44
3.2 Instrumentos para construção dos dados	47
3.3 Procedimentos de campo e Análise dos dados	50
3.4 Local	51
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO – OCUPAÇÃO ALCIR MATOS	53
4.1 Cidade das Luzes: o passado presente no contexto da Comunidade Alcir Matos	53
4.2 Transformações, conflitos e dados sociais da ocupação Alcir	56
4.3 Organização e convivência comunitária	63
5.ABRINDO AS PÁGINAS DAS HISTÓRIAS E ESTÓRIAS: OS ASPECTOS RESILIENTES E A POSSIBILIDADE DE METAMORFOSEAR	69
5.1. Autonomia: Liberdade para poder atuar	70
5.2. Criatividade e resolução de problemas	77
5.3 Formação de vínculos afetivos e utilização de redes de apoio	79
5.4 Sentidos de propósito e futuro	86
5.5 Consciência	89
5.6 Humor	94
5.7 Religiosidade, fé e espiritualidade	96

5.8 O brincar e os desenhos.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	
APÊNDICE A- Roteiro das oficinas de contação de estória.....	112
APÊNDICE B- Roteiro de entrevistas para os pais ou cuidadores.....	114
APÊNDICE C- Termo de consentimento livre e esclarecido para os responsáveis.....	116
APÊNDICE D- Termo de assentimento para menores de 18 anos.....	118
APÊNDICE E- Frequência dos encontros.....	120
ANEXOS	
ANEXO A- Termo de Anuência CSPA.....	122
ANEXO B- Parecer do Comitê de ética.....	123

INTRODUÇÃO

Processos de exclusão social, luta por sobrevivência e direitos sociais, como moradia, educação, saúde, transporte, entre outros, são realidades vividas por uma grande parcela da população brasileira. No âmbito dos problemas relacionados à moradia, por exemplo, dados revelam que o déficit habitacional brasileiro em 2015 estava estimado em 6,355 milhões de domicílio, dos quais 5,572 milhões, ou 87, 7% estão localizadas nas áreas urbanas e 783 mil na área rural. O Amazonas é o terceiro estado da Federação com maior déficit. Em segundo lugar está o Pará e em primeiro o Maranhão (FJP, 2018).

As classes desfavorecidas vivenciam o efeito das políticas de governo, que, insuficientes ou inadequadas, não respondem às necessidades de inserção plena de cidadania e direitos. Assim, sem condições econômicas e sociais favoráveis, sobrevivem diante do sofrimento de lidar no cotidiano com as questões sociais dominantes. No entanto, exclusão e pobreza não podem ser tomadas de forma simplista como sinônimos de um mesmo fenômeno, ainda que haja estreita relação entre ambas.

A pobreza na contemporaneidade tem sido percebida como um fenômeno multidimensional, que atinge tanto as classes mais pobres quanto os outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho, como os migrantes (WANDERLEY, 2001). A pobreza também não se constitui apenas como ausência de renda, mas inclui outros fatores como as precárias condições de acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesse sentido é que Paugam (2001) aborda a heterogeneidade da pobreza, compreendendo um grande número de pessoas, oriundas de diversas classes sociais e situações também diversas, mas que tem em comum um status social de desvalorização e estigmatização.

A exclusão envolve uma complexidade de fatores – dentre os quais a pobreza tende a ser um deles, em países de grande desigualdade econômica como o Brasil. Nesta proposta de estudo, a exclusão é discutida a partir dos processos de ordem psicossocial que estão implicados na questão dos direitos sociais das populações pobres e excluídas, em especial o direito a moradia.

Visando à garantia dos direitos historicamente negados, destaca-se no nosso cenário a organização dos movimentos sociais. Um deles diz respeito à crescente luta por direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988 no Art. 6º: “São

direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**¹, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

O direito à moradia está relacionado majoritariamente, dentre as formas de aquisição habitacional, à possibilidade de compra de uma propriedade privada. Este aspecto está ligado ao poder de consumo, no qual as pessoas de baixa renda encontram dificuldades, tanto pela precariedade da situação socioeconômica em que vivem quanto pelo desamparo do estado, na ausência de políticas públicas dirigidas às questões relacionadas à habitação.

Na cidade de Manaus, capital do Amazonas, aproximadamente 52 famílias residem em uma ocupação urbana a qual foi escolhida para a realização deste estudo: trata-se da Comunidade Alcir Matos, situada em um prédio no centro comercial e histórico da cidade. O prédio ocupado era outrora destinado a órgãos públicos federais como INSS, Receita Federal, INAMPS e IBGE, única e exclusivamente para fins de atividades administrativas e serviços. A maior parte dos moradores que ali se encontra já sofreu processo de remoção involuntária de outro local, da antiga ocupação Cidade das Luzes². A permanência das famílias no território da Cidade das Luzes foi atravessada por tensões e conflitos com o poder público. Relatos existentes desde o início da comunidade informam: a retirada de famílias pela polícia; mobilização nas ruas solicitando aos agentes do Estado ações de urbanização no local, e uma operação policial sob a suspeita de prática de tráfico de drogas e crimes ambientais.

O poder público, não acolhendo as demandas da comunidade e contrariando a Defensoria Pública do Estado, em dezembro de 2015, convocou a força policial, em torno de 700 policiais e, sem aviso prévio, ordenou a violenta remoção das famílias do local. Após a remoção e desamparadas pelos agentes públicos, mas acompanhadas por movimentos sociais de luta por moradia e terra, essas famílias ocuparam dois prédios no centro da cidade de Manaus: a antiga Casa do Estudante da Universidade Federal do Amazonas e o antigo prédio pertencente ao Ministério da Fazenda, e permanecem lá até o presente.

¹ Grifo da autora.

² A Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015, localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã- zona oeste de Manaus. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMA), a área ocupada é considerada Área de Proteção Ambiental (APA), uma das justificativas adotadas para a remoção das famílias que ali residiam.

A Comunidade Alcir Matos, é hoje constituída não só por residentes da Cidade das luzes, mas por outros moradores que buscam se organizar coletivamente pela garantia do direito à moradia. No entanto, há ausência de registros oficiais do poder público informando sobre a ocupação, as únicas fontes são jornais que noticiam sobre a presença e atual situação da comunidade.

Nesse cenário de exclusão social e luta pelos direitos garantidos por lei, especialmente o direito a moradia, uma das contribuições possíveis da psicologia consiste na atenção aos aspectos psicossociais envolvidos. Abordagens críticas dão especial atenção às questões sociais e históricas que dão origem aos processos de exclusão, para compreender a produção de sentidos por parte dos atores envolvidos que vivenciam tais realidades. São observados também os desdobramentos ligados à construção da identidade, os papéis desempenhados pelos sujeitos, e os mecanismos utilizados para enfrentamento das situações adversas cotidianas, entre outros.

Os processos de exclusão são complexos, provocam impactos sobre a subjetividade das pessoas e grupos atingidos. Estão relacionados às discriminações e ao que Sawaia (2002) intitula de sofrimento ético-político. A autora afirma que “o sofrimento-ético- político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (p.104). Sobretudo nas três últimas décadas, a psicologia pensada e praticada no contexto latino-americano, onde as desigualdades produzem modos de vida que promovem este tipo de sofrimento, tem se descolado das questões essencialmente intrapsíquicas e individuais das vivências dos sujeitos, para de forma ativa contribuir para a compreensão dos processos psicossociais. Deste modo, fomentaria uma prática transformadora das relações excludentes. Destaque é dado ao salvadorenho Ignacio Martín-Baró (1842-1989) no que se refere às questões de subjetividade associadas às desigualdades sociais. Para este autor, a psicologia Latino-Americana deve:

Descentrar sua atenção de si mesma, despreocupar-se com seu status científico e social e propor-se a um serviço eficaz para atender as necessidades das maiorias populares [...] E, hoje, a questão mais importante que confrontam as grandes maiorias latino-americanas é a situação de miséria opressiva, sua condição de dependência marginalizante que lhes impõe uma existência inumana (p.191, 2011).

Contudo, não somente a opressão, a dependência e a exclusão têm sido abordadas nos estudos que abordam a exclusão e seus efeitos: as formas de enfrentar adversidades e construir estratégias de enfrentamento mesmo em dolorosos processos de luta, privação, sofrimento ético e desqualificação social tem sido tema de muitas pesquisas e intervenções. Nestas, é comum nos depararmos com os termos ‘resistência’, ‘empoderamento’, ‘fortalecimento’ e ‘resiliência’.

Sobre a resiliência, vale destacar que o termo tem sido tratado de forma controversa, usado com restrição ou mesmo excluído enquanto possibilidade conceitual analítica, sobretudo em estudos realizados por autores de orientação crítica. Trata-se, todavia, de um constructo que abriga muitas definições, com origens e ênfases diferentes, utilizado por abordagens diversas, dentre estas, as que o relacionam a um dispositivo de adaptação. Sob este enfoque, a resiliência é vista como um conceito que legitimaria pessoas e populações sob processos de exclusão a conformarem-se e permanecerem nas condições em que se encontram, buscando apenas recursos para não sucumbirem a estes processos. Tal aporte tem sido apontado negativamente por sua vinculação com posicionamentos acríticos e descolados das leituras de contexto social, bem como por reduzir a complexidade da problemática do enfrentamento e superação das adversidades muitas vezes ao nível intrapsíquico ou características individuais.

Os estudos que enfocam a resiliência como fenômeno psicológico emergiram com força por volta de 1970 e têm crescido muito. As diferentes perspectivas ao seu respeito refletem o momento histórico da pesquisa, o lugar de origem dos estudos e a visão epistemológica dos pesquisadores. Na atualidade, porém, há estudos que têm se voltado para uma compreensão complexa deste fenômeno quanto pesquisas que ainda centram-se em perspectivas que vislumbram exatamente aspectos individuais e adaptativos, pouco integrando seus achados aos processos de transformação social. Pela maior difusão da resiliência de viés adaptativo e individual, seu uso não é tão comum entre autores que discutem os processos sociais que impõem a exclusão a determinados grupos. Contudo, o modo reducionista e individualizante de compreensão da resiliência não é a única possibilidade de compreendê-la.

Autores críticos que assumem claro compromisso com uma psicologia voltada para a transformação social, vêm apresentando diferentes perspectivas da resiliência. Na América Latina, por exemplo, Aldo Melillo e Elbio Nestor Suárez Ojeda desenvolveram estudos sobre o construto no âmbito social, comunitário e escolar (2005). Na França,

destaca-se a obra de Boris Cyrulnik (2004, 2005, 2015, 2015a) que, a partir da abordagem psicanalítica imbricada com os processos sociais, apresenta a resiliência enquanto constructo que se liga ao movimento ativo, na busca por romper a cadeia de repetições imobilizadoras, após ou em meio a situações, experiências ou ambientes traumáticos. Este autor destaca o circuito relacional e aspectos culturais implicados no processo, onde o sujeito consegue instaurar um campo de forças favorável e libertar-se do sofrimento e do isolamento (CYRULNIK; CABRAL, 2015a).

No Brasil, uma grande parcela da população é exposta a situações de desamparo social que produzem uma rede de microtraumas cotidianos, agravados pela banalização e pelo sentimento de impotência provocado diariamente por adversidades diversas, aponta-se a necessidade de articular a questão resiliência com as características socioculturais (CABRAL; CYRULNIK, 2015).

É, pois, no eixo da reflexão sobre a exclusão social e dos processos subjetivos que envolvem a condição da vulnerabilidade socioeconômica, aliando autores da perspectiva latino-americana e francesa, que trago a questão da resiliência enfocando a infância vivida no contexto da luta pelo direito à moradia. Mais precisamente, as crianças residentes na Comunidade Alcir Matos.

A resiliência na infância vem sendo foco de muitos estudos em diferentes áreas, com diferentes ênfases, e, principalmente em diferentes realidades sociais: diferentes países, contextos rurais e urbanos, crianças institucionalizadas, em contexto de rua, em situação de hospitalização, etc. Entretanto, não se esgotaram os questionamentos acerca do potencial infantil de enfrentar realidades adversas (YUNES; SZYMANSKY, 2001; MELLILO, 2005; GROTBORG, 2005). As questões tendem a focar o que mobiliza a postura ativa de crianças, quais são os mecanismos por elas elaborados e disponíveis para a retomada do equilíbrio e da saúde.

Entende-se por infância nesta pesquisa, um período marcado em um contexto social e histórico-cultural vivido por cada grupo e sociedade. Trata-se também de uma afirmação de uma infância ativa em sua comunidade e produtora de sentidos, ora influenciando ora sendo influenciados numa relação dialética. Segundo Vygotsky (1991) estudar algo historicamente, significa estudá-lo no processo de mudança.

Na sociedade capitalista, a origem da criança determina uma condição específica de infância, socialmente determinada por fatores que vão do biológico ao social, produzindo uma realidade concreta, definida pelas relações estabelecidas entre classes

sociais antagônicas, (MIRANDA, 2004). Apesar destes condicionantes, as crianças podem atuar ativamente no contexto onde estão inseridas e serem protagonistas das suas próprias histórias de vida. Estas, mesmo atingidas pelas vicissitudes ocorridas no meio, são influenciadas e também influenciam o seu entorno, não devendo ser vistas de forma passiva, apenas como espectadoras da vida.

Miranda (2004) afirma que, como sujeito da ação, a criança pode causar certa estranheza numa sociedade que nega o papel social da infância, mas ao considerarmos diferentes formas de participação da criança em condições sociais distintas, essa realidade fica mais clara, como é o caso de crianças na zona rural que ajudam no sustento da família. Sobre esse campo de pesquisa Gobbi (2016, p. 14) comenta:

Há muito nessa configuração habitacional, nesses movimentos sociais de luta por moradia e de relações entre os moradores de que não sabemos, porém, há um grupo que merece especial atenção e sobre **o qual conhecemos ainda menos: as crianças**. Essas, por sua vez, tem uma atuação importante no auxílio ao processo de ocupação, colaborando com a organização dos espaços internos e limpeza dos imóveis. **Contudo, ainda sabemos pouco ou nada sobre a infância nesses locais**, sobretudo a partir do ponto de vista das crianças (grifo da autora).

Sobre as crianças, Cyrulnik (2004) afirma que estas são as mais atingidas pelas violências de Estado: muitos órfãos, milhões de mortos, e outros muitos seqüelados que aprendem que a violência é um modo de relações humanas. Todavia, existe a possibilidade de retomada da evolução psíquica, através do encontro de lugares de afeto, de atividade e de palavras que a sociedade dispõe, em torno do ferido, além dos tutores de resiliência, que lhe permitirão reelaborar através da palavra o golpe vivenciado. Uma das ferramentas que permite o trabalho de resiliência é a narração. Através dela, o sujeito fala das lembranças traumáticas e pode elaborar novos sentidos. O autor explica:

A narrativa é o método que todos empregamos e que permite construir um sentido para os acontecimentos de nossa vida. Sem a construção de narrativas para nossa história, somos bombardeados pelas informações sem sentido às quais reagimos com ações confusas. Mas quando podemos emprestar alguma lógica ao que aconteceu, compreender de onde vem a agressão, como aprendemos a reagir e como esperamos viver o futuro, então, nos tornamos capazes de dar sentido aos acontecimentos. (CYRULNIK, 2015, p.6).

Juntamente com a narração, Cyrulnik (2005) destaca a importância dos elementos presentes no contexto cultural que permitem ancorar ou transformar a narração, despertando sentidos à vivência traumática de modo a reconstituir as

representações de imagens e de palavras, desde um estado confuso em que não se pode decidir nada porque não se compreende, para uma visão mais clara dos acontecimentos.

O autor também esclarece a importância de pertencimento a um contexto socializado em detrimento de isolamento social, pois o sujeito isolado e restrito afetivamente deixa de usufruir dos mecanismos que o meio pode proporcionar para a elaboração das lembranças. Nesse sentido, os estudos sobre resiliência tem comprovado a importância do contexto relacional e do apoio encontrado nos grupos de convivência disponíveis na comunidade, como os que se organizam nas igrejas, escolas, em atividades esportivas, associações de bairros, entre outros. Estes ajudam a elaborar ferramentas para que se tenham recursos a fim de transpor o momento de crise. Os recursos são, pois, disponibilizados no âmbito das relações, e não na dimensão individual.

As estratégias focadas na relação do sujeito com o seu entorno social são de fundamental importância nesse estudo. Ojeda (2005) comenta que o esforço coletivo nas comunidades latinas é uma grande tradição de solidariedade social para responder a situações de emergência, por isso os estudos latino-americanos em resiliência possuem maior foco no coletivo em detrimento da investigação na observação de casos individuais.

Proporcionar a escuta das crianças em investigações científicas é reconhecer a importância desta fase peculiar de desenvolvimento, a qual requer maior proteção e cuidado do estado e da sociedade em geral. Como sujeitos de direito, deve ser dado a elas a possibilidade de poderem verbalizar e demonstrar que participam ativamente dos processos ocorridos em suas vidas. Como sujeitos, podem ser ouvidos e compreendidos, indo contra, portanto, a ideia presente no senso comum de que as crianças não podem falar, ou não possuem capacidade para verbalizarem sobre suas vivências.

Assim sendo, o presente estudo estabelece o seguinte **problema**: *como as crianças que compartilham histórias de adversidade, residentes em uma ocupação urbana³, constroem as estratégias de enfrentamento?*

³Ocupação urbana é o termo utilizado para se referir as ocupações irregulares, chamadas de “invasões”, ocupações desordenadas, ou aglomerados subnormais (BRASIL, 2010). Neste estudo optei por utilizar a denominação *ocupação urbana*, para não desviar as discussões para outros campos de saber, como a geografia, questões ambientais e evitar vieses discriminatórios sobre a ocupação. Mas em alguns momentos me refiro a ocupação como comunidade, pois eles também se nomeiam e se reconhecem dessa forma.

Diante da discussão que envolve processos de exclusão, vulnerabilidade social, enfrentamentos relacionados aos aspectos de resiliência e infância, busco como **objetivo geral** compreender os processos de resiliência de crianças que compartilham histórias de adversidade, em uma ocupação urbana de Manaus. Como **objetivos específicos**, estabeleci: conhecer a rotina das crianças na casa, comunidade local e demais lugares nos quais elas transitam e os recursos por elas utilizados na vida diária para lidar com as adversidades; identificar as pessoas e instituições com as quais as crianças mantêm vínculos; interpretar os sentidos atribuídos pelas crianças às suas vivências relacionadas à moradia e a imagem que elas possuem de si.

A discussão será embasada pelos pressupostos teóricos e metodológicos da psicologia social crítica, em especial no enfoque histórico-cultural por observar os processos que envolvem o fenômeno como construção social e histórica, não deslocados do contexto onde são produzidos. Em conjunto, serão abordados teóricos do constructo resiliência, que assumem a complexidade como método de compreensão dos fenômenos e da resiliência.

A **justificativa** para a pesquisa centrou-se na relevância em estudar a infância em uma comunidade imersa no contexto de movimentos de luta por moradia. Há necessidade de expandir a investigação da psicologia sobre a criança em movimentos sociais e compreensões do mundo social imediato tanto no nível local quanto nacional. O mundo social imediato como afirma Carvalho e Lordello (2002) abrange diversos sentidos: a natureza dos seus relacionamentos, a proteção e o risco que estes oferecem às crianças, a autonomia ou as restrições que lhe impõem. Como desdobramentos, os conhecimentos gerados podem contribuir para fomento de políticas públicas, diante de uma realidade que integra os aspectos subjetivos ao considerar a questão social.

No tocante à minha implicação com o tema, o interesse por estudar comunidades em vulnerabilidades, em especial crianças e resiliência, surgiu inicialmente a partir de reflexões durante os trabalhos realizados por mim em uma comunidade periférica de Manaus, Santa Etelvina, na ABOP (Associação Beneficente Oásis de Paz), em atendimentos como psicóloga voluntária na creche- escola, desde o ano de 2016. Tal interesse também foi fortalecido pela minha participação em diversos projetos da instituição filantrópica, JOCUM (Jovens com uma missão), que desenvolve atividades em comunidades carentes no Brasil e no Mundo, desde o ano de 2000, mesmo antes da minha formação como psicóloga.

Meu contato com a Comunidade Alcir Matos se deu a partir de minha inserção como mestranda do PPGPSI, e através do vínculo com o LABINS - Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, da Faculdade de Psicologia, situado na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cabe ressaltar que esta pesquisa integra um projeto maior em execução por pesquisadores do LABINS intitulado “Processos de criatividade, superação e inovação dos residentes de uma ocupação urbana: resiliência, modos de subjetividade e elaboração do trauma” junto à mesma comunidade.

O laboratório já realizava atividades de estágio e pesquisa de pós-graduação no local, o que levou a escuta das demandas dos moradores. Nas atividades realizadas pelos estagiários do LABINS em 2017, as famílias trouxeram relatos da violência ocorrida durante sua remoção das antigas moradias, do emprego de força pelos policiais e da destruição dos sonhos da antiga ocupação. Essas memórias fazem parte da história da comunidade e até mesmo das crianças que vivenciaram a remoção da Cidade das Luzes e a ocupação no prédio em foco.

Ante o exposto, passo à organização da dissertação. O trabalho é dividido em seções: o texto que ora concluo – a introdução -, inclui a apresentação do tema, o problema, objetivos e justificativa; a seção seguinte é composta por notas sobre a infância e a condição social da criança; resiliência: bases epistemológicas, críticas e aspectos teóricos; percurso metodológico; apresentando o campo de pesquisa; discussão sobre os aspectos resilientes; considerações finais; referências, apêndices e anexos.

1. NOTAS SOBRE A INFÂNCIA E SUA CONDIÇÃO SOCIAL

Para falarmos de infância nas Ocupações, se faz necessário compreender as noções de infância a partir do que tem sido discutido cientificamente sobre a temática. Os discursos que envolvem a infância em áreas como a psicologia e a pedagogia enfatizam aspectos como aprendizagem, desenvolvimento, vínculos afetivos, entre outros. Teorias amplamente adotadas concebem a criança em uma visão única e universal, que alcança estágios conforme o seu desenvolvimento humano. Em contrapartida, existem abordagens que tem como cerne os contextos, as relações sociais, aspectos econômicos, históricos, culturais e políticos para compreensão da infância, vista como fenômeno em movimento e histórico e culturalmente referenciado, ao invés de universal.

A concepção de infância em perspectiva crítica, nega a possibilidade de uma infância padrão a qual nortearia todas as culturas e grupos sociais, e afirma, ao invés disso, a presença de múltiplas infâncias, sobretudo diante da complexidade contemporânea. Nesta pesquisa, entende-se por infância um período marcado em um contexto social e histórico-cultural vivido por cada grupo e sociedade. Assim, estudar o aspecto histórico da infância reflete em uma apreensão do processo de mudança, transformação (VYGOTSKY, 1991). Em concordância, Roggoff (2005) concebe que o desenvolvimento humano “só pode ser compreendido à luz das práticas e das circunstâncias culturais de suas comunidades, as quais também mudam” (p.15).

Vale ressaltar, que em cada período histórico a criança é vista e tratada de uma forma, e que as perspectivas estão ligadas não só à criança, mas à família e à vida social, o que acarreta em modificações na compreensão da infância. Ao se reportar à Europa na idade média, Ariés (1981) diz que as crianças conviviam misturadas com os adultos. Por muito tempo, crianças das classes populares ingressavam muito cedo na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. A vida comunitária era vivenciada pelas crianças em detrimento de um lugar de proteção do mundo dos adultos.

Com o passar dos anos, por volta do século XV, às famílias começaram a se preocupar com a educação dos seus filhos, com a disciplina e a formação moral. Assim, a escola e a família retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. A escola

confinou uma infância outrora livre, num regime disciplinar cada vez mais rigoroso (ARIÉS, 1981).

No Brasil, a história da infância destoa em alguns aspectos da europeia, pois houve outros elementos históricos como: escravidão, a normatização de indígenas e demais violações de direitos, nas classes populares. Como comenta Del Priori (2004):

No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões, que pequenos corpos tanto dobraram-se a violência, às humilhações, à força, quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares mais afetuosos. Instituições como escolas, a igreja, os asilos e as posteriores Febens e Funabens, a legislação ou o próprio sistema econômico, fizeram com que milhares de crianças se transformassem precocemente em gente grande. Mas não só. Foi à voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado utilizando seus registros e entonações: seja por meio das cartas jesuítas relatando o esforço de catequese e normatização de crianças indígenas ou a correspondência das autoridades coloniais sobre a vida nas ruas, pano de fundo para as crianças mulatas e escravas. Seja através das narrativas dos viajantes estrangeiros, dos textos de sanitaristas e de educadores, dos Códigos de Menores, dos jornais anarquistas, dos censos do IBGE (p.14).

Em continuidade, as transformações históricas na infância brasileira, Castro (2009) comenta que no final do século XVIII na escola pública, surge a concepção de criança aluna em contraposição à criança delinquente, à luz de tendências de socialização que acentuam a escola como um dos meios de moralizá-las e evitar a reprodução de comportamentos desviantes e perturbadores da ordem social, ao mesmo tempo como meio fundamental de prevenção e moralização das classes populares.

Del Priore (2004) menciona que no século XIX, a alternativa para alguns dos filhos dos mais pobres não seria a educação, diante da realidade de difícil acesso ao ensino público de qualidade, e sim o trabalho. Dessa forma, lhes restava à transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. Assim, o trabalho infantil era visto pelas camadas subalternas como a “melhor escolha”.

No século XX, com a expansão das cidades e o crescente processo de assalariamento da mulher, sobrevieram alterações na família, como o rompimento na dependência econômica da mulher em relação ao homem e novas configurações familiares em detrimento da tradicional: pai (provedor), mãe (dona de casa em tempo integral) e filhos. Hoje, muitas famílias são chefiadas por mulheres que buscam equipamentos coletivos, como creches, escolas e outras formas de cuidados alternativos às crianças (MORAES, 2001).

As transformações históricas na sociedade incidem em modificações na forma de ver a criança, sua vida social e familiar. Alan Prout (2010) reconsidera uma nova sociologia da infância e traz reflexões para necessidade de uma visão que enfrente a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável, e comenta sobre dicotomias utilizadas para compreensão na infância que não respondem mais as questões da criança na contemporaneidade. Nas suas próprias palavras ressalta que:

Em face de sociedades que se tornaram marcadamente desordenadas e repletas de fenômenos mistos, híbridos, complexos, impuros, ambivalentes, em constante mutação, fluídos e em rede, a teoria social foi obrigada a encontrar termos de análise. Quaisquer que tenham sido os termos inventados, todos tentaram passar a ideia de que a nítida separação das coisas que a modernidade buscou com tanto afincio já não era adequada para a tarefa de compreender a vida social contemporânea (PROUT, 2010, p.40).

Segundo o autor, a sociologia moderna refletiu a tendência geral, marcada pela proliferação de dicotomias como: estrutura versus ação, local versus global, identidade versus diferença, continuidade versus mudança, entre outras, e se faz necessário uma mudança nos discursos científicos. Explica que não se trata de afirmar que o trabalho baseado nessas oposições não produz novos conhecimentos, e sim de considerar que, como categorias teóricas elas se tornaram excludentes, desviando a atenção das mediações e conexões entre as oposições que erigem. Em outras palavras, “não deveriam de antemão inscrever um conjunto de dicotomias no campo, e sim observar a infância como fenômeno complexo, não imediatamente redutível a um extremo ou outro de uma separação polarizada” (PROUT, 2010, p.739).

Além das reflexões no campo da sociologia da infância, discute-se na atualidade como esta é retratada na mídia. Silveira (2000) ao analisar as diferentes modalidades discursivas da mídia que retratam a criança, buscou responder como a mídia constrói um sujeito infantil na atualidade. Encontrou como respostas um sujeito infantil fruto de racionalidade adulta, que concebe uma infância bastante idealizada e mitificada, com ausência de problemas “caricatura de uma felicidade impossível”, de perspectiva de dias melhores, rejeitando as condições reais e sociais destes sujeitos, reportando-os ao um ser infantil que ocupa um imaginário. A imagem retratada também está atrelada à cultura de consumo que produz um status de consumidor à criança, com desejos próprios, ou rapidamente construídos.

Ademais, outra discussão recorrente sobre a infância diz respeito à sua participação. Como sujeitos da ação, participantes do tecido social e produtoras de sentidos, as crianças possuem poder de atuar ativamente no contexto onde estão inseridas e mesmo serem protagonistas das suas próprias histórias de vida, dentro das suas condições de desenvolvimento físico e mental. São atingidas pelas vicissitudes ocorridas no meio, elas são influenciadas e também influenciam o seu entorno, e não deveriam ser vistas de forma passiva, apenas como espectadoras da vida. Todavia trata-se de um campo de disputa onde a participação nem sempre é assegurada.

Miranda (2004) afirma que a criança como sujeito da ação, pode causar certa estranheza numa sociedade que nega o papel social da infância, mas ao considerarmos diferentes formas de participação da criança em condições sociais distintas, essa realidade fica mais clara, como é o caso de crianças na zona rural que ajudam no sustento da família.

Para Cohn (2009, p. 27), a criança atuante é:

aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhecê-lo é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações.

Quanto à participação da infância em Movimentos sociais, Rosseto, Freitas e Silva (2015) valorizam o protagonismo das crianças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), fazem considerações históricas do movimento na luta pela garantia, não só do direito a terra, mas também dos direitos ligados às condições concretas vivenciadas pelas famílias e as crianças, como o direito a educação nos assentamentos do movimento e criação de demais espaços destinados às crianças, como: Encontros dos Sem Terrinha, a Ciranda Infantil, os parques alternativos infantis, as Escolas Itinerantes, o Jornal e Revista Sem Terrinha, entre outros.

Os autores percebem as crianças como protagonistas de uma história coletiva, em que atuam como pequenas e pequenos sujeitos, junto com suas famílias. O MST por sua vez, tem se proposto a escutar, dar visibilidade e possibilitar espaços de coletividade das crianças, para que possam ser protagonistas do próprio Movimento, com os pais, e educadores.

Considerando a infância em contexto das Ocupações, Gobbi (2016) traz reflexões sobre como elas usam o espaço, como influenciam os mesmos e como são vistas pela circunvizinhança e por demais pessoas. Ao comentar o espaço, a autora se reporta não ao interior dos prédios ocupados e suas relações, mas sim ao que a criança faz ao sair da ocupação e a transformação em alguns espaços da cidade, em “quintais urbanos” onde se pode brincar e travar diferentes formas de sociabilidade. Todavia, não são quintais propriamente de criação, mas áreas abertas que permitem as crianças brincarem em distintos períodos, como nas ruas dos centros comerciais nos dias e horários em que não há funcionamento. A autora observa que as crianças se mobilizam para brincar e reivindicam um local para si, já que no interior das ocupações não existem condições para alguns jogos infantis, como é o caso de ocupações em prédios urbanos.

Quanto sua influência e como são vistas, a pesquisadora afirma que a presença das “crianças em manifestações reforça a singularidade e a resistência da, e na desigual apropriação do espaço, ou, se oferece como elemento a impelir olhares sobre as mesmas- infância, cidade, luta, por moradia- e suas atuais condições de existência” (GOBBI, 2016, p.15).

Diante das condições de vida e maneira como a infância é apresentada nas ocupações, percebe-se a relevância em pesquisar as crianças inseridas nesse contexto de luta por moradia, juntamente com a compreensão de aspectos ligados a resiliência, e enfrentamentos utilizados para lidar com as adversidades do seu cotidiano dinâmico, cercado por incertezas quanto à garantia de seus direitos e seu futuro, porém com vivências de luta e resistência por corpos ainda aparentemente tão vulneráveis e frágeis, como o das crianças.

2. RESILIÊNCIA: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS, CRÍTICOS E TEÓRICOS

A resiliência é um constructo com muitas definições, de origens e ênfases diferentes, que se liga ao movimento ativo, na busca por romper a cadeia de repetições imobilizadoras instaurada pelo trauma, utilizando-se do circuito relacional, o sujeito consegue instaurar um campo de forças favorável e potente para libertar-se do sofrimento e do isolamento (CYRULNIK; CABRAL, 2015a). É referida por Yunes (2010) enquanto um fenômeno dinâmico que se constitui por um conjunto de processos de vida que possibilitam o enfrentamento de situações de sofrimento com fortalecimento, transformação pessoal e superação das adversidades de indivíduos, grupos e comunidades.

O termo vem sendo utilizado aproximadamente desde 1807 pela Física e Engenharia, referindo-se à tensão, compressão e à capacidade de um material absorver impactos sem sofrer deformações permanentes. Sendo os materiais de diferentes tipos, existem diferentes módulos ou níveis de resiliência.

Na psicologia, a adaptação e o uso do resiliência é bem mais recente, em geral associado ao estudo longitudinal que Emmy Werner realizou de 1955 a 1995 com moradores da ilha Kauai, no Havaí, que viviam sob circunstâncias adversas. O estudo mostrou que o desenvolvimento dos sujeitos surpreendeu por seu curso positivo, passando o termo a ser confundido com “invulnerabilidade”. Além dos estudos serem relativamente recentes, a definição do termo não é tão clara e precisa como nas ciências exatas, consideradas a complexidade e a multiplicidade de fatores e variáveis que devem ser levados em conta no estudo dos fenômenos humanos (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

Existem discussões críticas não só a respeito da ênfase em aspectos individuais ou coletivo e metodologias utilizadas nas pesquisas, como também ao uso de terminologias e enfoques relacionados aos pressupostos epistemológicos ligados as pesquisas em resiliência. Nesta seção discorrerei sobre as bases epistemológicas da resiliência, segundo o aporte adotado nesta pesquisa e, em seguida, apresentarei conceitos e discussões críticas em torno do construto, os quais destaquei como mais relevantes para este estudo.

2.1 Bases epistemológicas da Resiliência

A ciência possui fundamentos próprios para investigação dos seus objetos. O uso de métodos sistematizados é o principal aspecto que distingue a ciência de outras formas de conhecimento. O paradigma tradicional da ciência ao qual hoje nos referimos, deriva da perspectiva clássica, que cunhou procedimentos e instrumentos metodológicos baseados na visão mecanicista e positivista. No contexto da pós-modernidade, concepções que divergem deste paradigma buscam uma compreensão contextualizada e não universal dos fenômenos, defendendo um olhar mais holístico e sistêmico. Esta outra forma de conceber os fenômenos e a construção de saber sobre os mesmos ancora-se no paradigma da complexidade.

Ao longo da história, a psicologia vem obtendo reconhecimento como ciência ao adotar referências metodológicas e epistemológicas análogas às ciências naturais. Para isso, utiliza-se dos pressupostos clássicos baseados no modelo mecanicista, compreendidos em uma série de propriedades e conseqüências muito bem definidas, como um relógio, um dispositivo mecânico, ou uma “gerigonça” que, por mais complicada que seja, e, mesmo possuindo diferentes partes, deve ser compreendida como um fenômeno de componentes elementares que, sendo reduzidos pelo método analítico, mostrarão sua natureza fundamentalmente simples e objetiva. O conhecimento acaba se restringindo a uma postura reducionista, sempre buscando reduzir as propriedades de um todo às propriedades de suas partes simples (OLIVEIRA, 2003). Assim, como afirma Figueiredo (2009, p.24), “a psicologia se destina a fornecer um conhecimento útil para a previsão e controle dos eventos psíquicos”, compartimentando e reduzindo os fenômenos que investiga.

Em um outro movimento, nas últimas décadas do século XX, sob influência de outras áreas do conhecimento: sociologia, educação, antropologia e história, algumas teorias psicológicas passam a se opor mais fortemente às bases positivistas, defendendo os processos psicológicos como imbricados ao contexto histórico e social. Este modo de pensar exige um método de pesquisa que permita visualizar os fenômenos e suas vinculações com o contexto em que os sujeitos se inserem, bem como com seus relacionamentos e percepções da realidade, ressaltando a subjetividade, instância anteriormente excluída pela visão tradicional (SILVA, 2010). Interrogações próprias às

ciências sociais e ao campo da psicologia não operavam mais sob os pressupostos da epistemologia dominante.

Os pressupostos epistemológicos tradicionais primam pela simplicidade dos fenômenos, estabilidade e objetividade. Todavia, este modelo não tem se mostrado suficiente para responder a novas configurações de um mundo excessivamente complexo que a ciência tradicional não consegue explicar (VASCONCELOS, 2002). Um paradigma complexo, em contraponto ao paradigma da simplicidade, passa a considerar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade dos fenômenos. A lógica que opera neste sentido inclui a contextualização, as relações causais recursivas, a indeterminação - imprevisibilidade, irreversibilidade-incontrolabilidade e as múltiplas versões do fenômeno.

Diante da discussão destes pressupostos epistemológicos, convém destacar as concepções acerca da resiliência tiveram sua origem na Física, ciência que de melhor forma exemplificava o modelo tradicional. A apropriação do termo para as ciências sociais e humanas não permite associação direta às propriedades elásticas que determinados materiais possuem de voltar à forma anterior após sofrerem algum processo de deformação ou à capacidade do objeto absorver impactos e se recuperar de danos sofridos. Ao contrário, os avanços e diversidade de estudos sobre o tema permite compreendê-la como fenômeno sistêmico, complexo.

Luthar (1993) e Kaplan (1999) comentam que existem duas gerações de pesquisadores na literatura da temática resiliência. A primeira surge a partir dos anos 1970, com o questionamento: *Entre as crianças que vivem em risco social, o que distingue os que se adaptam positivamente dos que não se adaptam à sociedade?* (apud INFANTE, 2005). No desenvolvimento dessas pesquisas com foco nas qualidades pessoais (como a auto-estima e autonomia) que permitiram superar as adversidades, começa a surgir um interesse maior em estudar os fatores externos, como o nível socioeconômico, estrutura familiar e presença de um adulto próximo.

Os mesmos autores mencionam que a segunda geração de pesquisadores começou a publicar nos anos 1990, com a pergunta: quais os processos associados a uma adaptação positiva, já que a pessoa viveu ou vive em condições de adversidade? O foco dessas pesquisas retoma o interesse da primeira e agrega à dinâmica, fatores considerados a base da adaptação resiliente e o contexto relacional, como estudos dos

mecanismos protetores (RUTTER, 1991 apud INFANTE, 2005) e o projeto internacional de resiliência (GROTBORG, 1993 apud INFANTE, 2005).

Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) identificam três correntes de estudos em resiliência: a norte-americana ou anglo-saxônica, a europeia e a latino-americana. A corrente norte-americana seria mais pragmática, mais centrada no indivíduo, tomando como avaliação da resiliência dados observáveis e quantificáveis, comumente com enfoque behaviorista ou ecológico transacional, claramente alinhada aos pressupostos da ciência tradicional. Já a corrente europeia, conforme os mesmos autores, teria uma perspectiva ética, mais relativista, com enfoque comumente psicanalítico, tomando a visão do sujeito como relevante para a avaliação da resiliência, o que possibilita uma narrativa íntima e uma narrativa externa sobre a própria vida.

A corrente latino-americana, por sua vez, é mais comunitária; enfoca o social como instância onde são construídas as possibilidades de resposta aos problemas dos sujeitos em meio às adversidades. Segundo Ojeda (2005), na América Latina os estudos desenvolveram uma perspectiva voltada para as realidades sociais, com enfoque coletivo ou comunitário da resiliência e aportes no campo nosológico e prático da temática, com pesquisas em que “as chaves explicativas da resiliência não estão nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações coletivas e em aspectos culturais e valorativos de cada sociedade” (p.48).

No Brasil, os estudos sobre a resiliência surgiram por volta das duas últimas décadas: um levantamento das publicações sobre o tema elaborado por Souza & Cerveny (2006) citado por Angst (2009) mostra que os primeiros trabalhos sobre resiliência no país surgiram entre 1996 e 1998. A temática mais focada na época eram crianças expostas a situações de risco, fatores de proteção e vulnerabilidade psicossocial e perfil do executivo.

Em relação às concepções adotadas sobre o tema, Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) ressaltam que, de modo geral, ingleses e norte-americanos entendem a resiliência como resistência ao estresse, enquanto brasileiros e pesquisadores falantes de línguas latinas têm uma concepção que entende a resiliência ora como resistência ao estresse, ora como associada a processos de enfrentamento, recuperação de abalos emocionais causados pelo estresse e superação, através de recursos que proporcionam novos posicionamentos frente ao mundo, atitudes não-

conformistas e potência de ação. Esta é a perspectiva que se articula com a linha do presente trabalho.

Um outro aspecto que permite avançar no conceito de resiliência a partir do paradigma da complexidade é o fato de que neste, segundo Oliveira (2003, p. 143) “se diluem antigas distinções que demarcavam as fronteiras entre natureza e cultura (ou criatura e artefato), entre sujeito e objeto (ou corpo e pensamento), entre interioridade e exterioridade (ou indivíduo e meio)”. Assim, em contraponto à visão da simplicidade, autores da psicologia abordam a resiliência a partir da complexidade do fenômeno, buscando investigar suas relações e inserções e não simplesmente destacá-lo no nível individual e concebê-lo como coisa em si e desconectada de um processo. Sobre o significado do termo “complexo”, Morin (2000, p.38) explica que:

A palavra *complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade.

Tomando a resiliência como um objeto de estudo complexo, lançamos mão de ferramentas que permitem apreender aspectos dificilmente alcançados em uma lógica linear e invariável. Por exemplo, as conseqüências do dano sofrido podem ser avaliadas, porém as diversas saídas e possibilidades de reconfiguração, não podem ser mensuradas ou capturadas em uma relação causal direta. A resiliência possui heterogeneidade estrutural, o que significa níveis diferentes de organização, que variarão inevitavelmente por conta das diversas interações e maneiras de se configurar, dado que é um fenômeno em movimento.

A heterogeneidade estrutural é uma característica dos fenômenos complexos, pois instaura um campo de mediações entre os níveis globais e elementares e tem como resultado a aparição de novas propriedades no sistema (OLIVEIRA, 2003). A esse respeito, Boris Cyrulnik, teórico francês, também coloca a resiliência como um fenômeno complexo: ele também frisa que para compreendermos os fatores que permitem a retomada do desenvolvimento após um golpe imprevisível, precisamos evoluir do orgânico para o impalpável – diferentes níveis de estruturação -, derrubar as nossas próprias concepções, modos de ensino e de pesquisa (2004, 2005, 2015, 2015a).

Entre os autores latino-americanos também encontramos suporte para conceber a resiliência no âmbito da complexidade: ao observarem a resiliência comunitária, Ojeda, La Jara e Marques (2007 apud JULIANO; YUNES, 2014) apontam para a necessidade de superar os métodos atrelados ao estudo da resiliência sob o aporte epistemológico da simplicidade: para eles é imprescindível a migração do construto de observações individuais para uma concepção epistemológica mais holística.

Na dimensão da complexidade, um dos aspectos abordados são as contradições encontradas, que fogem de uma lógica linear, entre elas encontra-se a criatividade. Estudos sobre resiliência mostram a potência individual e coletiva que emerge e se torna ato em meio a ambientes insalubres e permeados por vulnerabilidade, onde os sujeitos conseguem criar alternativas e escapes, ainda que feridos. É contraditório, pois a lógica linear aponta para uma normatividade, para um desenvolvimento saudável que ocorreria somente nos chamados ambientes favoráveis. Porém ao se deparar com algumas vivências do cotidiano observam-se pessoas e grupos que não estavam inseridas dentro dessas configurações. Também não significa dizer que é desejável manter condições adversas para que a criatividade floresça, ou assim também seria um retorno à causalidade linear. Todavia, estas situações permitem compreender que a subjetivação e a condição de sujeito ativo resultam de intrincadas configurações onde suportes afetivos e/ou sociais compuseram as configurações que permitiram o enfrentamento e a continuidade da vida.

Outra questão da complexidade que envolve a resiliência são os significados e sentidos atribuídos às vivências por cada sujeito no contexto em que estão inseridos. Os contextos são inúmeros, inclusos em sociedades, culturas e classes sociais diferentes. Os sentidos atribuídos a um determinado acontecimento para uma pessoa podem significar algo e para outra não. O que pode ser motivo de vergonha para um, pode ser de orgulho ou desafiador para o outro. Não existe linearidade, mas sim contradições, não há previsibilidade alguma das dimensões subjetivas desencadeadas no decorrer da história de vida de cada sujeito.

A contextualização e as relações dos sistemas em que o sujeito se movimenta precisam ser observadas, não de forma isolada e estática, mas buscando compreender as conexões e os desdobramentos acarretados, a fim de identificar os fatores de risco e proteção considerados necessários para a análise da resiliência.

Sobre a contextualização, Vasconcelos (2002) afirma:

Contextualizar é reintegrar o objeto ao contexto, ou seja, é vê-lo existindo no sistema. E ampliando mais o foco, colocando o foco nas interligações, veremos esse sistema interagindo com outros sistemas, veremos uma rede de padrões interconectados, veremos conexões ecossistêmicas, veremos redes de redes ou sistemas de sistemas (p.112).

Juliano e Yunes (2014) comentam que a resiliência só tem sentido teórico e pragmático diante da comprovada existência da interação de elementos vitais de risco e de proteção que pode ser desenvolvida pelo indivíduo ou em sistemas como: família, escola, grupos, comunidades e sociedades. De acordo com Ojeda, La Jara e Marques (2007 apud JULIANO; YUNES, 2014) as chaves explicativas da resiliência não se encontram nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações grupais, em aspectos culturais e nos valores de cada sociedade. Tal aspecto parece ser um forte indicativo da interface do construto da resiliência comunitária com a dimensão relacional de existência ou não de redes de apoio social e afetiva.

Nesse sentido, no estudo da resiliência não há estabilidade, previsibilidade, reversibilidade e controle. As situações adversas que os sujeitos enfrentam cotidianamente não são planejadas e muitas vezes não podem ser previstas. Dessa forma, a elaboração do sofrimento acarretado e soluções de enfrentamento geradas também não. Os processos são dinâmicos e subjetivos e podem ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar, não obedecem à ordem ou critérios para sua realização.

Em continuidade à discussão dos eixos do paradigma da complexidade, outra dimensão diz respeito à possibilidade da obtenção de múltiplas verdades, não apenas uma única, mas sim com multi-versões da realidade. Os objetos de estudo se situam em sociedades e momentos históricos diferentes, fatos novos emergem constantemente das relações e da interação sistêmica das partes, por isso o mesmo fenômeno nunca será visto da mesma maneira. Assim também é o construto da resiliência, existem várias maneiras de se tecer a resiliência, e improváveis desfechos nas histórias de vidas apresentadas no cotidiano.

Portanto, as contribuições que a compreensão do construto resiliência a partir de uma perspectiva paradigmática dos pressupostos da complexidade podem trazer à psicologia e a ciência geral são diversas, pois ampliam o olhar sobre as relações do fenômeno, não se restringindo a concepções lineares e naturalizantes de homem, permitindo observá-lo dentro de um entendimento de sujeito em movimento social e

histórico, permeado por singularidades, dotado de sentidos melhor compreendidos na análise do contexto e sistemas nos quais se articula.

2.2 Resiliência: discussões críticas

Entre as discussões para orientação dos estudos encontram-se a utilização dos termos invulneráveis/ resilientes, adaptação/superação, fatores de risco e situações de adversidade, entre outros. Apresentar estas discussões é fundamental para auxiliar a definir de modo mais preciso de que lugar parti quando abordei a resiliência neste estudo com crianças de uma ocupação urbana.

2.2.1 Invulneráveis ou Resilientes?

Yunes (2001, p.16) comenta que “os precursores do termo resiliência na psicologia são os termos invencibilidade ou invulnerabilidade ainda bastante referidos na literatura atual”. Na perspectiva de invulnerabilidade e invencibilidade centralizam-se os aspectos de investigação para o sujeito e suas habilidades, acarretando ideias sobre a resiliência como equivalente a invulnerabilidade, os sujeitos seriam dessa forma detentores de “poderes” que lhe dariam a capacidade de enfrentarem a todo o momento situações de adversidade.

A visão focada no sujeito é fundamentada pelo discurso neoliberal que percebe a pessoa como responsável isoladamente pelo processo de superação ou não das adversidades, sendo visto, portanto, como a-histórico e único responsável pelo sucesso, fato que desconsidera determinantes sociais, econômicos e culturais, algo extremamente danoso, pois pode causar rótulos e preconceitos (COIMBRA, 2015).

Cyrulnik (2004) também afirma que resiliência “nada tem a ver com a invulnerabilidade, nem com êxito social” (p. 4) e dirige a discussão para um movimento interminável, suportável e constante em busca da metamorfose pessoal. Levando a considerar que o processo é dinâmico, contínuo, visto que a pessoa pode ser resiliente em um momento, mas não em todos, pelo fato de ter peculiaridades humanas e não superdotação ou poderes atribuídos a super-heróis.

Assim, a resiliência não é um processo estanque nem linear, já que um indivíduo pode se apresentar como resiliente diante de determinada situação, mas, posteriormente, não o ser frente à outra. Não se pode falar de indivíduos resilientes, mas de uma

capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003).

Por outro lado, ao se focar as características pessoais, descontextualiza-se de aspectos importantes necessários para o cuidado e proteção à criança - objeto de pesquisa desse estudo- e se desvia a responsabilidade da sociedade, de instituições e agentes, contribuindo para reforçar uma leitura de foco individualista (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003).

2.2.2 Adaptação ou Superação?

O termo adaptação é questionado, pois traz uma noção de ajustamento social, de submissão a uma determinada situação, sem, contudo, haver mobilização para mudança ou transformação do quadro de adversidade e conflito, apenas se adapta às condições das situações impostas.

Em contrapartida, a superação dos momentos de crise traz uma ideia de recuperação, de enfrentamento ativo da situação traumática, e de transformação pessoal pela experiência vivenciada. Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) comentam que a concepção de superação é mais utilizada atualmente pelos pesquisadores brasileiros e de língua latina.

Para Junqueira e Deslandes (2003) “o conceito de resiliência traduz conceitualmente a possibilidade de superação num sentido dialético, isto é, representando um novo olhar, uma re-significação do problema, mas que não o elimina, pois constitui parte da história do sujeito” (p.234).

Cyrulnik (2015) comenta a questão da adaptação relacionada a uma relação complexa entre o meio e o sujeito. Assim, a adaptatividade necessária seria uma transação onde o mundo psíquico no qual se estabelecem transações incessantes, sempre negociáveis, entre o que pensa o sujeito, e o que seu entorno pensa. Ambos se modificam, não há submissão às condições adversas, mas uma rebelião que permite a liberação de restrições tóxicas do entorno traumatizantes.

Dessa forma, os termos adaptação e superação no processo de resiliência precisam ser observados mediante o contexto e o que cada teórico deseja afirmar. Entretanto, é de comum acordo, entre os autores, que o sujeito não pode ser amoldar

negativamente às restrições do ambiente para continuar a viver, como um ajustamento social, tal adaptação seria contraditória aos pressupostos da resiliência.

2.2.3 Fatores de risco e situações de adversidade

Outro ponto que convém ressaltar diz respeito à dificuldade em esclarecer o que é considerado risco e adversidade, pois se leva em consideração não só aspectos da vida concreta como também os subjetivos. Dessa forma, o que pode ser considerado em uma cultura risco e adversidade em outra pode não ser.

Yunes (2001) considera bastante problemático essa dificuldade em esclarecer o uso dos termos fatores de risco e situações de adversidade, entre outros que também envolvem a temática. Por estarem relacionados a subjetividade singular de cada sujeito e também a cultura e sociedade as quais ele faz parte, assim, o que para uma pessoa pode ser considerado fator de risco para outra pode não ser.

De forma geral o uso de fatores de risco está muito referido na literatura a situações de pobreza, violência, separações, luto e maternidade precoce, porém esses fatores não são determinantes para impedir o desenvolvimento da resiliência.

Grotberg (2005) explica com dados de estudo de sua autoria em 22 países, a constatação da não relação direta entre nível socioeconômico e resiliência, ainda que a pobreza seja uma condição de vida inaceitável, não é empecilho para o processo resiliente.

Assim os fatores considerados de risco e as mais diversas situações de adversidade ainda estão sendo explorados nos estudos, juntamente com as suas relações diretas ao movimento resiliente.

Quanto à nomeação de quais situações de adversidade foram abordadas nesse presente estudo, convém informar que a nomeação de cada uma foi realizada pelos participantes da pesquisa, a fim de maior alcance dos objetivos aqui propostos.

2.3 Estratégias resilientes

*É uma estratégia de luta contra a
infelicidade que permite obter prazer em
viver, apesar do murmúrio dos
fantasmas no fundo da memória.*

Borys Cyrulnik

Na literatura científica que aborda a resiliência, o termo estratégia é recorrente. O uso da palavra estratégia foi feito com o intuito de permitir visualizar o fenômeno em dimensões que estejam relacionadas à realidade do campo de pesquisa, com a possibilidade de não depender ou subjugar às concepções já discutidas da temática, mas abrir espaço para compreensão de aspectos para enfrentamento de momentos crises no que tange a complexidade e singularidade dos diferentes casos.

Sobre o significado da palavra estratégia Ferreira (2001) define como a arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos. Significa também a arte militar de planejar e executar movimento e operação de tropas, navios e/ou aviões para alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicas favoráveis a futuras ações táticas. A partir das definições, o uso do termo nos leva a pensar em um movimento no qual o sujeito possui participação ativa e elabora combinações para conseguir um fim, no caso da resiliência, conseguir prosseguir o desenvolvimento após o golpe traumático.

É possível identificar estratégias para a elaboração do sofrimento e superação das situações adversas, entre elas encontram-se as narrativas do trauma, a utilização dos recursos advindos do contexto relacional, a presença de tutores e os sentidos que podem ser atribuídos na dinâmica do processo. As estratégias podem ser visualizadas em conjunto, por exemplo: enquanto um sujeito narra sua história de vida a alguém que lhe transmita apoio e confiança, ele pode estar desenvolvendo um vínculo, elaborando novos sentidos e se beneficiando da escuta disponível no seu contexto relacional.

Para melhor compreensão destacaremos algumas considerações sobre as estratégias supracitadas.

2.3.1 Narrativas das histórias de vida

Sobre a função das narrativas Cyrulnik explica:

Contar o que aconteceu significa interpretar o acontecimento, atribuir um significado a um mundo que foi perturbado, a uma desordem que compreendemos mal e à qual já não podemos reagir. É necessário falar para tornar a pôr as coisas em ordem, mas falando interpretamos o acontecimento, o que pode lhe atribuir mil direções diferentes (2005, p.47).

O sujeito precisa encontrar espaços e pessoas que possam propiciar a fala, a narração da história de vida, permitindo momentos de reflexão e reelaboração dos sofrimentos vivenciados.

Vygotski (1991) destaca que a fala da criança a oportuniza ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento e tem, entre outras funções, refletir o mundo exterior. Considerando a função da fala sinalizada por Vygotski, compreendo que Cyrulnik aponta para uma função semelhante: o autor francês ressalta a importância das narrativas infantis como uma oportunidade de “historização que traz sentido a infância desmoronada” (p.5, 2005).

2.3.2 Contexto Relacional

O contexto relacional em que o sujeito se insere pode contribuir para o desenvolvimento da resiliência, se esse fomentar ferramentas para o processo de transformação. Nessa dinâmica está incluso a família, comunidade, escola, igreja e demais relações que a pessoa possa desenvolver.

Junqueira e Deslandes (2003) comentam que “há um consenso na definição do conceito de resiliência sobre a relevância de se criar espaços de ação protetora no campo das interações, de modo a se promover um suporte na rede de sociabilidade” (p.232). De forma complementar, Cyrulnik (2005) assinala que “o que provoca a derrocada não é o golpe, é a ausência de suporte afetivo e social que impede de encontrar tutores de resiliência” (p.63).

A compreensão da dinâmica do contexto relacional e seus potenciais na superação traumática do sujeito ferido são importantes diante da realidade complexa vivida por cada pessoa em culturas e sociedades diferentes.

Ademais a relação do sujeito no contexto em que está inserido evoca outras discussões como: tratar o entorno para melhor desenvolvimento da resiliência, já que este influencia o sujeito; disponibilizar logo na infância tutores locais que possam contribuir na vida diária das crianças e valorizar os conhecimentos locais e comunitários ligados aos aspectos protetivos e cuidados em saúde.

Sobre esse cuidado com o ambiente em que o sujeito está inserido Cyrulnik (2004) relata que a melhora do indivíduo doente, a retomada de sua evolução psíquica, a aptidão para aguentar e retomar um desenvolvimento em circunstâncias adversas implica necessariamente, em alguns casos, tratar do entorno, agir sobre a família, combater os preconceitos ou modificar as rotinas culturais.

Quanto ao cuidado disponibilizado desde a infância, Junqueira e Deslandes (2003) afirmam que se a resiliência pode ser desenvolvida através de relações de confiança e de apoio, o foco de atenção na saúde das crianças e adolescentes desloca-se para o cuidar, isto é, para o fato de elas serem cuidadas e acreditadas como sujeitos em desenvolvimento. De forma que esse deslocamento aponta para um poder revitalizador da ação cotidiana. As autoras então sugerem a possibilidade de se estabelecer no dia-a-dia a resiliência a partir da ação de diferentes sujeitos, em seus contextos familiares e culturais, desde que haja fundamentalmente uma relação de confiança, respeito e apoio.

Grotberg (2005) menciona que “quanto menor é a criança, mais necessidade de apoio externo terá. Ao contrário, aos 9 anos de idade as crianças já são capazes de promover sua própria resiliência e procurar maior ajuda externa” (p.16).

A respeito dos conhecimentos comunitários vale ressaltar, que todos os países têm um conjunto comum de fatores de resiliência para promover a resiliência de seus filhos. Entre as diferenças culturais encontram-se o grau de controle ou autonomia dado às crianças, tipo e motivo de castigo, a idade estimada para a criança resolver seus próprios problemas, o grau de apoio e amor oferecido em condições adversas. (GROTBERG, 2005).

Juliano e Yunes (2014) frisam que estudar como são enfrentados os riscos psicossociais em comunidades e pela comunidade pode servir para esclarecer teoricamente os indicadores que desencadeiam estes processos de resiliência na interface com a existência funcional (ou não) de redes de apoio social sugeridas como elementos essenciais de proteção e cuidado ao outro e seus ambientes.

2.3.3 Vínculo e Sentidos

Na elaboração do sofrimento “vínculo e sentido são duas palavras que permitem a resiliência” (CYRULNIK, 2005, p.5). Os vínculos podem ser desenvolvidos nos mais diferentes espaços e os sentidos podem ser dados no desenvolver do processo resiliente através inclusive das narrativas de história de vida.

Para Cyrulnik e Cabral (2015a) “um processo resiliente, uma retomada de desenvolvimento após uma sideração traumática, só pode se reconstruir em uma relação, na tessitura de um vínculo, de uma relação de apego” (p.26).

Quanto às ações institucionais enquanto promotoras de resiliência Junqueira e Deslandes (2003) comentam que só podem ser efetivas através de um vínculo com a criança e o adolescente. E este talvez seja um dos grandes ganhos que a resiliência traz para o campo da saúde, posto que “propõe uma nova práxis pautada em ações personalizadas, nas quais a interação entre sujeitos realmente se estabeleça como vínculo de confiança, como espaço de acolhida e escuta” (p.233).

2.3.4 Tutores

A respeito dos tutores Cyrulnik e Cabral (2015a) esclarecem que os tutores estão geralmente dispostos perto do ferido, entre a família, os amigos e a cultura. Alguns são explícitos como cita Salgueiro (2012 apud CYRULNIK; CABRAL, 2015a), como os psicólogos, os médicos, os assistentes sociais e os psicoterapeutas, formados em profissões do cuidar, que ajudam os traumatizados a encontrar vias de elaboração do trauma que os derrotou e a partilhar emoções antes adormecidas ou enquistadas. Além desses existem os tutores implícitos, esses o sujeito escolhe, nem sempre consciente, no seu ambiente familiar e cultural, e lhe atribui o poder de compreendê-lo e ampará-lo. Trata-se, muitas vezes, de um tutor que pode até mesmo ser ignorado como tal: um esportista, um músico, um ator, ou um escritor que responde à relação que o traumatizado espera.

Os tutores são escolhidos pelos sujeitos por transmitirem confiança e apoio, podem demonstrar maior investimento de tempo e atenção, ou dispensarem uma “pequena” participação na vida do ferido, ao julgar por alguém externo a dinâmica do processo resiliente. Mas para o sujeito o investimento ainda que “pequeno” é imbricado

por sentidos que permitem ativar reflexões e potencialidades de transformação e recuperação no sujeito.

Como exemplo, destaco uma experiência pessoal do educador e teórico Paulo Freire, relatada pelo mesmo: Freire revela os sentidos atribuídos por ele a partir de simples gestos do seu professor, mesmo não apontando o termo resiliência ele traz considerações relacionadas à temática, ao se referir ao professor como tutor e os sentidos que podem ser desencadeados na relação aluno/educador. A experiência em suas palavras:

Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo. Nunca me esqueço, na história já longa de minha memória, de um desses gestos de professor que tive na minha adolescência remota. Gesto cuja significação mais profunda talvez tenha passado despercebido por ele, o professor, e que teve importante influência sobre mim. Estava sendo, então, um adolescente inseguro, vendo-me como um corpo anguloso e feio, percebendo-me menos capaz que os outros, fortemente incerto de minhas possibilidades. Era muito mais mal-humorado que apaziguado com a vida. Facilmente me eriçava. Qualquer consideração feita por um colega rico já me parecia um chamamento à atenção de minhas fragilidades, de minha insegurança. O professor trouxe de casa os nossos trabalhos escolares, e nos chamou um a um, devolvendo-os com o seu ajuizamento. Em certo momento me chama e, olhando ou re-olhando o meu texto, sem dizer palavra balança a cabeça numa demonstração de respeito e consideração. O gesto do professor valeu mais do que a própria nota dez que atribuí a minha redação. O gesto do professor me trazia uma confiança ainda obviamente desconfiada de que era possível trabalhar e produzir. De que era possível confiar em mim mas que seria tão errado confiar além dos limites quanto errado estava sendo não confiar (FREIRE, p.42-43, 1996).

A contribuição de Cyrulnik (2004, 2005, 2015, 2015a) no desenvolvimento do conceito de “tutor de resiliência” articula-se à contribuição de Ojeda e Melilo (2005) em Resiliência Comunitária. Mais que um processo que ao ser disparado se desenvolve sozinho, a resiliência necessita de interações sociais significativas, dotadas de sentido. Os exemplos da literatura identificam a proximidade ou sentido atribuído ao papel dos tutores como estratégia resiliente, e juntamente com as demais estratégias descritas acima permite introduzir a discussão nesse estudo da investigação das formas de enfrentamento em crianças residentes em ocupações urbanas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A trajetória metodológica desta pesquisa sustentou-se em enfatizar processos e os significados que não são medidos experimentalmente, tendo em vista ressaltar a natureza socialmente construída da realidade (DENZIN; LINCOLN, 2006). Portanto, de abordagem qualitativa, busquei a aproximação do sujeito por meio de pesquisa de campo, que possui como característica não se apresentar somente como uma possibilidade de ir ao encontro do que desejamos conhecer e estudar, “mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 2004, p.51).

A pesquisa teve caráter etnográfico, método em que o pesquisador participa ativamente da vida e do mundo social que estuda, compartilhando seus vários momentos, em busca de ouvir as pessoas a partir da compreensão das vivências e entendimento que elas possuem do seu universo social. Em pesquisas com crianças utilizando a etnografia, é possível observar diretamente o que fazem e ouvir o que elas têm a dizer sobre o mundo (COHN, 2009).

Vale ressaltar que, em estudos com crianças, os princípios éticos de sigilo e cuidado, também precisam ser resguardados cumprindo as recomendações necessárias. Assim conforme preconiza a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispõem sobre as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, é de fundamental importância estabelecer um ambiente que possibilite um clima favorável para a construção dos dados e desenvolvimento de relação amistosa de empatia entre pesquisador e participantes.

Nesse sentido, a entrada no campo se deu inicialmente por meio de visitas à comunidade, para realizar observações, registradas em diário de campo e para se familiarizar com aspectos do contexto social imediato, a fim de contribuir com a compreensão das realidades vivenciadas, para então, iniciar a aplicação dos demais instrumentos de coleta de dados.

Como ferramenta metodológica, foram realizadas oficinas de contação de histórias para viabilizar o acesso e a vinculação com as crianças da comunidade, pois o lúdico possibilita acessar conteúdos de maneira mais espontânea, prazerosa, em linguagem apropriada e compatível com a idade. Sunderland (2005, p.53) comenta

sobre o uso terapêutico de contar histórias e a utilização destas como ferramentas de comunicação para as crianças:

A história permite que a criança expresse os muitos significados e sentimentos envolvidos numa experiência que teve, todos ao mesmo tempo. A história captura, portanto, um quadro mais completo da realidade perceptual da criança. Ela transmite muito mais informações, ao contrário de expressões literais reducionistas como: “Estou zangado” ou “Estou chateado”. Quando se trata de expressar sentimentos, as palavras escondem, enquanto a história revela”.

A autora explica que a linguagem das crianças é permeada por metáforas, como em sonhos e em histórias. A história fala às crianças em um nível muito mais profundo e imediato do que a linguagem literal do cotidiano. Falar sobre sentimentos na linguagem cotidiana é como andar em círculos, pois é a linguagem do pensamento, enquanto falar por meio de uma história, fazer uma encenação com bonecos ou fantoches, representar o que você quer dizer com barro, com pintura, ou em uma caixa de areia é usar a linguagem da imaginação, essa é a linguagem natural da criança. Assim, o uso das histórias reconhece que é limitado falar sobre sentimentos com crianças na linguagem cotidiana.

Além da metodologia de contação de histórias foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os cuidadores das crianças, visando obter dados mais complexos sobre a história de vida da criança.

Além de possuir o caráter etnográfico, a pesquisa integrou a perspectiva de pesquisa-intervenção, pois, a partir da contação de histórias as crianças puderam estabelecer outras conexões de sentidos suscitadas pela elaboração subjetiva das histórias infantis, ainda que esse aspecto não seja o principal neste estudo, pode ser viabilizado pela experiência lúdica que envolve temáticas de enfrentamento de questões adversas do cotidiano, entre outras.

Sobre as experiências geradas em pesquisas interventivas Rocha e Aguiar (2003, (p.65) comentam:

Tais experiências caminham no sentido da articulação entre teoria/prática e sujeito/objeto, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se fará na investigação das necessidades e interesses locais, na produção de formas organizativas e de uma atuação efetiva sobre essa realidade, podendo levar a transformações sociais e políticas, dando às populações excluídas uma presença ativa na História.

As autoras destacam a formulação da pesquisa-intervenção, que tem como referenciais concepções críticas dos discursos instituídos de sujeito e grupo, de autonomia e práticas de liberdade e a de ação transformadora de fundamental importância nessa pesquisa. Estes aspectos foram sustentados também por autores da Psicologia Social Crítica, no sentido de desenvolver uma pesquisa de campo capaz de observar os processos que envolvem o fenômeno como construção social e histórica, não deslocados do contexto onde são produzidos.

Do mesmo modo, utilizou-se para construir a proposta metodológica, orientações de autores na temática da resiliência, que assumem a complexidade como método de compreensão dos fenômenos, como: Boris Cyrulnik (2004, 2005, 2015, 2015a) Sandra Cabral (2013, 2015), Maria Ângela Yunes e Heloísa Szymanski (2005), Elbio Nestor Suárez Ojeda (2005), entre outros.

Uma importante dimensão do paradigma da complexidade diz respeito à relação entre o pesquisador e o objeto que é conhecido: nas pesquisas amparadas no paradigma tradicional, a subjetividade interfere na construção do conhecimento. Todavia, não há como eliminar o observador, se ele também se relaciona com seu objeto e é por ele modificado. Deslandes (1999) é enfática quanto à neutralidade. Para a autora, ao se definir o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, está se fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas, não existindo, portanto, a neutralidade científica da investigação. A objetividade não está em questão nos mesmos moldes em que o paradigma tradicional a coloca, pois pelo aporte da complexidade há o reconhecimento da intersubjetividade, podendo até mesmo colocá-la em lugar de destaque.

Ao relacionar o eixo da intersubjetividade ao objeto de estudo em questão, resiliência, não há como negar a subjetividade do pesquisador. Qual psicólogo não se interessa em conhecer processos que o sujeito utiliza para enfrentamento de danos sofridos? E qual pesquisador não atravessou ou atravessa também momentos de rupturas ao longo da sua trajetória de vida? Maturana (1991) afirma que o fazer do cientista está relacionado ao seu comportamento cotidiano, e não faz cisão da sua subjetividade. Pelo contrário, ressalta as emoções, pois permite que o observador aja com consciência, sendo capaz de decidir se quer ou não arcar com as consequências das suas atitudes.

Durante a pesquisa, observei que a ocupação Alcir Matos possui dinâmica e rotina diária contornada pelos atravessamentos das situações de dificuldade vivenciadas no local, o que acarretou em alterações na metodologia de construção dos dados, nos encontros das oficinas de contação de estória e nas visitas a ocupação, como será descrito em tópicos posteriores.

3.1 Participantes

Os participantes da pesquisa foram crianças e adultos que, de forma esclarecida e voluntária, ou sob o esclarecimento e autorização de seus responsáveis, aceitaram ser pesquisados, conforme preconiza a resolução nº466 que dispõem sobre regulamento em pesquisas com seres humanos (BRASIL, 2012). Foram convidadas de um modo geral, as crianças moradoras da comunidade, ainda que a expectativa fosse que somente compusessem o quadro de participantes, aquelas dentro da faixa etária selecionada.

Quanto ao número de participantes, inicialmente foi proposto no máximo 7, e no mínimo 2, de ambos os sexos, que sejam residentes na comunidade Alcir Matos, prioritariamente que atravessaram o processo de remoção da antiga ocupação Cidade das Luzes e complementarmente de moradores que se inseriram na comunidade a partir da ocupação Alcir Matos. Juntamente com os seus respectivos responsáveis, totalizaria no mínimo 7 e no máximo 14.

No entanto, diante da procura das demais crianças da ocupação, foi realizada uma adaptação, quanto à idade e o número de participantes. Devido às limitações do espaço e da equipe de pesquisa, não foi possível permitir a participação de todos que solicitaram, houve flexibilidade para crianças a partir de 4 anos e até 11anos de idade participarem. Dessa forma, os encontros tinham entre 9 e 15 participantes, número possível de acomodar no local e dar devida atenção, não só para os relatos, mas para manter a segurança física, pois de outro modo poderiam se machucar nas janelas e paredes improvisadas dos espaços da Ocupação, além de outros objetos que poderiam impor riscos.

As crianças escolheram os nomes pelos quais passarão a ser identificadas. Os nomes são referentes a personagens das estórias contadas ou de um outro o qual elas tenham se identificado em estórias e filmes de animação infantil. Ainda que um número maior de crianças tenha participado das oficinas devido à frequência flutuante, um total de 07 crianças foram ouvidas com maior profundidade. Trata-se daquelas cujos pais

tiveram disponibilidade para responder à entrevista semiestruturada. Todavia, os dados totais incluem relatos de 13 crianças, com idades entre 4 e 11 anos. Os nomes fictícios e idades podem ser vistos no quadro abaixo:

Quadro 1- Nome dos participantes e idade

NOMES FICTÍCIOS	IDADE
Branca de Neve	8 anos
Capitão	8 anos
Cinderela	4 anos
Coelhinha	4 anos
Dinossauro Rex	5 anos
Frozen	7 anos
Homem Aranha	5 anos
Malala	7 anos
Moana	11 anos
Moana II	10 anos
Mickey	7 anos
Poliana	11 anos
Princesa Sofia	9 anos
Rapunzel	6 anos
Tarzan	8 anos

FONTE: A autora (2019)

Participaram da pesquisa quatro genitoras: três são oriundas do interior do estado e residentes em Manaus há mais de 10 anos; uma venezuelana que reside em Manaus há menos de 1 ano. Todas as famílias entrevistadas chegaram a residir na ocupação devido ao fato de não terem mais condições de pagar o aluguel, uma família veio da antiga ocupação Cidade das Luzes e as demais famílias foram morar no Alcir Matos através de contato com pessoas que já residiam no prédio, como uma família que passou a morar aglutinada junto com familiares que residiam na ocupação, oriundos da Cidade das Luzes; As duas outras famílias souberam da possibilidade de morar no prédio através de pessoas que frequentavam a mesma instituição religiosa, sendo que, uma dessas fez parte de um movimento pró-moradia no bairro onde residia anteriormente, SOMOR, coordenado por uma das lideranças da Alcir Matos.

Os dados sociodemográficos das famílias foram distribuídos no quadro a seguir:

Quadro 2- Distribuição de participantes e dados sociodemográficos.

DADOS	GENITORA A	GENITORA B	GENITORA C	GENITORA D
MORADIA DE ORIGEM	Oriunda da ocupação Cidade das Luzes	Oriunda do projeto SOMOR, pró-moradia.	Venezuelana, chegou à ocupação através de pessoas da mesma religião.	Morava em imóvel alugado e agregou-se à família da sogra.
ESTADO CIVIL	Solteira e mora com os 4 filhos	Casada, mora com os 2 filhos.	Casada, mora com a filha e dois enteados.	Casada, mora com os 4 filhos,

E FORMAÇÃO FAMILIAR				juntamente com a sogra e seus 4 filhos.
ESCOLARIDADE	Ensino fundamental incompleto.	Ensino médio incompleto	Ensino Médio incompleto.	Ensino fundamental incompleto.
RENDA	Bolsa Família (140,00R\$) + Trabalhos informais e esporadicamente de prostituta.	Salário do marido + Bolsa família (1.000,00+171,00 =1.171,00 R\$)	Aproximada de 2.000,00 R\$ com venda de artesanatos, compartilhada também com familiares que ficaram na Venezuela	Trabalhos informais do marido e da genitora.

FONTE: A autora (2019)

Quanto à faixa etária das mães entrevistadas, tinham entre 25-45 anos: duas participantes possuem entre 40 e 45 anos, e duas entre 25 e 30 anos. Sobre o estado civil, a maioria é casada (três das quatro participantes) e somente uma participante é solteira.

Acerca da escolaridade, todas as participantes não chegaram a avançar na educação formal, possuem formação que varia desde o ensino fundamental incompleto (duas participantes) a ensino médio incompleto (duas participantes). A escolaridade da mãe é um dado importante para a redução dos níveis de privação de crianças e adolescentes, o fato de a genitora ter concluído o ciclo inicial do ensino fundamental leva a uma redução marcante nos riscos de pobreza, mostrando que a educação dos adultos é um importante instrumento de política pública (UNICEF, 2018).

Em relação à renda familiar e a atividade laboral, a maioria - 3 participantes -, vivem de trabalhos informais, e apenas uma família conta com um dos cônjuges com emprego fixo com registro em carteira de trabalho. Dessa forma, uma participante mencionou renda de em média 2.000,00 reais, com venda de artesanatos nos semáforos; Outra entrevistada afirmou que a renda familiar é proveniente do salário do esposo, auxiliar de cozinha, e do Benefício social Bolsa família (1.000,00+171,00=1.171,00 R\$). Uma entrevistada conta com o Benefício da bolsa família (140,00 R\$) e trabalhos informais de faxineira e esporadicamente com a atividade de prostituta. A quarta participante também realiza trabalhos de faxineira, mas no momento não tem realizado, e seu esposo faz trabalhos de vendas de comidas e bebidas nas paradas, porém, não tem realizado atualmente.

A UNICEF (2018) aponta que, sobre a atividade laboral dos pais, existem níveis mais altos de falta de proteção de crianças e adolescentes quanto mais precária é a inserção laboral da pessoa de referência na família. Assim, aquelas crianças cujos genitores têm ocupação na economia informal registram uma incidência substancialmente maior de falta de proteção que as demais, superando até mesmo a falta de proteção de crianças cujos genitores estão desocupados.

3.2 Instrumentos para construção dos dados

Foram utilizados três instrumentos para construção da informação: (1) observação participante com registro em diário de campo; (2) entrevista semiestruturada com roteiro previamente confeccionado para os pais ou cuidadores, incluindo questões sociodemográficas, informações sobre a criança e a dinâmica da família/comunidade; e (3) oficinas de contação de histórias com as crianças, com intuito de possibilitar a expressão dos conteúdos internos viabilizados pelos instrumentos lúdicos.

Quanto à observação participante, esta teve por finalidade a participação real do conhecimento na vida da comunidade, em especial das crianças. É uma técnica que permite a obtenção do conhecimento a partir do interior do grupo, através da facilitação do acesso a dados sobre situações habituais em que os membros da comunidade se encontram envolvidos, da possibilidade de acesso às informações de domínio privado e captação de palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados (GIL, 2009).

Sobre a participação na vida da comunidade, foram feitas visitas à ocupação, antes da realização das oficinas com intuito de melhor aprender as vivências. A comunidade foi visitada em média por 9 meses, as visitas eram mensais e quinzenais, passaram a ser semanais com a realização das oficinas (foram desenvolvidas no período de 3 meses, conforme a disponibilidade das crianças e a rotina da ocupação), e em alguns períodos até duas vezes por semana, como durante a realização das entrevistas semiestruturadas.

Nas visitas busquei compreender as vivências das famílias e suas formas de organização, no ambiente privado e coletivo. Participei de uma Assembleia com os moradores, na qual fui apresentada como pesquisadora e psicóloga, e tive a oportunidade de falar sobre objetivo da pesquisa. Em outro momento realizei também

uma reunião com os pais para explica melhor sobre a pesquisa, os princípios éticos e as oficinas que seriam realizadas.

A comunidade possui eventos e programações, era convidada a participar e colaborar, se pudesse, com donativos, entre outros. Como psicóloga também era solicitada para fazer a escuta de alguns moradores adultos que atravessavam problemas de saúde mental e algumas genitoras pediam orientações sobre o comportamento dos seus filhos, crianças e pré-adolescentes.

Com as minhas visitas constantes, os moradores já se sentiam familiarizados como minha presença e se comportavam de maneira mais natural, principalmente os vizinhos da sala onde era realizada as oficinas e os moradores que ficavam na portaria, aspecto que agregou bastante para a coleta dos dados.

Todas as informações relevantes eram registradas no diário de campo. Além dos 2 diários produzidos durante a construção dos dados, tive a possibilidade de compreender melhor os dados, contrastando e dialogando com os diários de campo de outro pesquisador do LABINS, cuja pesquisa era realizada com adultos, na mesma ocupação. Pelo fato de sua pesquisa ter sido iniciada primeiro, suas considerações e os debates ocorridos junto à equipe de pesquisa do LABINS enriqueceram o meu olhar sobre a ocupação.

Quanto ao segundo instrumento às entrevistas, estas são consideradas como conversas com finalidade. A modalidade escolhida para este estudo - entrevista semiestruturada - combinou perguntas fechadas e abertas, onde era possível discorrer sobre o tema sem se prender à questão formulada, tal como propõe Minayo (2004).

As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelas crianças, no total 4 genitoras: Três tinham 2 filhos e uma 1 filho, totalizando sete crianças que tiveram seus relatos analisados juntamente com de suas mães. As entrevistas foram previamente agendadas com as mães, conforme a disponibilidade de horário, todas compareceram no horário previsto e responderam os itens da entrevista sem demonstrar resistência aos assuntos abordados. Os relatos das genitoras contribuíram principalmente para melhor compreensão da história de vida das crianças, da rotina familiar e comunitária.

O terceiro instrumento de coleta utilizado consistiu nas oficinas de contação de histórias, as quais, como metodologia de pesquisa, visava propiciar empatia com a criança, e auxiliar, através do uso da imaginação, que as mesmas trouxessem

importantes mensagens que envolvem dilemas, problemas ou crises existenciais comuns na infância, tal como argumenta Sunderland (2005).

Sobre o uso de oficinas, Spink, Medregon e Medrado (2014) ressaltam que a utilização desta como metodologia de pesquisa possibilita registro de informações e sensibiliza os participantes envolvidos para a temática trabalhada, possibilitando a negociação de sentidos variados, abrindo espaços para controvérsias e potencializando mudanças.

Antes da realização das oficinas, foi realizada uma oficina prévia junto às crianças, com objetivo de verificar a adequação do instrumento, para possíveis ajustes necessários.

Os encontros foram planejados a priori para serem no total de 8, divididos em 4 momentos: aquecimento, contação de história, diálogo sobre a história e atividades que proporcionassem elaboração subjetiva, não mantiveram o mesmo formato. A estrutura foi flexibilizada diante da realidade da comunidade.

Algumas alterações ocorreram devido às condições socioeconômicas das famílias e a dinâmica da comunidade: o lanche foi introduzido em todas as oficinas e era oferecido às crianças no primeiro momento, pois a maioria não havia se alimentado antes em suas moradias. Atividades e histórias foram usadas por mais de um encontro, por solicitação das crianças, aspecto respeitado com objetivo de melhor compreensão da subjetividade. Horário e dia dos encontros foram remarcados conforme a disponibilidade das crianças e desejo das mesmas para a realização das oficinas.

As crianças foram ouvidas quanto ao formato das oficinas e quais histórias seriam contadas ou recontadas. Eram ativas nas escolhas, também, das atividades lúdicas adotadas, sempre era permitido manifestarem sua opinião a respeito dos encontros realizados.

As oficinas seguiram o planejamento de oito encontros, sendo que além dos encontros planejados, houve um encontro inicial para observar a metodologia a ser empregada. As histórias contadas e as temáticas principais abordadas⁴ seguiram a seguinte ordem:

⁴Cada história explorava diversas temáticas ao mesmo tempo, porém foi descrito acima apenas a principal.

Quadro 3- Sequência das estórias e as temáticas abordadas

Estórias	Principal temática
Malala, uma menina muito corajosa	Adversidades cotidianas
Iqbal, um menino muito corajoso	Adversidades cotidianas
João e Maria	Moradia e processos de exclusão
Orelha de limão	Autoimagem
A menina do vestido Azul	Vínculos afetivos
Menino Azul	Vínculos afetivos
Moana	Adversidades cotidianas
Tenho medo, mas dou um jeito.	Adversidades cotidianas

FONTE: A autora (2019)

Tanto o roteiro das oficinas quanto da entrevista com os pais ou cuidadores, encontram-se pensados a este projeto (APÊNDICES A e B).

3.3 Procedimentos de campo e análise dos dados

A preparação para o campo se deu através de visitas semanais ou quinzenais, conforme a disponibilidade dos moradores. Os objetivos desta etapa consistiram em ambientação da equipe de pesquisa e conhecimento do campo em termo de identificação dos participantes potenciais (crianças e seus responsáveis), rotina dos moradores, funcionamento e dinâmica da comunidade. Buscou desenvolver também vínculos entre a equipe de pesquisadores e os moradores da comunidade, para então posteriormente, convidá-los a participar da pesquisa e, conjuntamente, decidir dia e horários e organização do espaço para realização das oficinas.

A equipe foi composta por mim enquanto pesquisadora principal, e contou com assistência de pesquisadoras, a saber, uma psicóloga integrante do Grupo de Pesquisa do LABINS e uma aluna de graduação do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Os membros da equipe ajudaram nos registros de diário de campo, transcrições das entrevistas, observação das vivências. Tiveram fundamental participação nas oficinas, na facilitação e organização das mesmas, realização dos registros fotográficos e filmagens e, sobretudo, auxiliando na garantia do bem-estar dos participantes da pesquisa.

Os dados foram registrados em notas em cadernos de campo e gravados em vídeo e áudio, para posterior transcrição na íntegra das informações.

Para a análise dos dados, foi adotado o método Hermenêutico-Diáletico, que segundo Minayo (2004) situa a fala dos autores sociais em seu contexto para melhor ser compreendida. A metodologia possui dois pressupostos: O primeiro é que não há consenso nem ponto de chegada no processo de conhecimento. O segundo se refere ao fato de que a ciência se constrói em uma relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. A hermenêutica parte da interpretação e a dialética explora as contradições que os sujeitos apresentam, indicando o modo como vivenciam e se situam diante da realidade.

Assim a partir do método hermenêutico-diáletico e da realidade apresentada nos dados e toda a sua dinâmica, foi realizado inicialmente a transcrição das oficinas e entrevistas, para a organização e classificação dos dados. Após essa etapa foi feita a identificação e a composição de estruturas relevantes, conforme o referencial teórico adotado, classificadas em categorias analíticas. E posteriormente a análise final dos dados articulado com a fundamentação teórica, as questões e objetivos formulados.

3.4 Local

O local destinado para a produção dos dados foi uma sala existente na ocupação e de uso coletivo. O espaço tem a dimensão de aproximadamente 24 m². Possui iluminação natural e artificial e possibilidade de realizar adequações e deslocamentos de mobiliário, conforme a necessidade das atividades da oficina de contação de história.

A sala foi organizada com livros e materiais doados ao LABINS com fins específicos da realização desta pesquisa, que ficaram em caráter permanente à disposição das crianças da ocupação. Com a organização do espaço para realização das oficinas, a comunidade teve a possibilidade de obtenção de uma sala lúdica para o desenvolvimento de futuras atividades infantis na ocupação, com livros doados, e outros acessórios utilizados nas oficinas.

Foram utilizados livros paradidáticos infantis e materiais como: lápis, canetas, giz de cera, papéis, massa de modelar e cartolina. Após a leitura e apresentação das histórias, esses materiais foram utilizados visando o desenvolvimento de técnicas de imaginação ativa, ou seja, expressão, através de palavras, das impressões e sentimentos

gerados pela estória relatada (PEÇANHA, 2007). Além disso foram utilizados recursos visuais: fantoches, figuras impressas e projetor.

Nesse contexto, adentrei no campo de pesquisa com a observação participante, buscando estar atenta a cada situação e interação a mim apresentada, bem como os efeitos que o campo produzia em mim.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO - OCUPAÇÃO ALCIR MATOS

Para melhor compreensão do campo de pesquisa, a contextualização contará com três momentos: no primeiro, será exposto um breve histórico da comunidade, de forma descritiva, explicando sobre sua origem, localização, reivindicações e processo de remoção involuntária⁵, será mencionado também aspectos sobre a organização, dados sociais e convivência comunitária, a fim de melhor apreender as vivências das crianças residentes na ocupação. No segundo, será realizada uma descrição reflexiva, com dados predominantemente extraídos do diário de campo e fragmentos das oficinas, combinando também dados veiculados nos jornais ou disponíveis na própria comunidade. No terceiro serão apresentados aspectos referentes à organização e convivência comunitária.

4.1 Cidade das Luzes: o passado presente no contexto da Comunidade Alcir Matos

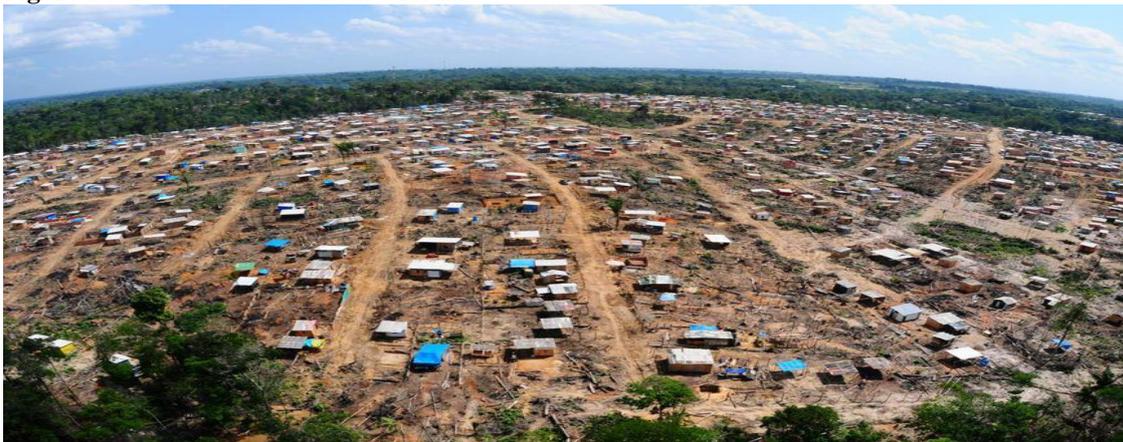
A comunidade Alcir Matos tem como ponto de partida a antiga ocupação Cidade das Luzes, localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus, em uma área de proteção ambiental, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS). Inicialmente, entre 2014 e início de 2015⁶, recebeu o nome de Comunidade Anaconda, porém ao longo dos anos tem sofrido mudanças, no território e também na nomeação, durante o processo de luta pela moradia. Atualmente é chamada de Cidade das Luzes, todavia nem todos os moradores permanecem os mesmos, devido à remoção e transformações na localidade.

A imagem a seguir revela a dimensão da ocupação no Bairro do Tarumã, e ajuda a pensar nas formas de viver nessas localidades. A área mede aproximadamente 61 mil hectares, o equivalente a 60 campos de futebol:

⁵ Todas as informações apresentadas neste tópico sobre a ocupação são de cunho jornalístico e foram extraídas de jornais e mídias eletrônicas em sites de notícias, considerando a ausência de dados oficiais de domínio público e produções científicas.

⁶ Fonte: <http://wikimapia.org/33437879/pt/Comunidade-Cidade-das-Luzes-Anaconda>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

Figura 1- Cidade das Luzes: Bairro Tarumã



Fonte: Jornal a Crítica (2018)⁷.

A permanência na referida localidade foi permeada por conflitos entre os ocupantes e as representações do estado, envolvendo luta por melhor infraestrutura da comunidade e busca por assegurar a permanência no local, com relatos de remoção involuntária, através de força policial.

As lutas pela permanência envolvem ações de reintegração de posse como a que ocorreu em 24 de novembro de 2015⁸. Nesta a justiça suspendeu a ação, segundo a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) a ação civil que resultou na decisão liminar pela reintegração de posse não apresentou plano de desocupação para as famílias que moravam no local. Desta forma, o juiz em exercício da Vara de Meio Ambiente, decidiu pela suspensão da liminar e o recolhimento do mandado.

No momento da ação, como resistência, os moradores levantaram barricadas com pedaços de árvores, atearam fogo nos pneus e as chamas atingiram parte da mata ao redor da comunidade. Houve confronto com os militares, e bombas de efeito moral foram utilizadas. O Corpo de Bombeiros foi acionado para atender a ocorrência, a Ordem dos Advogados do Amazonas (OAB-AM) também esteve no local para acompanhar o cumprimento de medida judicial.

Após a suspensão da reintegração, segundo informado no site do Governo do Estado do Amazonas⁹, no dia 11 de dezembro de 2015, houve mais uma ação do poder público promovida pela prefeitura de Manaus, baseando-se em alegações de degradação

⁷ Fonte: <https://www.acritica.com/opinions/o-pesadelo-da-cidade-das-luzes>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

⁸ Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/11/justica-suspende-reintegracao-na-cidade-das-luzes-no-am-diz-dpe.html>, Acesso em: 10 de Abril de 2019.

⁹ Fonte: <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/12/orgaos-cumprem-desocupacao-da-invasao-cidade-das-luzes/>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

ambiental. Cerca de 20 órgãos das esferas estadual, municipal e federal cumpriram o mandado de demolição e retirada de edificações na comunidade, expedido pelo juiz em exercício da Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias (Vemaqa). A operação foi realizada com o envolvimento de aproximadamente 700 servidores, a maioria da segurança pública, como policiais militares, o governo estima que cerca de 300 famílias estariam no local e foram removidas. Outras fontes revelam o número de 1.900 famílias¹⁰, e até mesmo 3.000 famílias¹¹, sendo em média 12.000 pessoas.

Conforme notícias veiculadas nos principais jornais da capital, houve confronto no local entre ocupantes e policiais. Um morador chegou a atear fogo no próprio corpo e morreu no mesmo dia, no hospital, devido às queimaduras; outros relataram ação truculenta da polícia e impedimento de acesso para retirada de pertences. O poder público não ofereceu qualquer alternativa habitacional ou indenização, o que representou grave violação ao direito à moradia e a demais direitos fundamentais.

Algumas famílias retiradas da Cidade das Luzes ocuparam em janeiro de 2016¹², dois prédios públicos ociosos no centro de Manaus, e permanecem nestes até a realização desta pesquisa. Um deles é a antiga Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Amazonas, e o outro o antigo prédio da Receita Federal, onde várias instituições federais funcionaram, além da unidade da Receita, os demais 15 andares do prédio eram ocupados por funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Escola de Administração Fazendária (Esaf) e da Advocacia Geral da União (AGU). Todas as unidades evacuaram o prédio por causa dos problemas de riscos estruturais apresentados. O prédio era responsabilidade da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (MF), mas depois de ocupado, a responsabilidade foi repassada a Secretaria do Patrimônio Público (SPU).

A ocupação dos prédios no centro da cidade não foi bem aceita pelos vizinhos comerciantes e demais moradores, estes reclamam dos novos moradores, citam a falta de higiene e trazem observações que os criminalizam.

¹⁰Fonte:<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/12/policia-faz-nova-retirada-de-invasores-na-cidade-das-luzes-em-manaus.html>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

¹¹Fonte:[https://por.tribunal-
evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/casos_de_despejos/sessao_sobre_o_brasil/cidade_das_luzes_despejo_violento_em_manaus_am](https://por.tribunal-evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/casos_de_despejos/sessao_sobre_o_brasil/cidade_das_luzes_despejo_violento_em_manaus_am). Acesso em: 10 de Abril de 2019.

¹²Fonte:<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/grupos-retirados-da-invasao-cidade-das-luzes-invadem-predios-no-centro>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

Em abril de 2016¹³, a DPE-AM denunciou o descaso do poder público com as famílias, e considerou o processo que ocasionou a retirada uma violação dos processos legais e a situação na qual vivem as famílias pode ser considerada grave. Nessa época, a Defensoria destacou a necessidade em se denunciar tal situação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que poderia gerar punições ao Estado pelas infrações. Não encontrei informações na internet sobre a repercussão dessa denúncia, ou mesmo se ela foi efetivada. Também não foi observada mais nenhuma manifestação pública do DPE-AM sobre os ocupantes até o ano do presente estudo.

Após a remoção involuntária das famílias no dia 11 de dezembro de 2015, a área voltou a ser novamente ocupada¹⁴, principalmente por índios e vendedores ilegais de lotes de terras, segundo notícias divulgadas nos jornais de circulação. Em contrapartida, a prefeitura divulgou um projeto para transformação da área em um parque ecológico para manter a preservação ambiental.

Nesse contexto, após conhecer um pouco da história da ocupação e atualmente com a minha aproximação no campo de pesquisa, pude ouvir relatos dos moradores sobre como é viver em uma ocupação urbana, suas lutas cotidianas por melhores condições de sobrevivência, os conflitos internos da convivência entre os moradores e sobre o sofrimento e angústia gerado em todos esses processos de luta e espera pela moradia, na visão não só dos adultos, mas das crianças que ali residem.

Os relatos revelam muito sobre a identidade do movimento e a participação dos moradores no processo de conquista pela moradia, por isso achei importante informar no próximo tópico.

4.2 Transformações, conflitos e dados sociais da ocupação Alcir Matos

Diante da realidade exposta, vale relembrar que a presente pesquisa buscou compreender as vivências dos moradores que se estabeleceram no Prédio do Ministério da Fazenda, localizado, no centro de Manaus, por volta de janeiro de 2016, em especial as crianças, no que tange a compreensão das estratégias de enfrentamento das suas adversidades diárias, para isso busquei contextualizar o campo da pesquisa para melhor compreensão das vivências.

¹³Fonte: <https://amazonasatual.com.br/dpe-vai-denunciar-descaso-com-familias-retiradas-da-cidade-das-luzes/> Acesso em: 10 de Abril de 2019.

¹⁴Fonte: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/um-ano-apos-promessa-de-parque-ecologico-cidade-das-luzes-segue-com-ocupacao-irregular>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

Dessa forma, se faz necessário também mencionar a organização da nova ocupação no prédio, que também tem nova nomeação: Ocupação Alcir Matos, em homenagem ao fundador e dirigente da Comissão dos Bairros de Belém – CBB, do Movimento Nacional de Luta por Moradia-MNLM, da Central de Movimentos Populares-CMP e da União Nacional por Moradia Popular-UNMP¹⁵.

Assim, a partir da entrada no prédio, em janeiro de 2016, a luta dos moradores da ocupação Alcir Matos foi pela permanência no local e reconhecimento do direito a moradia digna, através de mobilizações junto ao poder público pela reforma e transformação do prédio em um local que fosse destinado a habitação. Transformações foram ocorrendo desde o início da ocupação até a realização da presente pesquisa, 2019.

Segundo o relato de integrantes do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas – LABINS, que haviam realizado atividades de estágio e pesquisa desde 2017, o humor e a esperança dos moradores parece não ser mais o mesmo desde a chegada ao prédio, pois com o decorrer do tempo os conflitos internos da ocupação e a falta de perspectiva quanto à aquisição permanente de moradia, principalmente com a nova configuração do novo governo no âmbito nacional, repercutiram em um sentimento de desamparo e descaso do poder público.

Hoje não são apenas as memórias da violenta remoção da antiga ocupação, Cidade das Luzes que parte dos moradores precisa elaborar, mas todas as questões oriundas da espera que foram geradas, e problemas advindos da permanência em um prédio antigo que estava desocupado, como: as instalações elétricas, as ligações de água, a divisão dos espaços e conservação dos mesmos.

¹⁵ A ocupação Alcir Matos está integrada a UNMP, a União Nacional por Moradia Popular que iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Com esta tarefa os movimentos de moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais iniciam com objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. Sua atuação se dá nas áreas de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos. Passados 19 anos, a atuação do movimento com essas propostas está localizada em 19 Estados brasileiros. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grandes partes de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base nas regiões metropolitanas e se articulam regionalmente nos principais pólos dos estados. Os estados são representados na instância nacional. Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas e radicalmente contra os despejos, a UNMP organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular (UNMP, 2018).

Durante este estudo presenciei momentos em que a ocupação ficou sem água e sem energia elétrica, por vários dias, e os moradores resolveram por meio de cota extra pagar os reparos. No entanto, essas dificuldades geraram muitas discussões e questionamentos sobre os motivos da falta de água e luz.

Os moradores apontam para um grupo de aproximadamente seis famílias que tenta chamar atenção do poder público através das condições do prédio, alegando não haver possibilidade de ser usado para habitação no atual estado. O grupo chegou a quebrar algumas instalações elétricas e hidráulicas a fim de chamar atenção da imprensa e poder público.

Durante esses momentos havia assembleia entre os moradores para discutir as soluções, todavia as colocações eram feitas pelo grupo de forma ríspida e geravam mais discussões. Entre os pontos de tensão estava os não-pagantes das taxas extras e o grupo dos pagantes que se sentia prejudicado pelo os demais, a liderança tentava se posicionar durante os debates, porém os moradores irritados se empurravam discutindo. A comunidade estava sobre forte pressão para sobreviver segundo as condições do prédio e já não conseguiam dialogar, terminavam encerrando as reuniões para evitar maiores conflitos.

No momento da falta de água algumas crianças chegavam ao encontro sem tomar banho e informando que estavam sem água, comentando como estavam conseguindo sobreviver há cerca de 5 dias naquelas condições, através do uso da água disponível na parte do subsolo do prédio, carregavam baldes pelas escadas para atender suas necessidades. O cheiro pelos corredores denunciava a dificuldade das famílias em manter os espaços limpos sem água por tanto tempo, em especial os banheiros que são compartilhados.

Após a falta de água, no intervalo de aproximadamente um mês sobreveio a falta de energia. Tive conhecimento da situação ao chegar ao prédio, em um domingo pela manhã e me deparar com muitas famílias e crianças do lado de fora, sentadas nas calçadas dos estabelecimentos vizinhos. Um rapaz gritava: *“vai pegar fogo, os fios estão escapelados, vai morrer todo mundo!”*, no mesmo momento mais moradores descendo, as crianças suadas, devido o forte calor do dia. Tentando entender a situação, fui cumprimentar os moradores e uma das pessoas que fazia parte da liderança, logo me recebeu afirmando que naquele dia não poderia ouvir ninguém, porque o prédio estava sem energia, e estavam tentando resolver, tinha muita confusão e as famílias não

estavam se entendendo. Uma moradora relatou que os bombeiros checaram as instalações elétricas e mencionaram uma possível sabotagem: “*Alguém mexeu na energia!*”.

Naqueles poucos minutos, enquanto cumprimentava as mães e as crianças, uma das líderes me pede ajuda, agitada pediu para eu fazer uma ligação para a outra coordenadora que não estava no local, e disse para usar o código: “*Vida e morte*”, frase utilizada pelo movimento em momentos críticos, e passar o número telefônico de um policial conhecido, para este intervir enviando força policial para a ocupação. Depois do pedido, me despedi dos moradores e fiz o solicitado.

A falta de energia foi resolvida após dois dias, depois de muita discussão no prédio, a polícia foi acionada e somente após a sua chegada acabou as discussões. O desentendimento girava entorno de quem havia mexido nos fios e como iriam fazer para conseguir energia. Algumas famílias já haviam feito ligação clandestina de um poste ao lado do prédio, os demais não concordavam e queriam resolver de outra forma, sendo que havia riscos das instalações pegarem fogo, devido serem muito antigas.

Os problemas presenciados revelavam forte tensão na ocupação, sem deixar de mostrar que os moradores queriam de alguma forma ser vistos e atendidos em seu anseio maior de conquistar a moradia. Os atos de desespero, violência das discussões não compreendidas pela liderança do movimento, pareciam ser as únicas estratégias que os adultos tinham no momento. Nesses conflitos a liderança não apresenta alternativa e não consegue contornar as discussões, e tem como única alternativa a força policial e as ameaças de não permanência na ocupação. Tenta assim, utilizar a repressão e o autoritarismo, sobre o autoritarismo, Ojeda (2009) afirma que o autoritarismo é um dos “antipilares” para a promoção de resiliência comunitária, este atua inibindo a capacidade de lideranças alternativas e espontâneas, necessárias em situações de crise, e centraliza cronicamente as decisões, anulando o poder de inovação e geração de respostas novas perante situações pouco previsíveis.

Além desses fatos, para melhor compreensão das famílias que residem no prédio, considerei importante destacar alguns dados obtidos em estudo social¹⁶ realizado pela assistência social do movimento, em fevereiro de 2016. O objetivo do estudo social era subsidiar dados sociais necessários para a qualificação da análise do processo de ocupação do prédio público, os sujeitos envolvidos no estudo, totalizaram um número

¹⁶ O Estudo Social foi realizado pela assistente social que atua no movimento popular e cedido como fonte de dados para a presente pesquisa.

de 70 famílias¹⁷. As famílias¹⁸, em sua maioria, são originárias da ocupação Cidade das Luzes e como não tinham onde morar seja em formato de aluguel, ou outras formas estavam ocupando os galpões disponibilizados, após a reintegração de posse daquela área.

O relatório afirma que algumas famílias investiram todos os seus rendimentos para a manutenção da sua vida e de seus pares na Cidade das Luzes e que, com a referida reintegração de posse, perderam todos os seus bens materiais e documentos pessoais.

Nesse contexto, entre os dados coletados no estudo, está o número de adultos, jovens, crianças e doentes, a composição familiar, a renda familiar, as atividades de trabalho desenvolvidas e os inscritos em programas sociais daquele período.

Estes são alguns dos dados levantados:

a) **Quanto à faixa etária**, os responsáveis pelas famílias encontram-se, em sua maioria, na faixa etária que envolve pessoas de 26 a 35 anos (26), seguidos por aqueles que se encontram na faixa de 36 a 45 anos (17), enquanto as outras faixas etárias (18 a 25, 46 a 60 e acima de 60) totalizam um número de 27.

b) **Estado civil**: foi identificado um número maior de casais que vivem em situação de união estável com mais de 02 anos de convivência (32), alguns solteiros (24) sendo estes em sua maioria, mulheres, seguidos pelos casados (10), divorciados/separados (3) e viúvos (01).

c) **Trabalho e renda familiar**: quanto à situação de renda familiar e vínculo trabalhista verificou-se que as famílias têm buscado alternativas para garantir o sustento de seus filhos e pares, haja vista que, a maioria dos adultos presente na ocupação se encontram desempregados, sejam aqueles que participaram da entrevista, sejam seus parceiros ou filhos. Na maioria dos casos desenvolvem trabalho informal como:

¹⁷ A técnica responsável pelo estudo realizou entrevista social com todas as famílias ocupantes e realizou visita in loco para subsidiar o presente instrumento. Interessa apontar que os instrumentos e técnicas utilizadas pautaram-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social em seus artigos 15º, 16º, 17º e 18º que dispõe acerca do sigilo profissional sobre as informações repassadas pelas famílias no momento da entrevista social realizada pela profissional.

¹⁸ Além das famílias incluídas no estudo social, atualmente existem um número maior de famílias na ocupação, como as constituídas por emigrantes venezuelanos e famílias que não tinham onde morar, nem pagar aluguel e foram aceitas pela liderança para habitar um dos espaços do prédio, porém com menos garantias de obter uma futura moradia fixa, já que não estão incluídas nos registros e relatórios da ocupação enviados ao poder público.

mototaxista, diaristas, vendedoras de produtos de beleza, chapeiros, babá, vigias, entre outras atividades. Com vínculo formal de trabalho conseguimos identificar apenas 06 pessoas e 02 pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC por apresentarem algum tipo de deficiência.

A renda mensal das famílias presentes na ocupação apresenta uma média que varia de R\$200,00 a R\$ 600,00, e mesmo as famílias vivendo em situação de vulnerabilidade e estando inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, apenas 28 delas recebem o subsídio do Programa Bolsa Família, que também apresenta uma média variável de R\$ 70,00 a R\$150,00.

d) **Composição familiar:** A situação da composição familiar mostra famílias compostas em média de 3 a 7 pessoas que vivem sob o mesmo teto e encontram-se ocupando as dependências do prédio supracitado.

Quanto à presença de crianças e adolescentes, interessa apontar a existência de 145 pessoas que vão da faixa etária de 0 aos 18 anos, sendo que destes 59 são de 0 a 17 anos, 61 são de 8 a 15 anos e 25 de 16 a 18 anos. Outra informação importante do estudo é a de que todas as famílias entrevistadas que possuem filhos na idade escolar, apesar de todas as dificuldades, estão mantendo seus filhos regularmente matriculados na rede pública de ensino.

Existem ainda 03 crianças recém-nascidas que apresentavam menos de 01 mês de vida e 08 idosos. Pode-se observar ainda que, existem casos de pessoas com deficiência visual, auditiva e uma criança com hidrocefalia.

Os dados apresentados no Estudo Social nos ajudaram a compreender a realidade socioeconômica da comunidade, para que pudéssemos avançar no nosso objeto de estudo: as crianças residentes na ocupação. No entanto, em muitos momentos fiquei surpreendida com a escassez financeira e situação em que as crianças se encontram, mesmo sendo conhecedora prévia da condição sócio-econômica precária dos moradores.

Os pais das crianças, não tiveram oportunidades de avançar na educação formal, e não possuem atividades laborais que possam lhe garantir melhores condições de vida. As crianças passam por muitas dificuldades, entre elas: a fome; más condições de higiene do local (existem muitos ratos, baratas, e dificuldade em manter os espaços limpos); problemas de saúde; desemprego dos pais; violência intrafamiliar; insegurança quanto ao convívio com os demais vizinhos; dificuldades na inserção escolar;

sentimento de não pertencimento devido à instabilidade quanto à moradia. E para as crianças provenientes da Cidade das Luzes, foram retiradas juntamente com a moradia as formas de brincar em um ambiente rural, que os permitia mais possibilidades de exploração infantil (dentro do contexto de ocupações); a privacidade das famílias e os sonhos ali depositados, como o relato de Poliana, 11 anos: *“O trator passou por cima [...] tínhamos uma casinha já, uma geladeira [...] A nossa casa já tava bonitinha, e acabou tudo”*.

Talvez as vivências que presenciei com a equipe sejam comuns a muitos profissionais e pesquisadores que realizam seu trabalho em lugares semelhantes: o sentimento de impotência e desejo de realizar uma intervenção além da pesquisa proposta era constante. O modo crítico como Munist et al (1998) propõem intervenções no “Manual de identificación y promoción da resiliencia en niños y adolescentes” considera que através do conhecimento da realidade em que as crianças vivem, torna-se possível desenvolver mecanismos de resiliência comunitária com recursos e estratégias pertinentes ao grupo para enfrentamento das suas adversidades. O pensamento converge com o de Ornelas (1997), que nas intervenções comunitárias, alguns princípios precisam ser observados, entre eles o conhecimento das vivências da comunidade. Segundo o autor “para operar mudança na comunidade é necessário que se saiba primeiro como é que ela funciona” e quais os recursos utilizados e disponíveis para transformação social (ORNELAS, 1997, p. 378). Andrey (2004) complementa ao afirmar que o caráter das intervenções na comunidade deve ser com o objetivo de melhoria da competência social com programas orientados para acentuar o adaptativo e menos o patológico da vida social. Dessa forma, compreender os recursos utilizados e disponíveis com foco na melhoria da competência social, não apenas no diagnóstico com foco no patológico, são discursos que norteiam a psicologia social comunitária ao longo do tempo, e que estão intimamente relacionados aos aspectos de Resiliência aqui apresentados.

A despeito da literatura apontar que as intervenções psicossociais com ênfase na resiliência ajudam a disponibilizar ferramentas metodológicas viáveis e práticas para promoção e prevenção de saúde nas comunidades, os limites da equipe no campo e os objetivos da pesquisa não permitiram ampliar o alcance das ações para além dos objetivos da pesquisa.

Voltando à precariedade das condições de vida, aspectos referentes à estrutura do imóvel ocupado eram comumente tema a ser registrado no diário de campo. Ainda

assim, segundo informações compartilhadas durante as visitas, a Caixa Econômica Federal fez vistorias no local e atestou condições satisfatórias para moradia, em 26 de setembro, assim o imóvel foi destinado para habitação em interesse social. Em maio de 2018¹⁹, a comunidade avançou na aquisição dos seus direitos a moradia, com a realização do sorteio para selecionar a entidade que iria gerir e obter recursos para adequar o edifício para moradia popular no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida- Entidades. Caso siga adiante, a proposta após o processo de transição para o prédio habitacional, é de que cada morador pague o equivalente ao Minha Casa Minha Vida faixa-1, de 80 - 250 reais para a Caixa Econômica Federal.

Até o término desta pesquisa, todos os trâmites de reforma do prédio permaneceram inalterados, a despeito da reivindicação da liderança junto ao poder público. Porém, com mudança na gestão nos governos estadual e nacional, não existem perspectivas que afirmem para os integrantes da ocupação melhorias no prédio, ou mesmo alguma outra intervenção.

4.3 Organização e convivência comunitária

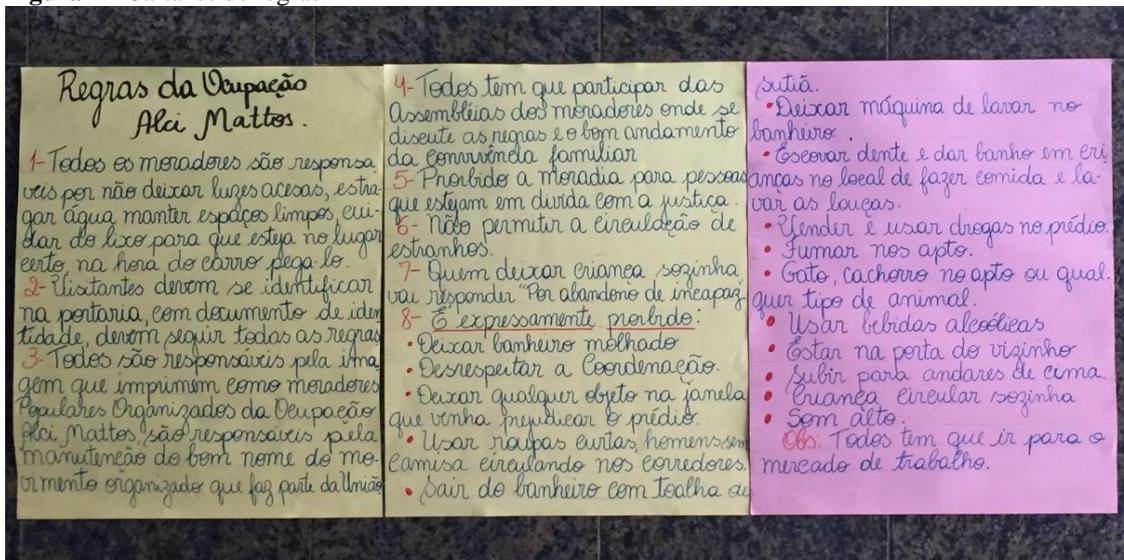
Até o momento de conclusão da pesquisa, a comunidade tinha como composição, ocupantes venezuelanos, paraenses, maranhenses e, em maior número, amazonenses. Os moradores dividem os seis primeiros andares do prédio (o imóvel possui 15 andares), onde o acesso é realizado por escadas, uma vez que os elevadores não funcionam.

Os moradores da comunidade precisam conviver e dividir os espaços: em cada andar residem de 9 a 11 famílias, compartilhando um banheiro situado no corredor (com chuveiro e vaso sanitário) para cada três famílias. Os coordenadores do movimento social funcionam como síndicos, estabelecem regras para a boa convivência, que são fixadas em cartazes na entrada do prédio e nos demais corredores. As regras não são elaboradas com a participação de todos, e possuem um caráter verticalizado, onde a liderança ocupa um lugar central na organização e manutenção das mesmas. Os moradores que não cumprirem as regras são advertidos verbalmente e podem ser penalizados, vindo a deixar a ocupação.

¹⁹ Disponível em: <https://d24am.com/amazonas/uniao-repassa-imovel-para-abrigar-familias-no-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

As regras envolvem horários, tipo de vestuário, limpeza e uso dos espaços do imóvel, entre outras, como mostra a figura 2:

Figura 2 - Cartazes de regras I



Fonte: VASCONCELOS (2018)²⁰.

Entre as regras da comunidade, existem algumas que são dirigidas para o cuidado com as crianças, como mostra a figura acima no tópico 7, que proíbe deixar a criança sozinha na moradia e enfatiza que será considerado abandono de incapaz, em concordância ao Artigo 133, do código penal Decreto Lei 2848/40:

Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono: Pena - detenção, de seis meses a três anos. § 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a cinco anos (BRASIL, 1940).

Outra norma da comunidade encontra-se no final do figura 2, que proíbe a circulação de crianças sozinhas, as normas demonstram atenção à infância e dialogam com a necessidade de proteção em um espaço de convivência com muitas outras pessoas, e com instalações adequadas provisoriamente para moradia que podem oferecer risco.

Em contrapartida, revela como a infância em ocupações possui novos modos de ser criança e de brincar. A criança nas ocupações precisa se adequar as regras e não

²⁰ VASCONCELOS. Bruno Rudar. Psicólogo e pesquisador do LABINS integrante da equipe do projeto "Processos de criatividade, superação e inovação dos residentes de uma ocupação urbana: resiliência, modos de subjetividade e elaboração do trauma".

pode explorar o seu local de moradia de outras formas, como em outros tipos de habitação. Os espaços não são destinados a elas, mas no cotidiano eles acabam sendo reivindicados, como explica Gobbi (2016) ao citar o movimento de crianças residentes em ocupações na grande São Paulo, no Vale do Anhangabaú, para ela a presença dos meninos e meninas modifica o tempo e as relações existentes, e as brincadeiras passam a ser recurso de conquista dos seus espaços que acabam se modificando.

Na ocupação não há um local destinado às crianças. Quando é realizada alguma atividade para as mesmas, se faz uso da sala de reunião, utilizada para as Assembleias e demais eventos. As crianças demonstram insatisfação por não poderem brincar com mais liberdade nos corredores e de terem que se adaptar ao espaço reduzido dos seus cômodos.

Percebendo a necessidade de atividades infantis na ocupação, a coordenação do movimento busca estabelecer parcerias com instituições, a fim de viabilizar o bem estar e qualidade de vida das crianças. Uma das contribuições institucionais é realizada pela Cáritas²¹, desde 2017, consiste segundo a coordenação da ocupação, em atividades de recreação, passeios, e encontros semanais abordando temas específicos. Em uma das minhas visitas, presenciei um encontro que tinha como tema: Violação de Direitos. O grupo tinha crianças a partir de 2 anos de idade e alguns adolescentes, no total 22 participantes, estavam organizados em roda e ouviam a exposição que foi seguida do ensaio de uma música.

As atividades infantis na ocupação despertaram-me muito interesse, uma vez que, o conteúdo das informações e a possibilidade dessas crianças estarem sendo inseridas em discussões que envolvem questões sociais e políticas, desde tão tenra idade (2 anos) podem levá-las a diversos desdobramentos na vida concreta. Realidade que me leva a reflexão do tipo de infância e sua condição social nas ocupações, detentora de aspectos muito diferentes de outras infâncias na contemporaneidade. Buscarei discutir nos tópicos a seguir essas vivências, porém achei importante nesse momento trazer o

²¹ A Cáritas Brasileira é uma entidade vinculada à igreja católica de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e em defesa da vida e da participação da construção solidária (CARITAS, 2018).

relato da minha observação participante. A atividade a qual presenciei e a sala descrita pode ser visualizada na figura 3:

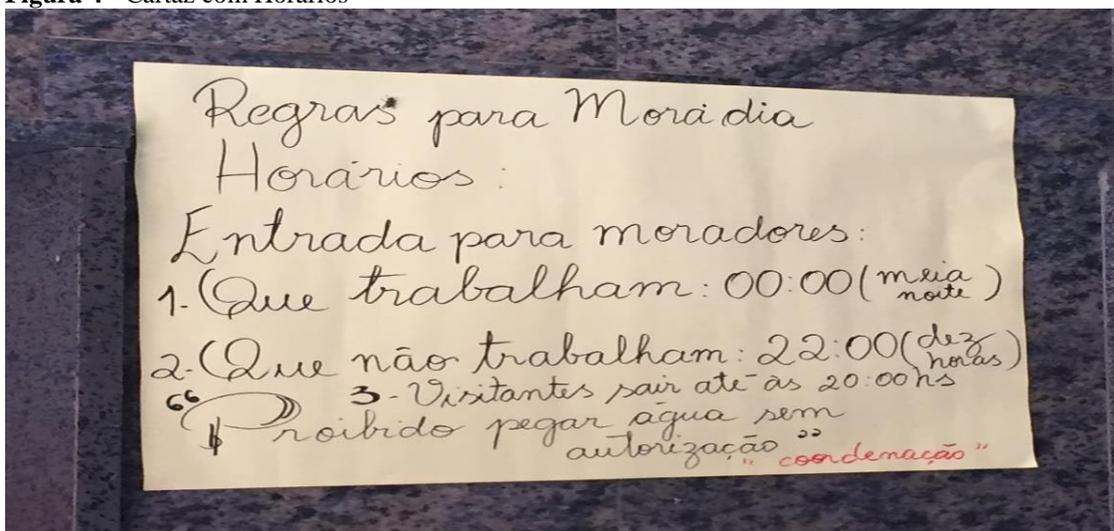
Figura 3 - Atividade infantil



Fonte: A autora (2018)

Após breve explanação sobre as crianças da ocupação, e em continuidade a descrição das normas convém mencionar, que existem regras sobre os horários, com ajustes conforme a realidade dos moradores, incluindo critérios para os que trabalham e os que não possuem atividade laboral, como revela a figura a seguir:

Figura 4 - Cartaz com Horários



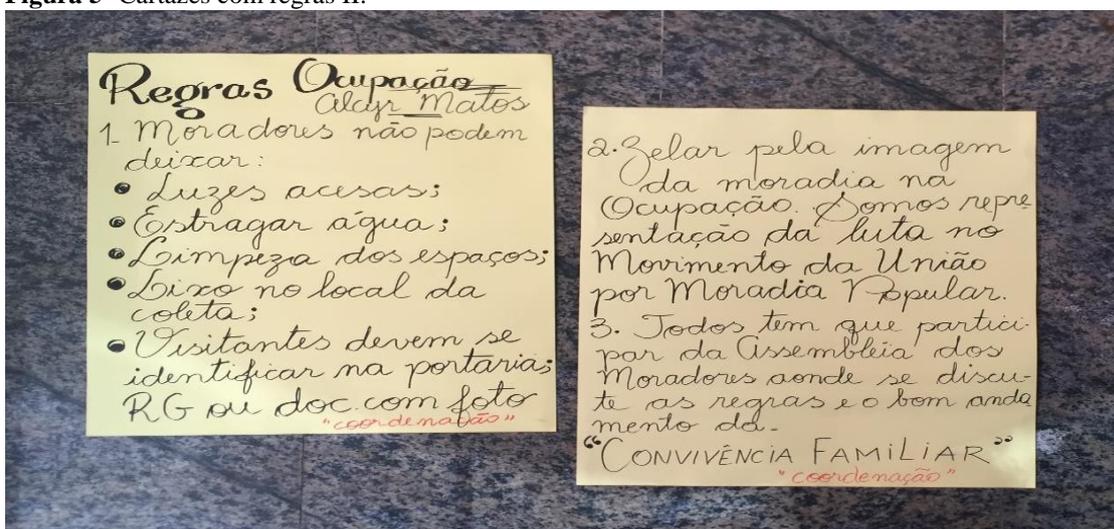
Fonte: VASCONCELOS (2018).

A fiscalização do cumprimento das normas é realizada pela liderança da comunidade, que é constituída por três mulheres. As síndicas que, como dito, fazem

parte do movimento de moradia popular, não residem na ocupação. Para mantê-las e para pagamento das demais despesas é cobrado uma taxa de cinquenta reais para cada família, nos moldes de um pagamento mensal em condomínio. Além disso, todos os moradores precisam apresentar os antecedentes criminais, é uma exigência para permanência na localidade e participarem das Assembleias onde se discutem as regras e o andamento da comunidade.

A regra de participação nas Assembleias é tida como prioridade, por isso também fica fixada em cartaz na entrada do prédio, conforme figura 5:

Figura 5- Cartazes com regras II.



Fonte: VASCONCELOS (2018)

O não cumprimento das normas gera o pedido de retirada do morador da ocupação, dessa forma os moradores são obrigados a cumprirem as regras acordadas nas assembleias.

As crianças estão presentes nas assembleias, acompanhando os pais, porém não existe participação nas pautas discutidas. Elas permanecem no local como ouvintes e observadores, não havendo possibilidade de manifestação da fala das mesmas. Restringindo a sua comunicação apenas ao local privativo da família. Todavia as crianças tem acesso aos espaços e momentos que envolvem todos os processos que a família e a ocupação têm enfrentado. As crianças falam de maneira clara sobre os assuntos referentes à moradia, como nos momentos dos encontros de contação de estórias, relatos que serão apresentados e discutidos no capítulo 5.

Quanto à convivência entre os moradores da ocupação, além de tensões e conflitos, há relatos de solidariedade e parceria entre os mesmos, os vizinhos se ajudam com os recursos que dispõem.

Convém mencionar, que o presente capítulo traz dados sobre a ocupação de caráter mais descritivo-reflexivo, pois tem como objetivo contextualizar a presente pesquisa, para posteriormente, nos capítulos seguintes, realizar discussões teóricas dos aspectos mais relevantes.

5. ABRINDO AS PÁGINAS DAS HISTÓRIAS E ESTÓRIAS: OS ASPECTOS RESILIENTES E A POSSIBILIDADE DE METAMORFOSEAR

Os aspectos relacionados à resiliência puderam ser observados nas oficinas, as crianças da ocupação Alcir Matos queriam se expressar e obtiveram oportunidade nos encontros. Rapidamente entenderam a dinâmica dos encontros e buscavam aproveitar cada momento. O acesso à sala era livre, logo que abríamos o local as crianças começavam a chegar, todas muito curiosas para saber o que seria realizado e ansiosas para participar. Os livros ficavam em uma caixa disponível na sala, elas chegavam e podiam ter acesso, não tinham receio em se apropriar do que estava sendo oferecido e perguntavam se podiam ler, brincar com os cenários, ou com o que estava sendo disposto em cada encontro. Comentei que aquele espaço era para elas e poderiam se sentir a vontade para falar e participar como quisessem.

Nos primeiros encontros elas se mantinham mais reservadas para falar de si mesmas, devido o movimento dos pais e demais adultos da ocupação, de preservar a imagem e não compartilhar da privacidade para vizinhos e outros. Entretanto, após o terceiro encontro elas já estavam à vontade para se expressarem sobre muitos assuntos, sem reservas. Algumas não falavam no coletivo, junto com as demais crianças, mas esperavam um momento em que estivessem a sós comigo para falar, como na exploração das atividades, após a contação da estória.

Sobre os aspectos da resiliência em crianças e como podem ser expressos, Cyrulnik (2004) comenta:

O processo de resiliência permite a uma criança ferida transformar seu ferimento em reorganizador do eu, sob a condição de que à sua volta haja uma relação que lhe permita realizar uma metamorfose. Quando a criança é sozinha e quando é obrigada a se calar, ela revê sua brutalidade como uma litania. Torna-se então prisioneira da sua memória, fascinada pela precisão luminosa da lembrança traumática. Mas, quando se dá a ela a palavra, o lápis ou o palco em que possa se expressar, ela aprende a se descentrar de si mesma para governar a imagem que tenta produzir (p. 202, grifo da autora).

Nas oficinas, através da contação das estórias, foi lhes proporcionado um lugar de fala, um momento de elaboração da sua subjetividade, ali poderiam ficar a vontade para falar do seu dia -a- dia, seus medos, sonhos e visão do seu entorno. O desenho foi uma das formas de expressão mais usadas, seguido das demais atividades lúdicas propostas para cada encontro.

Sunderland (2005) comenta que a linguagem das crianças é permeada por metáforas, como em sonhos e em histórias. A história fala às crianças em um nível muito mais profundo e imediato do que a linguagem literal do cotidiano. Falar sobre sentimentos na linguagem cotidiana é como andar em círculos, pois é a linguagem do pensamento, enquanto falar por meio de uma história, fazer uma encenação com bonecos ou fantoches, representar o que você quer dizer com barro, com pintura, ou em uma caixa de areia é usar a linguagem da imaginação, essa é a linguagem natural da criança. Assim, o uso das estórias reconhece que é limitado falar sobre sentimentos com crianças na linguagem cotidiana.

Dessa forma, através das oficinas foram observadas estratégias utilizadas pelas crianças da ocupação com intuito de lidar com as dificuldades apresentadas a elas no cotidiano. Entre os aspectos relacionados à resiliência estão: autonomia; criatividade e resolução de problemas; formação de vínculos afetivos e utilização de redes de apoio; sentidos de propósito e futuro; consciência; humor perante as intempéries; religiosidade, fé e espiritualidade; e o desejo de narrar suas histórias através do brincar, desenhos e jogos infantis.

5.1. Autonomia: liberdade para poder atuar

A autonomia infantil está presente em várias discussões da psicologia, nas teorias que envolvem o desenvolvimento da criança, indo até mesmo a sua participação e protagonismo na vida familiar e comunitária. Lane (2004) comenta sobre como o sujeito é constituído pelas relações sociais e é atuante dependendo do grau de autonomia e de iniciativa que ele alcança:

O indivíduo sujeito da história é constituído de suas relações sociais e é, ao mesmo tempo, passivo e ativo (determinado e determinante). Ser mais ou menos atuante como sujeito da história depende do grau de autonomia e de iniciativa que ele alcança. Assim ele é história na medida que se insere e se define no conjunto de suas relações, desempenhando atividades transformadoras destas relações; o que implica, necessariamente, atividade prática e inteligência, tão inseparáveis quanto, no nível da sociedade, são inseparáveis a infra e superestrutura, e cuja a unidade é estabelecida por um processo cujo o agente exclusivo é a atividade humana em suas diferentes formas(p.42, grifo da autora).

As crianças da ocupação Alcir Matos são muito participativas na vida da comunidade em geral, e desde os primeiros encontros, demonstraram interesse em

ajudar na arrumação da sala, que foi destinada para a realização dos encontros. Faziam perguntas sobre as atividades que seriam realizadas e não deixavam de fazer colocações sobre o que pensavam do que estava sendo proposto. Até mesmo as crianças menores se prontificaram em ajudar na limpeza e arrumação, demonstravam-se capazes de arrastar e desmontar móveis, varrer, limpar e contribuir com o que fosse necessário para a organização da sala.

Alguns enfeites com letras foram deixados na porta da sala que foi destinada para realização dos encontros, e quando chegamos à comunidade para realizar o encontro tinham sido danificadas. Rapunzel (6 anos), logo afirmou com veemência: “*É porque não fico sempre aqui*”, mostrando que ela não permitiria esse dano a ornamentação da sala, caso estivesse presente em todos os momentos no prédio. Para melhor compreensão segue a imagem 6 da entrada da sala:

Figura 6- Entrada e preparação da sala de contação de estórias na Ocupação



Fonte: A autora (2019)

A postura de resolução de problemas, e destacadamente como um movimento autônomo e individual, realizado pelas crianças a sós, sem interferência de um adulto é visto também em outros momentos, como em um diálogo sobre o medo. As crianças apontaram como um dos seus medos os ratos e baratas que existem na ocupação. A estória contada falava de como um menino conseguia conviver com seus medos²². Poliana (11 anos) comenta sobre o irmão: “*Um dia o Tarzan chorou porque ele queria*

²² ROCHA, Ruth; LORCH, Dora. **Tenho medo mas dou um jeito**. Ilustração: Walter Ono. Ed. Salamandra. 2009

“matar a barata, e foi eu que matei” (Grifo da autora). Tarzan (8 anos) logo se defende: *“Eu mato a barata!”* .

As crianças buscam resolver suas dificuldades sem ajuda dos adultos, ou irmãos mais velhos, falam em primeira pessoa e demonstram desejar romper sozinhas suas limitações e medos. No mesmo encontro que foi falado sobre os medos, em um momento na contação perguntei: *Afinal, o medo serve para quê?* __ *“Pra aprender se virar sozinho”* (Poliana, 11anos).

Elas compreendem a dinâmica da família e sabem que os pais nem sempre podem auxiliá-los, algumas famílias são constituídas por muitos filhos, e as genitoras se mantêm ocupadas com a organização das tarefas domésticas e trabalhos informais que possam contribuir na renda da família. O filho mais velho acaba por assumir alguns papéis como cuidar dos irmãos menores, como demonstrado na figura 7:

Figura 7- O papel do irmão mais velho



Fonte: A autora (2019)

Cyrulnik (2005) explica que em um contexto social e cultural permeado por figuras distantes que não lhe dão segurança, o adulto familiar não é mais a única imagem saliente do seu mundo, é outra criança, com frequência a “mais velha” que ocupa esse lugar. “Os “mais velhos” podem assumir a função de tutor de resiliência que os pais sobrecarregados e os professores distantes já não podem exercer. Esse poder mútuo de modelagem é subestimado por nossa cultura” (p. 66).

Poliana, em especial faz um movimento de independência, autonomia e de possível tutora de resiliência em vários momentos, ela é irmã mais velha de uma família

de quatro filhos, e acaba assumindo algumas responsabilidades. Cuida dos menores, ajuda na organização da casa, faz o preparo de alguns alimentos e se transporta de ônibus, sozinha, do centro da cidade, local da ocupação, até a zona oeste da cidade, quando a família necessita de alimentos ou algo mais, pois recebem ajuda de amigos que residem naquela área.

Situações ou atividades que comumente são vistos como riscos potenciais, são interpretados pelas crianças como desafios que precisam ser vencidos, e estas falam com orgulho do que conseguem realizar:

“Aprendi a nadar só, me jogando na piscina” (Poliana, 11anos).

“Mamãe me ensinou a fazer bolo” (Fada Tinker Bell, 8 anos).

“Sabia que fiz o bolo de Natal?” (Poliana, 11anos).

Todas as crianças participam das atividades rotineiras da casa. Uma das crianças afirmou que gosta de participar: *“Gosto!”* (Capitão, 8 anos). Os menores como Homem Aranha (5 anos) fica responsável por fazer atividades mais simples, como encher os litros de água para beber. As maiores, cozinham e fazem tarefas mais elaboradas (Poliana, 11 anos, e Moana II, 10 anos).

Nas atividades escolares enviadas para casa, algumas crianças fazem sozinhas, sem supervisão dos pais. Outras fazem com um pouco de supervisão, pois as genitoras precisam se dividir entre as demais atividades do lar.

Sobre a autonomia na infância, alguns autores como Cyrulnik (2005) problematiza a autonomia na infância e sua relação com as responsabilidades dirigidas aos adultos e aponta o adultismo, comportamento de crianças cujos pais são vulneráveis (doentes mentais, alcoolistas, deficientes físicos, presos entre outros), relacionado à adaptação forçada a condições adversas e a amadurecimento inapropriado para a fase de desenvolvimento infantil, como realidade preocupante. Para o autor “os filhos de pais vulneráveis apegam-se a tutores frágeis e adaptam-se a esse ambiente cuidando muito deles” (p.82). Explica que é como o que acontece quando se caminha por uma trilha mal traçada numa montanha. Prestamos atenção aos desmoronamentos, afastamos as pedras instáveis, empurramos os galhos que poderiam nos desequilibrar.

Então, o que ajudaria as crianças de pais vulneráveis que apresentam esse comportamento a tecerem sua resiliência? Segundo Cyrulnik (2005) o encontro “fora de

seu estranho lar de um vínculo familiar ou cultural no qual pôde deixar de ser pai de seus pais” (p.83). A disponibilidade de um tutor de resiliência em uma escola, uma vizinhança, associação, grupo de amigos, em que a criança podia retornar seu lugar e seu desenvolvimento.

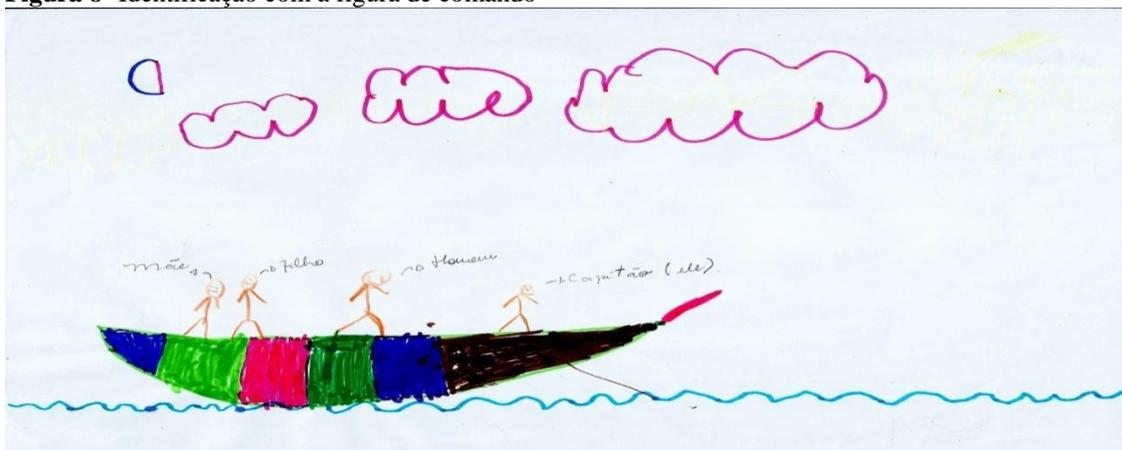
Compreendendo o que o autor discute e o papel que os tutores de resiliência ocupam nos casos descritos acima, observando as crianças da ocupação, nota-se que algumas das que participaram do presente estudo, possuem pais usuários de drogas, e, em condições semelhantes às citadas na literatura. Porém, as crianças da Ocupação não demonstram sentirem-se desprestigiadas ou desfavorecidas por terem que assumir algumas funções: pelo contrário, a sua participação autônoma parece ser vista como protetora das realidades aversivas da pobreza. Por certo há que se pensar em quais empecilhos as famílias ali encontram para organizar o cotidiano, devido às circunstâncias que atravessam. Deste modo, ainda que reconhecendo situações que impõem perigos concretos ou responsabilidades não compatíveis com a idade das crianças, é necessário manter a reflexão sem simplificar as causas, criminalizando e culpabilizando a pobreza. Compreender o sentido dado pelas crianças em cada ação permite identificar as contradições que as condições adversas instauram. Caso contrário, estaríamos adotando o “uso moralizador e normatizador de conceitos científicos que culpabilizam o indivíduo por sua situação social e legítimas relações de poder, apoiados no princípio da neutralidade científica” (SAWAIA, 2001, p.98).

Os autores latino-americanos também mencionam conceitos de autonomia na infância, entre eles a habilidade da criança separar-se de uma família disfuncional e se colocar psicologicamente longe dos pais enfermos, essa característica é vista como uma das mais importantes encontradas em crianças crescidas em famílias com problemas de alcoolismo e doenças mentais (Munist *et al* , 1998). Comentam ainda que nos trabalhos com famílias alcoólicas, observou-se o desejo de enfrentar exitosamente os dilemas do alcoolismo, desenvolver um distanciamento adaptativo e afastar-se do foco familiar de comportamento disfuncional. Segundo os autores, as crianças em processo de resiliência são capazes de distinguir claramente, por si mesmos, entre suas experiências e a enfermidade de seus pais. Por outro lado, entendem as causas do mal e constatarem que seu futuro pode ser diferente da situação de seus pais. O distanciamento provê espaço protetor para o desenvolvimento da autoestima e da habilidade para adquirir metas construtivas.

Em continuidade, algo interessante que vale destacar é que as crianças não apenas buscavam protegerem-se a si mesmas, mas também a outras crianças da ocupação, elas se comunicam para brincar e também compartilham entre elas comentários sobre o local onde vivem e os riscos oferecidos. Em um diálogo Rapunzel (6 anos) fala que Poliana (11 anos) falou que no prédio tem pessoas de má índole e ela precisa ter cuidado, por isso tem medo nos momentos em que há alguém estranho ao seu lado: “[tenho medo] *quando tem gente do meu lado, porque aqui tem homem estuprador*”.

Os desenhos também revelam como eles se vêem na família, ou desejariam estar. As crianças são protagonistas das histórias contadas nos desenhos, como mostra a figura 8, onde Capitão (8 anos) identifica-se com o capitão do barco, que comanda para onde o barco deve ir:

Figura 8- Identificação com a figura de comando



Fonte: A autora (2019)

Em outra imagem, figura 9, Tarzan, (7 anos) desenha uma luta, na qual ele é personagem principal - o Hulk -, que luta e vence o mal:

Figura 9- Identificação com o lutador vencedor

Fonte: A autora (2019)

Em um dos relatos, Chapeuzinho Vermelho (11 anos) fala que um dos momentos que a deixam feliz é quando vai trabalhar em casas de família: “*Quando eu vou trabalhar*”, pois pode comprar merenda com o dinheiro e fica triste quando não vai trabalhar. A família de Chapeuzinho Vermelho tem enfrentado muitas dificuldades financeiras e é possível que a criança realmente tenha identificado na sua força de trabalho a possibilidade de adquirir alimentos. Sobre esta situação na atualidade de grandes centros urbanos, como Manaus, a despeito das ações de prevenção do trabalho infantil, a sociedade não só aceita, mas fomenta e ainda explora a força produtiva de crianças pobres, as quais vivenciam esta condição de violação de direitos, junto com suas famílias, como uma forma positiva de sobreviver.

O que pode ser observado como potência, a autonomia, também é identificada como denunciador da ausência das instituições de proteção do estado e de políticas públicas que deveriam inserir as famílias em programas sociais que viabilizassem apoio social, ao canalizar a postura colaborativa e operante das crianças para atividades de formação e desenvolvimento familiar e comunitário. Ao invés do Estado se fazer presente, ele faz uso perverso das crianças que buscam ser resilientes para perpetuar discursos como: “Eles conseguem sobreviver independente das situações de crise!”.

Sobre a omissão do Estado, Junqueira e Deslandes (2003, p. 234) ressaltam que a promoção da resiliência não substitui a responsabilidade do Estado nas questões referentes às situações de risco à saúde e àquelas que interferem negativamente na qualidade de vida, tal como as situações de violência. Para as autoras:

Promover resiliência não implica abandonar as políticas voltadas para o enfrentamento dessas situações, seja em um sentido preventivo ou na assistência às necessidades e direitos da população. Lançar a responsabilidade sobre o indivíduo seria uma leitura estreita daquilo que os pesquisadores têm refletido acerca do conceito de resiliência.

De igual acordo, Sawaia (2001, p.99) ao explicar os processos de exclusão, afirma que é necessário:

Dá força ao sujeito, sem retirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ela não é mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

A relação dos processos de exclusão e subjetividade humana, em especial a resiliência, precisa ser vista incorporada a questões que envolvem estruturas macro e micro sociais, sem essa discussão os aspectos de superação e enfrentamento não são bem compreendidos.

5.2. Criatividade e resolução de problemas

Os aspectos resilientes encontrados nas vivências com as crianças não se encontram isolados: todos estão ligados e se manifestam em conjunto nas suas ações, caracterizando a natureza complexa do construto. Cyrulnik (2004) destaca que a resiliência é um processo de “um conjunto de fenômenos harmonizados em que o sujeito se esgueira para dentro de um contexto afetivo, social e cultural” (p.207). A autonomia discutida no tópico anterior relaciona-se também a possibilidade de criar e a busca por resolução de problemas e os demais aspectos discutidos.

Assim, sobre o ato de criar a artista plástica Faya Ostrower (2010) esclarece que é basicamente formar, é poder dar uma forma a algo novo, abrange, portanto a capacidade de compreender, e esta por sua vez, de se relacionar, ordenar, configurar e significar. Para a criança, a criatividade se manifesta em todo o seu fazer espontâneo: no brincar, no sonhar, no associar, no simbolizar e no “fingir” da realidade, que no fundo é de fato o real. Criar é viver para a criança.

O conceito destacado dialoga com as discussões teóricas aqui apresentadas sobre resiliência e infância, e coloca a criação como possibilidade de movimento e não

como fuga, negação da realidade ou alienação. Os processos criativos são variados, sensíveis à cultura e a fase de desenvolvimento físico e psíquico da criança.

As crianças da ocupação apresentaram um potencial criador na resolução dos seus problemas, elas usam os recursos materiais disponíveis e elaboram formas para lidar com as carências do seu cotidiano. Um exemplo dessa realidade foi visto nos comentários sobre a criação de uma creche criada pela as próprias crianças.

A creche Ruth Goulart²³, como era nomeada pelas crianças, foi criada pelas crianças maiores: Poliana (11 anos), Moana (11 anos) e Princesa Sofia (10 anos) em um cômodo vago, no quinto andar da ocupação. As crianças se reuniam para brincar, assistir desenhos animados, realizar atividades escolares e lancharem juntas. Diante da escassez de um espaço para brincar, elas viram a possibilidade de fazer nesse local vago um ambiente para se divertirem.

Poliana (11 anos) explica que criaram a creche “*porque tinha vontade de brincar*”, e algumas crianças ficavam ociosas, pois não tinham o hábito de dormir no horário da tarde. Então, elas se juntavam para brincar em um local comum e faziam cooperação para o lanche. A creche era um lugar de cuidado, educação, entretenimento, de preenchimento das necessidades que faltavam ser preenchidas. O espaço criativo construído por elas era a representação de tudo que não tinham obtido na ocupação, entretanto poderiam obter através da solução criativa da creche.

Em contrapartida, a proposta criativa não era bem interpretada, os pais começaram a ficar preocupados com o aglomerado de crianças sem a supervisão de um adulto, e a coordenação às proibiu reunirem-se. As crianças, mesmo diante da sanção, ainda reúnem-se esporadicamente, demonstram que burlar essas regras não os incomoda e que faz parte da convivência da ocupação. Elas vão para o local e quando são descobertas retiram-se, buscando adequarem-se nos corredores e às exigências da coordenação.

As formas criativas infantis nem sempre são bem interpretadas, porém elas estão permeadas por sentidos e intencionalidade. A imaginação criativa, manifesta na materialidade de um fazer, revela o potencial de formar e transformar realidades vividas. Os pais, a coordenação do movimento e as instituições parceiras precisam compreender a expressividade criadora infantil e possibilitar espaços para movimentos criativos construídos por elas.

²³ As crianças se inspiraram no seriado infantil que é transmitido em rede nacional, Poliana. Nele há uma escola chamada Ruth Goulart.

As soluções criativas permitem à criança explorar seu potencial criador, aspecto importante para construção da sua identidade. Munist *et al*(1998) também menciona a resolução de problemas como uma capacidade observada nas crianças em processo resiliente, estas possuem habilidades para pensar de forma abstrata reflexiva e flexiva, buscam soluções novas para problemas cognitivos e sociais, e demonstram-se capazes de produzir mudanças em situações frustrantes.

Além da creche como exemplo do uso criativo dos recursos disponíveis, também estão os brinquedos e as brincadeiras que elas utilizam. Na falta da possibilidade de comprar um brinquedo ou acessórios que auxiliem no brincar, elas têm ideias criativas a fim de alcançar o desejado. Em um dos encontros, por exemplo, elas queriam papeis em tamanho grande, como cartolina, e nesse dia não tínhamos levado então, elas juntaram as folhas de papel ofício e colaram até que ficasse do tamanho desejado.

Era interessante ver suas ideias e seus movimentos nas dificuldades encontradas: sempre apresentavam alternativas para os encontros e atividades que podíamos desenvolver. O entusiasmo era tão grande que envolvia a mim e a equipe. Havia muito desejo, muita vida, diante de tanta restrição financeira, da família e comunidade.

5.3 Formações de vínculos afetivos e utilização de redes de apoio

Os vínculos afetivos e as redes de apoio são fundamentais para que o sujeito teça a resiliência, o poder de transformação não está no sujeito, mas sim, nas relações que ele desenvolve no contexto em que está inserido, assim, conhecer quem ele identifica como tutor e quais são as suas redes de apoio se torna fundamental para compreensão da resiliência.

O sujeito necessita de auxílio no processo de resiliência “uma mão estendida que lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural que lhe permita a superação” (CYRULNIK, 2004, p.207).

Os moradores adultos da ocupação, nas entrevistas, mencionam as redes de apoio como principal fonte de suporte, em contrapartida, as crianças indicam pessoas como principais fontes de apoio, revelando maior consideração à dimensão afetiva-relacional como foi observado em outras pesquisas como de Costa (2007) onde adolescentes indicavam também os vínculos com as pessoas como fatores protetivos e os profissionais, adultos, mencionavam as instituições como principal apoio social, realidade que está ligada também ao conhecimento ampliado das vivências pelos

adultos e a visão de crianças e adolescentes apenas as questões imediatas conhecidas até então por eles.

Entre as instituições mais mencionadas como rede de apoio estão as igrejas católicas e evangélicas que as famílias frequentadas pelas famílias ou apenas participavam esporadicamente. Poliana (11 anos) e sua genitora mencionaram uma amiga que frequentava uma igreja evangélica que elas visitavam. Nos relatos da filha e da mãe, a amiga aparece como principal apoio de fé e espiritualidade, financeiro e afetivo. O relato da mãe menciona mais detalhes da vinculação afetiva com Ruth²⁴:

Ela não tinha vergonha de nada, sabe? As minhas irmãs tinham muita vergonha de mim, hoje não, a Ruth, não. Me colocava no carro dela, e fazia almoço pra mim, comprava geladeira na bemol. Ela tem uma vida bem boa, sabe? Ela me ajuda daqui pra lá, ela vem me dá cem reais, sem eu fazer nada pra ela [...] Eu devo muito pra ela, não sei se eu vou poder pagar. Deus sabe que um dia ela vai crescer na vida, ela já é, ela já tem, ela nem precisa nada. Só dela fazer isso pelas pessoas; ela não faz só por mim. Ela é bem nova ainda, ela é muito abençoada! Então é uma pessoa que eu devo muito. A minha família nunca fez o que ela fez por mim [...] Ela tem um amor assim por mim, sabe? Um amor que nem as minhas irmãs tem. Ela já entrou nas bocadas me buscar, ela já me levou pra encontros, eu beba, ela já me deu banho, sabe? Ela sempre me ajudou com meus filhos. Ela é tipo uma mãe que eu nunca tive (Genitora de Poliana).

A mãe fala da amiga Ruth como uma tutora não encontrada na infância, mas na vida adulta, menciona o carinho e cuidados maternos não obtidos por ela anteriormente e conhecidos na amizade protetiva.

A mãe da Frozen (7 anos) também traz nos relatos os vínculos com pessoas do mesmo grupo religioso, atribui a ida para estabelecer moradia na ocupação a estes vínculos, menciona também contribuições como utensílios para a sua nova moradia: “*Elza deu cortina também*”.

A irmã Elza, ela falou de um rapaz que não mora aqui e que teria um quarto desocupado, ela falou com ele para ficarmos aí, porque não temos onde ficar. Ele falou que sim, então, Graças a Deus estamos no quarto! Está melhor porque não temos que pagar aluguel, não temos que pagar luz [...] agora está melhor.

A genitora, através de uma moradora da ocupação que frequentava o mesmo grupo religioso, conseguiu se estabelecer no prédio, e organizar sua família em um

²⁴ Os nomes reais foram modificados por pseudônimos com intuito de resguardar o sigilo e as considerações éticas da pesquisa com seres humanos

espaço cedido. Mesmo que Elza não tenha muitos recursos financeiros, ela se sensibilizou com a situação da mãe de Frozen e ajudou como podia: lhe indicou para a liderança da ocupação e ajudou com os utensílios, demonstrando a possibilidade de arranjos através dos vínculos que não se resumem apenas a ajuda financeira, mas sim a alternativas criativas que podem surgir mediante a sensibilização de pessoas entorno de famílias que encontram-se em vulnerabilidade social.

A genitora de Capitão (8 anos) e Homem Aranha (5 anos) também chegou a ocupação através das pessoas que frequentavam a mesma igreja. Ela e seu esposo tiveram conhecimento de um dos movimentos pró-moradia que se reunia uma vez por mês na região onde anteriormente moravam alugado. As reuniões eram coordenadas por uma das atuais líderes da ocupação Alcir Matos, que viabilizou a inscrição e mudança deles na ocupação devido não terem mais condições de pagar o aluguel.

Convém ressaltar, o que já foi descrito no capítulo sobre a contextualização do campo, sobre as parcerias com as instituições religiosas. A ocupação Alcir Matos recebe cestas básicas, brinquedos e outros donativos das igrejas. Existe uma igreja evangélica que funciona em um dos espaços da ocupação e grupos da igreja católica, como a Caritas e a Pastoral da Família, que realizam ações sociais junto às famílias, promovem alguns eventos como “O Grito dos Excluídos” (manifestação que envolveu as crianças e adultos na reivindicação de direitos garantidos constitucionalmente, moradia, saúde, educação, entre outros).

Os vínculos com as instituições religiosas é muito presente em comunidades carentes brasileiras, os aparelhos do Estado não se fazem presentes e não conseguem responder as inúmeras demandas, porém, as igrejas e demais grupos religiosos, como espíritas e outros, tentam levar algum tipo de assistência social e alguns conseguem se organizar e contribuir com a assistência educacional e serviços de saúde, apoio a imigrantes e demais ações. Ainda que vinculado ao discurso religioso, não se pode deixar de observar a relevância dos trabalhos dessas instituições nas comunidades, em muitas delas só existe a presença dessas instituições e as pessoas recorrem a esse apoio, pois, na ausência destes não há mais nada. Dessa forma, não se pode tirar ou apenas criticar o único apoio que algumas comunidades carentes possuem.

Juntamente com os vínculos às instituições religiosas, o apoio da família também foi mencionado, ainda que com considerações feitas a respeito de ocultarem à família extensa o que ocorre dentro da ocupação, para evitar gerar discussões e

questionamentos. Este fato também foi justificado devido às condições socioeconômicas da família extensa não diferirem muito da realidade econômica das famílias que residem no prédio, dessa forma. Assim, às vezes não são acessados, pois não possuem possibilidades de ajudá-los e apenas geraria mais preocupações e problemas.

Em um período da vida em que Cyrulnik (2004) define a criança como uma “esponja afetiva”, a família contribui para estabilizar as emoções infantis, oferece suporte a um estilo relacional que, na adversidade, permite não se deixar arruinar.

As genitoras desejam manter os vínculos com os filhos e resistem doá-los: “*Nunca dei!*”. (Genitora de Mickey e Moana).

“*Eu fico com fome, mas eles não [...] dou primeiro pra eles*” (Genitora de Tarzan e Poliana).

A família extensa aparece nos relatos como apoio para os momentos de lazer dos filhos e da família nuclear:

Aí a gente fica sem nada, né? Pro lazer dos meninos, aí a gente leva eles, lá pra casa do pai, Homem Aranha vai ficar na vó dele, e agora que eles tão indo mesmo, por que minha irmã tá internada, né, aí eu fico com ela de dia no sábado e domingo, lá, aí eles ficam com avó deles (Genitora de Capitão- 8 anos- e Homem Aranha – 5 anos).

A família extensa é também mencionada, nas falas de Mickey (7 anos), Coelhoinha (6 anos), Fada Tinker Bell (8 anos) e Moana (11 anos) como opção para os momentos de lazer.

A fala de Mickey (7 anos) revela a importância da relação com a família extensa como estratégia para lidar com os momentos difíceis vivenciados por ele. Em um dos momentos ele comentou sobre situações que lhe deixaram e ainda o deixam triste, como a morte do pai, e quando tem que ficar longe da mãe. Ele também menciona o que faz lhe sentir melhor: “*ir pra casa da minha vó*”.

Além da família, os colegas do trabalho também foram mencionados, como apoio financeiro: “*Aí ele compra também nas lojas, né? Para pagar a prazo, assim ele vai fazendo, quando não dá ele empresta do colega dele. Pra ele devolver no mesmo mês, mas no dia 20*” (Genitora do Capitão e Homem Aranha).

Segundo Juliano e Yunes (2014) em discussão sobre as redes de apoio, afirmam que as instituições e as pessoas associadas devem comunicar-se de forma colaboradora e pró-ativa, com o objetivo comum de acolher e proteger os que necessitam ser

protegidos. Como um terreno social de proteção de pessoas, famílias e indivíduos em condição de risco psicossocial. A postura de proteção e ação das redes é o que contribui para as transformações na vida dos sujeitos.

Assim, através da análise dos dados, é possível reconhecer a importância das redes de apoio para o desenvolvimento das pessoas e da comunidade. Há maior demanda de suporte social entre sujeitos em situação de isolamento, que não integrem ou possuam nenhuma rede de apoio e, por esse fato, encontram-se extremamente vulneráveis. O isolamento e a não participação nas redes possibilitam ao sujeito apresentar mais vulnerabilidade nos momentos de crise (ORNELAS, 1997). Na comunidade Alcir Matos, existem famílias que mencionam pouco acesso às redes de apoio, esse dado revela isolamento e maior nível de vulnerabilidade, as que conseguem acessar mais redes de apoio e com maior número de vínculos afetivos, demonstram estar com mais perspectivas quanto a o futuro e melhores condições socioeconômicas.

Nesse contexto, outra rede que desperta grande atenção é a rede tecida na própria comunidade, entre os vizinhos e moradores da ocupação, esta tem grande relevância para a compreensão da resiliência comunitária e para compreensão das potencialidades existentes ou não nos movimentos sociais, como os pró-moradia. Juliano e Yunes (2014) comentam que estudar como são enfrentados riscos psicossociais em comunidades e pela comunidade pode servir para esclarecer teoricamente os indicadores que desencadeiam os processos de resiliência na interface com a existência funcional (ou não) de redes de apoio social como elementos essenciais de proteção e cuidado ao outro e seus ambientes.

Devido às transformações enfrentadas na ocupação citadas no capítulo que fala da contextualização do campo, os moradores tem vivenciado muitos conflitos internos, o que tem acarreta em pouca mobilização coletiva e ativação de mecanismo que potencializem a organização dos moradores como rede de apoio efetiva na comunidade. Ainda assim, é possível observar apoio entre alguns vizinhos em situações pontuais como: ajuda no cuidado e supervisão dos filhos, socorro em casos de emergências, contribuição financeira e solidariedade. Como pode ser visto no relato das genitoras a seguir:

“Eu ajudo ela e ela me ajuda, entendeu, ela me ajuda. Quando eu vou pra escola ela fica com o Capitão pra mim, aí durante o dia, olho os filhos dela ficarem aí, aí eu fico olhando eles, entendeu, pra ela!”

“Tipo assim, a minha vizinha lá da frente ela ficou sem gás ela foi fazer lá em casa, porque não deu tempo dela comprar”.

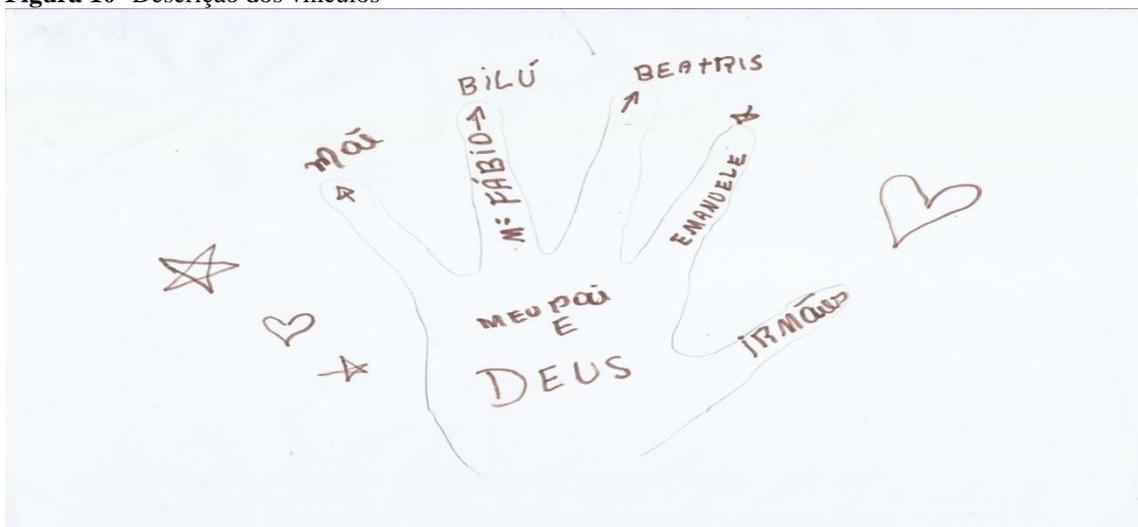
“Um dia desses, dona Celeste arranhou um trabalho pra mim, foi bom, tava muito bom, parou o movimento lá tive que sair”.

“Ela é uma pessoa muito boa, ela deu de presente uma geladeira pra mim”.

“Elza deu cortina também”

Nos relatos das crianças, foram mencionadas como figuras importantes afetivas, além da família extensa, a família nuclear (pais, mães e irmãos), as outras crianças da ocupação (referindo-os como amigos), e eu e as demais assistentes da pesquisa. Fiquei muito surpresa por ser citada juntamente com a equipe e constatamos nesse momento que as crianças realmente já haviam se vinculado a nós e tinham transformado aquele encontro em um momento também de troca afetiva e vínculo terapêutico. Como pode ser visto na figura 10:

Figura 10- Descrição dos vínculos



Fonte: A autora (2019)

Em alguns momentos pude compreender o quanto a nossa relação com as crianças havia se tornado mais significativa. Posso citar um deles, quando Mickey (7 anos) em um gesto simples, no entanto permeado por sentidos, com a cabeça baixa, olha a para irmã mais velha, que também fazia parte das oficinas, e diz: *“ Eu contei pra ela”*, se referindo a morte violenta do pai presenciada por ele, quando tinha cinco anos

de idade. O pai se envolveu em uma discussão com vizinhos e foi morto a terçadadas²⁵ na sala de casa e Mickey ouviu tudo do quarto ao lado, quando saiu do cômodo o seu pai já estava morto.

Naquele momento que Mickey revela a irmã que havia compartilhado suas lembranças dolorosas, guardadas em secreto pela família, a irmã lhe olha como sinal de consentimento, a fala represada não era só de Mickey, mas dela também.

Princesa Sofia (9 anos) trouxe um comentário sobre Poliana (11 anos) que ajuda a compreender o que as crianças estavam percebendo e construindo durante as oficinas: *“A Poliana queria ter uma professora como a senhora [...] porque a senhora não grita!”*. As oficinas proporcionaram como já foi mencionado um espaço de fala e trocas afetivas, ainda não vivido por elas, por isso os encontros e a forma como foram dirigidos, eram valorizados e refletidos. As figuras de autoridades, pais e professores, tinham métodos mais rígidos e opressivos, as crianças observavam e faziam comparações.

Nesse cenário, Cabral (2013) comenta sobre a potência que nas redes de apoio, para a autora em cada encontro, que pode ser dar através da arte, da cultura, do esporte, com amigos, educadores, profissionais de saúde ou mesmo familiares, pode significar uma abertura para a reparação das marcas traumáticas, pois há possibilidade de encontrar um meio de expressão para a intensidade emocional da experiência traumática ou de adversidade, com o potencial de vislumbrar outras formas de lidar com sofrimento intenso encontradas na experiência de outras pessoas, e revelar capacidades próprias antes desconhecidas.

Cyrulnik (2005, p.24) explica que, não são as condições socioeconômicas que prejudicam a criança, mas a falta de afeto e a disposição de tutores para um saudável desenvolvimento infantil:

o que prejudica a criança, é o isolamento afetivo, a ausência de rotinas. Uma criança deixada sozinha torna-se débil porque toda a aprendizagem se torna angustiante. Porque ninguém lhe dá segurança, ela não experimenta o prazer da descoberta. Como não tem o prazer de depender de um adulto junto ao qual adoraria de refugiar, ela só pode se orientar a partir de seu próprio corpo, balançar-se, chupar o dedo, vocalizar sozinha, privando-se dessa forma de tutores de desenvolvimento.

²⁵ Terçado: termo utilizado na Região Norte do Brasil para nomear uma faca grande usada para vários trabalhos domésticos, também conhecida em outras regiões como facão.

As crianças relatam também a relação afetiva que desenvolveram com outras crianças da comunidade, lembram de outros amigos que se mudaram e não moram mais lá, contam as parcerias de brincadeiras, os passeios feitos juntos e como se ajudam e protegem-se. Diferente do relacionamento dos adultos no prédio, as crianças possuem muitos atributos de resiliência comunitária, desenvolvem projetos criativos juntos, são parceiras, solidárias e cúmplices nas travessuras infantis. Uma comunidade que possui um funcionamento diferente da comunidade dos adultos.

5.4 Sentidos de propósito e futuro

- *O que lhe deixa feliz?* (Beatriz)

- *“Quando o sol nasce”* (Mickey, 7 anos)

O diálogo acima revela um pouco dos sentidos de esperança e futuro cultivados pelas crianças, mesmo diante de adversidades que envolvem a moradia, a escassez financeira, dificuldade de acesso à escola, problemas de saúde- devido às condições de higiene dos espaços- e problemas intrafamiliares, as crianças mantêm esperança em relação ao futuro e desenvolvem projetos de vidas.

A questão que surge é: como elas conseguem diante da adversidade vivida? Até quanto tempo? O que mantém essa esperança?

Autores que pesquisam os processos de resiliência na América Latina (MUNIST *et al.*, 1998) destacam o sentido de propósito e futuro como um aspecto importante na promoção de resiliência em crianças e adolescentes, para eles, esse aspecto está relacionado a autonomia e a eficácia própria, assim como a confiança de que é possível ter algum grau de controle sobre o ambiente. Dentro deste aspecto, estão outros fatores protetivos, como: expectativas saudáveis, direção visando os objetivos, orientação a caminho da execução dos mesmos, motivação para a conquista, fé em um futuro melhor, sentido de antecipação e coerência. Estes fatores protetivos associados com a força da presença de um adulto, promotor de resiliência, podem desenvolver aspirações educacionais e a perspectiva de um futuro melhor, pois quando um futuro atrativo nos parece possível e alcançável, somos facilmente persuadidos para subordinar uma gratificação imediata a uma posterior mais integral.

Os relatos a seguir nos ajudam a compreender como esse aspecto esta relacionado às vivências das crianças: *“Ela é uma boa menina sim, bem ambiciosa ela é [...]E ela chega feliz [...] quando ela vai tira só 8, ela é uma boa aluna, ela mostra pra mim,”* A genitora de Poliana faz referência ao desempenho escolar, a alegria da filha por ir a escola e as suas ambições quanto ao futuro. Vale lembrar, que Poliana faz suas atividades escolares sozinhas, e perdeu um ano escolar quando estava na ocupação Cidade das Luzes, pois as moradias ficavam em uma zona mais isolada da cidade e não havia escolas próximas. Entretanto ela continua motivada para continuar os estudos e obter uma profissão, deseja ser professora.

A genitora de Capitão também comenta sobre os sonhos do filho: *“Aí ele fala que não quer mora aqui em Manaus, que ser soldado lá fora”*. Capitão está indo regular na escola, não houve interrupções no estudo e tem muitos sonhos sobre o seu futuro, entre eles o de ser soldado.

Mickey nunca frequentou a escola, e essa conquista é o seu maior sonho, sobre isso a sua mãe fala: *“Ele me pede todo o dia!”*. A genitora explica que não tem condições de colocá-lo na escola, pois têm que ter mochila, alguns materiais escolares e tirar fotos para a matrícula e no momento à família têm encontrado dificuldades, principalmente para obter a alimentação necessária diária. O padrasto e a mãe encontram-se desempregados e tem vivenciados muitas privações, Mickey sempre se mostrava ansioso para a hora do lanche nas oficinas e nunca esquecia de pedir para levar algo para mãe. Um dia, em uma das atividades, ele desenhou um vulcão, e a partir desse desenho (figura 11) contou uma estória: *“O vulcão quando tá cheio ele explode [...] explode de comida [...] mas eu não, (diminui o tom da voz e abaixa cabeça) porque nunca tem comida”*.

Figura 11- A fome como um vulcão



Fonte: A autora (2019)

Ainda assim, Mickey e as demais crianças cultivam esperança e sonhos e me levam a perceber um movimento ativo, libertador e de superação. Não é o que Martin Baró (2011) chama de fatalismo existencial, o que é também nomeado como “controle externo” ou “desesperança apreendida”, reduzido apenas a problemas de ordem intra-individual. Mas o autor explica que o fenômeno incorpora tanto problemas de opressão pessoal como de cadeias de opressão social, e envolve “uma confrontação direta com as forças estruturais que os mantêm oprimidos, privados de controle sobre sua existência e forçados a aprender a submissão e a não esperar nada da vida” (MARTIN BARÓ, 2011, p. 192, grifo da autora).

Os desenhos das suas moradias retratam pessoas felizes, revelando ainda que, em condições precárias para sobrevivência humana, existe um lugar de acolhimento e um destaque para os vínculos, em detrimento de outros aspectos da ocupação. Conforme figura 12:

Figura 12- Prédio feliz

Fonte: A autora (2019)

Os sentidos de propósito e futuro, geram projetos de vida e não se limitam ou estagnam por qualquer tipo de limitação, as crianças se mostram saudáveis e fazem projeções quanto ao seu futuro, realidade que permite mantê-las vivas e com propósitos.

5.5 Consciência

As crianças também revelaram ser conscientes da realidade em que vivem, da sua condição social e de seus enfrentamentos cotidianos. A consciência de si e de classe é observada segundo a fase de desenvolvimento que estão inseridos, são crianças, entretanto falam com muita propriedade das suas vivências, revelando ter ciência de realidades de natureza grupal e individual e suas conexões.

Vale lembrar que, a infância vivida na ocupação, participa dos protestos, grita nas manifestações, está presente nas assembleias realizadas na comunidade, ouve sobre direitos humanos, sabe das situações de riscos e perigos que lhe rodeiam.

Sobre a participação das crianças nas manifestações, uma genitora relata: *“Vai comigo. De madrugada teve uma manifestação [...] foi das oito até a noite toda! O dia inteiro do outro dia, aí quando foi 5 horas da manhã, eu vim embora pra casa, eu esperei o ônibus voltar de novo pra poder eu vir de lá, ele participou comigo! Eles não ficam não!”* (Genitora de Homem Aranha e Capitão).

Para Lane (2004, p.42):

o indivíduo consciente de si, necessariamente, tem consciência de sua pertinência a uma classe social; enquanto indivíduo essa consciência se processa transformando tanto suas ações a ele mesmo; porém, para uma atuação enquanto classe, ele necessariamente deve estar inserido em um grupo que age enquanto tal (por exemplo, uma greve, uma assembleia, exigem grupos organizados em torno de uma consciência comum de sua condição social.

A consciência é manifesta nas histórias contadas, as que eles mais se identificaram foram as que falavam de adversidades e superação: Moana, Malala, Iqbal e Vestido Azul. Todas tinham, em comum, situações de crise e dificuldade vivenciada por crianças, e mobilizavam temáticas que envolviam: luta por direitos, violência, trabalho infantil, discriminação, vida comunitária, enfrentamento na infância, vínculos, entre outros. Como exemplo alguns relatos mostram o que mais despertou atenção na história de Malala:

“Eu achei legal quando ela era corajosa” (Tarzan, 8 anos)

“Eu achei legal que uma bala não ia deter ela” (Moana II, 10 anos).

Na atividade realizada na contação da história de Malala, em um dos diálogos, eu perguntei: O que as crianças do Brasil precisam? Pois, Malala era Paquistanesa. As respostas foram: proteção, cuidado, de escola, de direitos, de casa e de respeito. E as crianças da ocupação? Além das respostas anteriores houve mobilização das crianças falando as realidades vividas na escola: *“De escola [...]eu não gosto da minha escola [...]na minha escola os alunos não respeitam os professores”* (Princesa Sofia, 10 anos). Capitão (8 anos) diz: *“Na minha escola os alunos também não respeitam os professores [...] Ficam respondendo eles”*. Outro relato sobre a escola apareceu em outro momento, quando Poliana, 11 anos, afirmou que queria uma professora como eu, Beatriz, que não gritasse.

A escola se mostra insuficiente, um lugar que não estimula a aprendizagem, permeado de violência. A escola pública brasileira tem enfrentado muitos desafios. A violência transforma o ambiente que deveria ser lugar de criação e aprendizagem, em um lugar de hostilidade na relação professor – aluno e entre eles próprios.

A escola é um ambiente que pode promover resiliência, Rozemberg *et al.*(2015) comenta o papel indispensável da escola no desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois representa o segundo microambiente de socialização dessa população. Para que seja um ambiente promotor de resiliência, ela precisa desenvolver,

entre outros aspectos, relações de confiança e de afetividade entre alunos e professores. No entanto, “se oferece uma ambiente hostil e conflituoso ou permite que a relação entre seus membros não seja saudável, a escola se torna um ambiente nocivo para o desenvolvimento, podendo impactar no potencial de resiliência de seus alunos” (p.132).

Quanto à moradia, as crianças que saíram da cidade das Luzes comentam sobre pontos positivos e negativos, falam sobre as possibilidades que um ambiente rural lhe proporcionava e, mesmo estando em um ambiente central e comercial, não sentem-se prestigiados, pois não podem consumir.

Na atividade da contação de estória de João e Maria as crianças desenharam a sua moradia. Poliana e Moana decidiram fazer a antiga Ocupação Cidade das Luzes e ao lado a Alcir Matos e comentaram do que elas mais gostavam em cada moradia, as demais crianças também participaram do diálogo, conforme figura 13:

Figura 13- Atividade com colagem sobre moradia.



Fonte: A autora (2019)

No momento que procuravam as figuras para a colagem e dialogavam sobre a mudança de moradia, destacavam aspectos positivos e negativos de cada localidade, como mostra os relatos seguintes:

Cidade das Luzes:

“Lá era mais legal que aqui [...] lá a gente podia plantar [...] tinha poço, cacimba” (Poliana, 11 anos).

“Tinha Igarapé” (Mickey, 7 anos).

Ocupação Alcir Matos:

“Aqui é a Kamabras²⁶, aqui é uma madame que vai comprar” (Moana, mostrando no desenho a localização do prédio)

“A gente pode passear” (Moana, 10 anos)

Mickey e Dinossauro Rex (5 anos) desenharam a casa de João e Maria como se fossem as suas casas, como demonstra a figura 14 e 15:

“Essa é a minha casa, a casa de João e Maria” (Dinossauro Rex, 5 anos)

Figura 14- Moradia do Dinossauro Rex: Casa de João e Maria

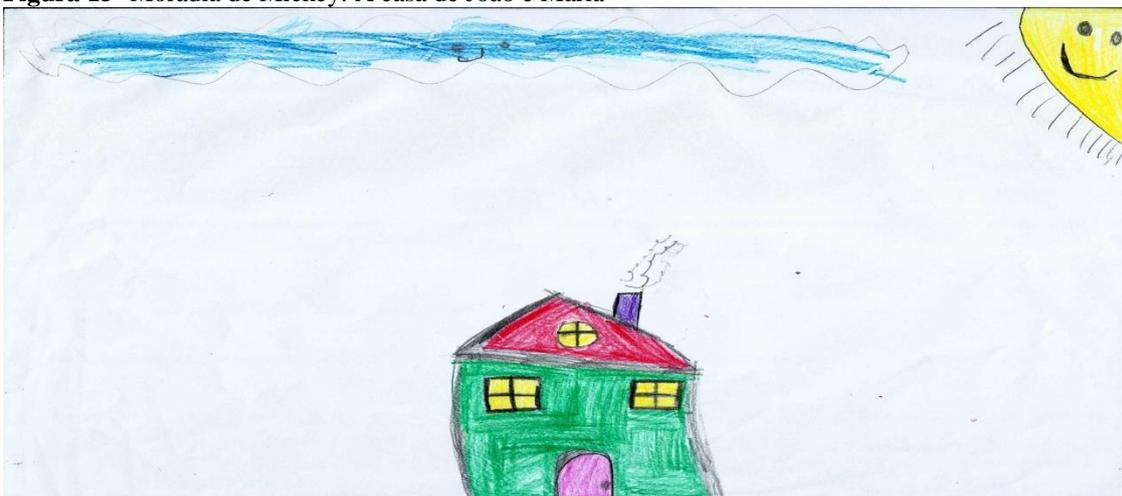


Fonte: A autora (2019)

- *A minha casa é como a de João e Maria [...].*(Mickey, 7 anos)
- *Tem algo que você gostaria de mudar nessa estória?*(Beatriz)
- *Queria que eles comecem muito, não só um pouquinho!* (Mickey)

²⁶ Kamabras é uma loja de cama, mesa e banho que fica na rua ao lado do prédio.

Figura 15- Moradia de Mickey: A casa de João e Maria

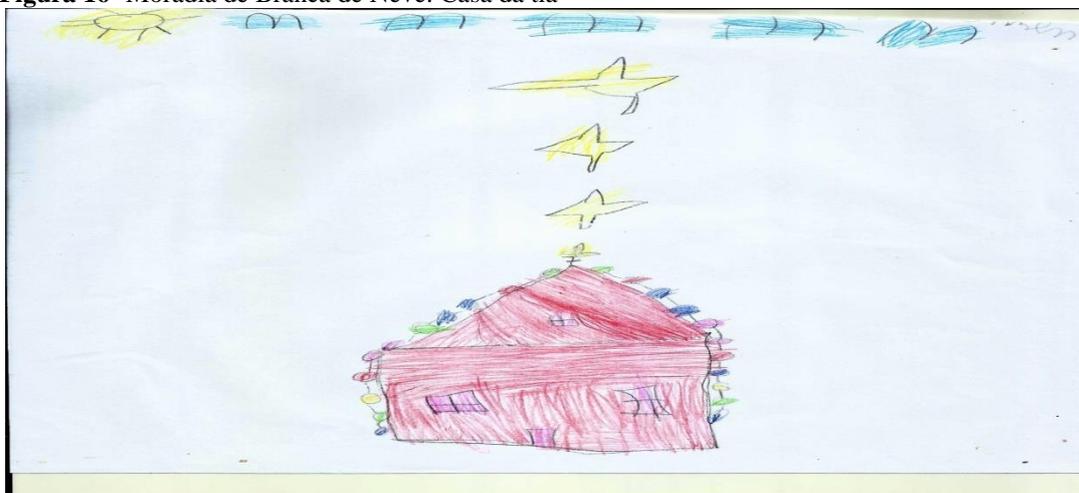


Fonte: A autora (2019)

As crianças através dos desenhos e do diálogo, após a contação de estória, mostram que compreendem a situação de exclusão e de múltiplas privações que a família vive e se identificam com a casa de João e Maria. Vale lembrar que, na estória contada, João e Maria estavam vivenciando situações de fome e abandono.

Em continuidade, algumas crianças não conseguem desenhar sua própria casa, e ao desenhar fazem referência à casa de algum familiar, “*Essa é a casa da tia*” (Branca de Neve, 8 anos). Não há sentimento de pertencimento em relação à moradia no prédio, por outro lado às crianças entendem que aquela moradia ainda não é definitivamente deles, sabem que estão lutando pela casa própria. A seguir é possível visualizar um dos desenhos que fazem referência a casa de parentes como se fosse sua:

Figura 16- Moradia de Branca de Neve: Casa da tia



Fonte: A autora (2019)

A luta pela moradia e a resistência para garantia desse direito é vista nas falas das genitoras. É importante observar os relatos, pois revelam o que as crianças vivenciam diariamente:

É muita luta [...] Eu não tô lutando para morrer na praia [...] Eu falo: eu passei de sol e chuva com os meninos, eu não vou nadar pra morrer na praia, não! [...]Qualquer um daqui faz tudo para ter sua própria moradia! Aqui é sofrimento[...]Qualquer coisinha que dá as pessoas querem desistir, eu não desisto não, eu vou ficar aqui até o final, só saiu daqui quando ela (umas das coordenadoras) chegar e falar que a gente perdeu e tem que sair, aí eu saiu. Por enquanto, enquanto ela tiver falando que a gente vai ficar, eu vou ficar (Genitora de Capitão e Homem Aranha).

Os dados do relatório de privações múltiplas da Unicef (2018) comentam a realidade mencionada pelas crianças e mostra que a precariedade do domicílio tem forte correlação com a renda familiar. Trata-se de um problema que afeta principalmente, embora não exclusivamente, os mais pobres. A privação em domicílio é maior no caso de crianças e adolescentes cujos pais e/ou mães têm baixa escolaridade, cujas mães estão desocupadas e cuja pessoa de referência (não a mãe) tem ocupação informal. Neste caso, ao contrário das dimensões anteriores, a ocupação informal das mães não se apresenta como condição mais desfavorável. Não obstante, é evidente que a probabilidade de viver em um domicílio adequado é maior quando mães e/ou pais estão inseridos no mercado de trabalho formal.

A infância vista na ocupação, através da exploração do material coletado, é percebida como muito consciente de suas condições socioeconômicas, das possibilidades de consumo e da não falsificação de sua realidade. As crianças contam o que tem e o que falta, revelando detalhes da situação de exclusão em que vivem: sem moradia digna; alimentação insuficiente; rodeados por lojas, porém não possuem poder aquisitivo para o consumo, entre outros.

5.6 Humor

O Humor social é um dos pilares para a resiliência comunitária como explica Ojeda (2005, p.51):

Entendemos por humor social essa capacidade de alguns grupos ou coletividades de “encontrar a comédia na própria tragédia”. É a capacidade de expressar em palavras, gestos, ou atitudes corporais os elementos cômicos,

incongruentes ou hilariantes de uma situação, obtendo um efeito tranquilizador e prazeroso.

Este aspecto é identificado nos relatos das crianças, elas comentam suas dificuldades e enfrentamentos em alguns momentos utilizando o humor. Falam com ironia e se permitem sorrir dos sofrimentos: *“Aquilo na pele de Mickey e Moana é só mijão de rato e barata”* (Poliana, 11 anos, relatando sorrindo das brotoejas encontradas em todo o corpo dos colegas) *“Ele está melhor que nós!”* (Dora Aventureira, 11 anos, na contação de estória do Tatu, contada no estudo-piloto, no momento em que o Tatu sai da toca para comprar frutas para a ceia). Ao se comparar com o Tatu, revela que comprar frutas é algo que está distante da realidade vivida pelas crianças, como se fosse um privilégio.

“Tia, ele chorou quando soube que não ia ter lanche” (Poliana, 11 anos, comentando sobre a atitude do irmão) Nos primeiros encontros expliquei a proposta das oficinas e disse que não seriam todos os encontros que teriam lanche. Porém, quando percebi que as crianças chegavam aos encontros com fome, sem estarem alimentadas e ansiosas pelo lanche, tive que alterar o formato dos encontros. Os lanches foram servidos em todos os encontros e logo no primeiro momento, hora do acolhimento.

Cyrulnik (2004) discute como o humor é utilizado pelas crianças, destaca que não é feito para brincar *“é feito para metamorfosear um sofrimento em episódio social agradável, para transformar uma percepção que machuca em representação que faz sorrir”* (p.83). Assim, uma criança que aprendeu a brincar com o medo, a rir dele e a fazer rir dele, utiliza sua pequena tragédia para fazer dela uma estratégia relacional. O afeto pode ter sido doloroso, mas a maneira de representá-lo ao contá-lo ou imitá-lo modifica o sofrimento e o transforma em sorriso. *“O aspecto relacional dessa representação psíquica, que transforma uma desgraça em prazer, é observado diariamente por ocasião do teatro familiar do humor pré-verbal”*. (p.82).

O autor também afirma que as crianças podem ser estimuladas pelas figuras de apego e podem, mais tarde, tornarem-se jovens mais criativos e os que mais divertem quando ocorrem episódios insólitos. Portanto, sorrir dos sofrimentos faz parte do processo de resiliência, uma vez que tenta fazer o insuportável ser aceito e representado de uma forma mais prazerosa.

5. 7 Religiosidade, fé e espiritualidade

A fé, espiritualidade e religiosidade como estratégia no processo de resiliência tem sido uma discussão recorrente, porém cada nomeação possui um conceito diferenciado, ainda que pareça tratar do mesmo recurso. O termo religiosidade faz referência à ligação do sujeito com uma religião e seus ensinamentos. A Fé e a espiritualidade não necessariamente precisam estar ligadas a uma religião. Chequini (2007, p. 113) discute os termos e sua relação com a resiliência e conclui:

A espiritualidade representa a alma da resiliência, enquanto disposição humana capaz de despertar o sentimento de unidade para com o próximo, com o mundo e com a natureza, permeando as inter-relações de afetos mais profundos, promovendo vínculos mais efetivos, capazes de desenvolver competências necessárias para resultados mais resilientes. A fé, a convicção de pertencer ao universo, de fazer parte de um propósito supremo, traz responsabilidades, sentido e significado para a existência e são capazes de dotar o indivíduo de dispositivos fundamentais no trato das adversidades.

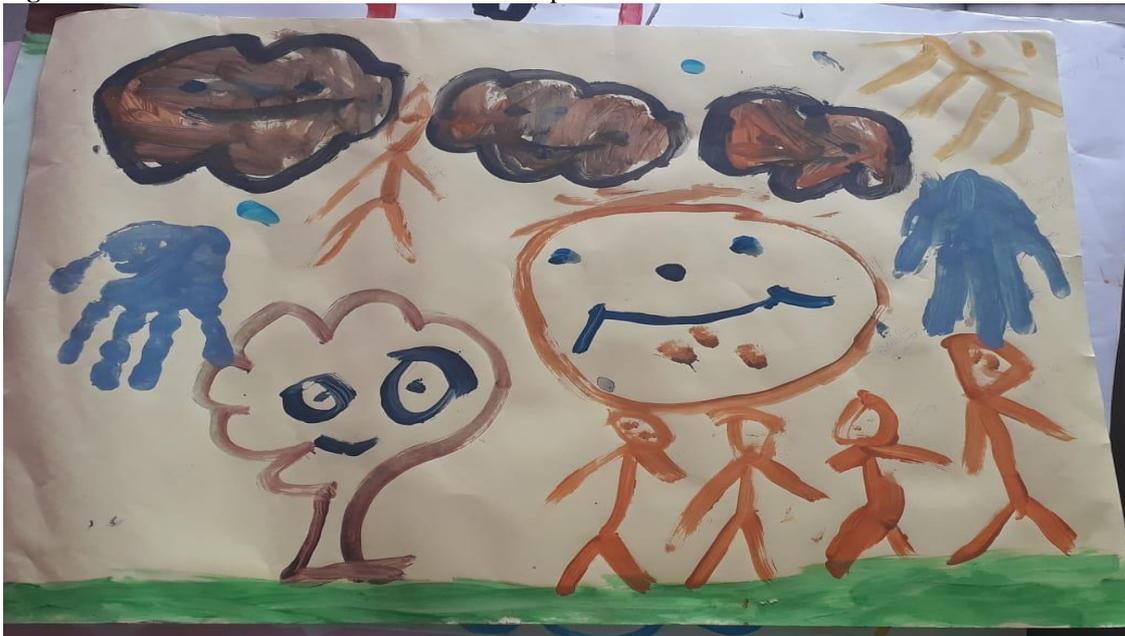
A autora cita Walsh (2005) que afirma que os sistemas de crenças são forças poderosas na resiliência, pois ao enfrentarmos as adversidades, extraímos significados dessas experiências e as vinculamos “ao nosso mundo social, às nossas crenças culturais e religiosas, ao nosso passado multigeracional e às nossas esperanças e sonhos para o futuro” (p.42) Os sistemas de crenças são identificados como a capacidade para ressignificar a adversidade dentro de uma perspectiva positiva de transcendência e espiritualidade.

Relatos de fé, espiritualidade e religiosidade foram observados nas entrevistas com as genitoras:

“E a situação ficou muito forte, e nós íamos para igreja” (Genitora de Frozen, se referindo à situação financeira que a família vivenciava).
-“Eu creio em Deus, e eu creio que a gente não vai sair daqui. Aqui vai ser nossa casa. Se não for aqui, que seja em outro lugar!” (Genitora de Capitão e Homem Aranha).
-“Ele fala: esse prédio vai cair ainda! Eu falo: menino vira essa tua boca pra lá, cai não! Vai orar!” (Genitora de Capitão relatando o diálogo com o filho).
-“Eu apelo muito assim pra Deus, às vezes estou muito angustiada. [...] Eu, eu creio que eu vou chegar onde eu quero, eu não quero riqueza, quero só ter força pra ir, assim, pra igreja levar meus filhos. Eu sei que meus filhos estão pequenininho, ainda tá em tempo de levar eles pra igreja, entende? Um lugar que encaminha para um lugar bom.” (Genitora de Poliana e Tarzan).

Nos desenhos, as crianças sempre faziam referência a Deus, como o que protege, transforma pessoas e como aquele que é importante para suas vidas. Na próxima figura a criança desenha as mãos de Deus sobre sua família:

Figura 17: As mãos de Deus sobre a família de Capitão



Fonte: A autora (2019)

As genitoras e as crianças não acreditam no amparo do Estado, por algum serviço, ou política pública, os seus relatos fazem referência ao auxílio divino e à busca por maior experiência religiosa. Comentam que vão à igreja e desejam ir com mais frequência, acompanhadas dos seus filhos. Nem todas as famílias participam efetivamente de uma instituição religiosa, mas sempre frequentam alguma reunião ou grupo de oração.

5.8 O brincar e os desenhos

Na infância é possível narrar as suas histórias através dos desenhos e do brincar, dando oportunidade à criança fazer a representação da sua subjetividade. Cyrulnik esclarece:

Quando a criança ferida não pode nem representar nem dizer as provações em que está imersa, permanece submetida às percepções que a martelam. É a pela representação que ela toma seu destino nas mãos. O que implica que o meio que lhe fornece alguns tutores de resiliência como um ouvido, um palco, um papel e lápis. O desenho, então, toma forma narrativa, em que a criança expressa e dirige a alguém seu mundo íntimo (Cyrulnik, 2004, p.195, grifo da autora).

Complementa explicando a função de metamorfosear o sofrimento através do desenho:

Desenhando o horror que me aconteceu, escrevendo a tragédia que se abateu sobre mim, fazendo-a ser encenada[...] Metamorfosiei o horror e, a partir de então, o que me habita já não é mais horror, é sua representação social que eu soube tornar bela a fim de que os outros os aceitassem e fizessem dele sua felicidade. Já não sou o cotidiano que sofre, torno-me aquele por meio de quem a felicidade chega (Cyrulnik, 2004, p.126).

As crianças da ocupação gostavam de se expressar através dos desenhos, as atividades eram realizadas conforme o interesse das crianças e sempre estavam disponíveis folhas de papel e lápis de cores, na mesa. Após e durante a realização dos desenhos, buscava explorar a subjetividade e a interpretação dos desenhos. Como Cyrulnik (2004) comenta, não são necessários muitos recursos ou elaboradas atividades, “basta dispor em torno do pequeno ferido alguns papéis, alguns lápis, um estrado, ouvidos e mãos para aplaudir, para que se opere a alquimia da fantasia” (p.126)

Assim, a frase: *“eu quero pintar!”* sempre era ouvida nos encontros, e como foi demonstrado nos tópicos anteriores, eles relatavam através dos desenhos suas vivências.

Houve relatos das crianças sobre a utilização do brincar, com intuito de elaboração de momentos tristes, como estratégia para lidar com os problemas:

- *Alguma coisa você pode fazer nesses momentos em que você fica triste? [...]* (Beatriz).
- *Brincar fora* (Poliana, 11 anos).
- *“É que minha mãe briga [...] Aqui* (aponta para o papel na parte do que poderia fazer) *depois eu vou brincar”* (Mickey, 7 anos)

O “Jogo do Contente” também foi mencionado para tentar enfrentar os problemas do cotidiano. Este jogo é uma maneira que uma personagem da literatura infantil apresentada em um programa televisivo - “Poliana” -, utiliza para tentar ver o lado aceitável e bom das dificuldades que ela enfrenta no seriado infantil. As crianças maiores (10 e 11 anos), assistem o seriado e tentam usar o recurso do jogo do contente, porém afirmam que nem sempre é possível, como é visto no diálogo com Poliana, 11 anos:

- *Nem tudo dá pra aceitar! [...]* *O jogo do contente é, por exemplo, naquela situação, a senhora me chamou de um nome, que eu não gostei, aí ela vê tudo por um lado bom das coisas, isso aí. É difícil, sabe? [...]* *É porque tudo que acontece com ela, ela vê pelo lado bom* (Poliana).
- *E nem sempre tem coisas que tem o lado bom?* (Beatriz)
- *É isso!* (Poliana)
- *Entendi! Então não dá pra resolver os problemas com o jogo do contente?* (Beatriz)
- *Não! [...]* *Mas deve ter outra solução.* (Poliana)

O Jogo do Contente não se mostra eficaz para resolução de todos os problemas segundo as crianças, mas a busca por alternativas também são mencionadas, revelando o movimento ativo por estratégias que se adequem a cada realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância vista na ocupação urbana Alcir Matos é permeada por situações de adversidades, com problemas oriundos da pobreza e exclusão social vivida pelos moradores. A luta das famílias não é somente por moradia, ainda que seja o principal objetivo do movimento social o qual fazem parte, os moradores lutam para sobreviver sem renda, educação, saúde e condições essenciais para o bem estar humano.

A luta por moradia segundo Severino, Brochado e Torres (2017) e o déficit habitacional está atrelado à discussão sobre a urbanização e ao processo de desenvolvimento, questões que alteram a dinâmica da sociedade, reforçam a desigualdade e a violação do direito à moradia digna para as minorias, uma vez que o acesso e a participação da cidade tornam-se um privilégio para poucos.

A comunidade pesquisada está inserida entre os não-privilegiados, devido a violação de direitos, mas apesar disso, muitos aspectos relacionados à resiliência foram observados, as crianças são conscientes da condição social que estão inseridas e buscam manterem-se ativas nesse processo de romper com as condições desfavoráveis em que vivem, o que desmistifica a ideia de que crianças vivem em um mundo paralelo, cheio apenas de fantasias e distante da realidade vivida.

A literatura estudada aponta que a resiliência possui aspectos importantes para serem analisados. Convém lembrar que os pressupostos teóricos da temática adotados nesta pesquisa, dialogam com a complexidade, onde a resiliência, embora manifesta como potencial em movimento por cada sujeito, é tecida nos processos sócio-históricos, relacionais, coletivos e comunitários, resultando na elaboração de recursos para enfrentamento de situações adversas cotidianas.

Na perspectiva epistemológica complexa da resiliência o potencial de enfrentamento identificado ao longo da permanência no campo de pesquisa favorece uma compreensão ampla dos fenômenos. Os aspectos relacionados são vistos como mutáveis, passivos de transformações e de conexões diversas, contextuais, considerando os sentidos, histórias de vida dos sujeitos e da comunidade envolvida, Assim, imbricação da comunidade com o movimento social por moradia popular, as vivências das crianças que ali residem, e o olhar sobre as estratégias de enfrentamento por elas utilizadas, me fez compreender que não se trata de crianças invulneráveis ou dotadas de algum recurso único, interno, inato ou aspecto intrínseco à personalidade: tais crianças reúnem em suas histórias singulares, histórias coletivas e comunitárias que, mesmo

diante de crises e situações como de pobreza, constituem um cenário resiliente sob o qual é possível responder de forma criativa, não-alienada, respondendo às violações com a potência de vida. Contudo, não significa que este potencial seja eterno, dado que os fatores que interagem e tecem a resiliência são múltiplos e constantes.

Como toda a pesquisa, este estudo traz potências e limitações. A impossibilidade de não se sensibilizar diante das realidades vistas, aspecto destacado por Sawaia (2001), foi visto como potência do estudo. A autora comenta que na perspectiva da ciência tradicional, a afetividade é vista negativamente, como obscurecedora da ‘verdade’ por trás do fenômeno. Do mesmo modo, a neutralidade seria vista como desejável. Contudo, nas reflexões científicas sobre desigualdade social, a autora, ressalta a importância de olhar positivamente para a afetividade, pois “a afetividade nega a neutralidade da reflexão científica sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza” (p.98). E como não se indignar com as condições sob as quais as crianças e suas famílias têm que conviver?

Entre as potencialidades do estudo, vale ressaltar, que as oficinas de contação de estória transcenderam ao que se esperava. A metodologia de contação de estórias mostrou-se muito eficaz, conseguiu alcançar os objetivos propostos, além de permitir adequações conforme as vivências das crianças e a realidade da ocupação. Acredito que, para esse campo de pesquisa, a escolha metodológica foi um ponto de destaque no presente estudo, pois facilitou a construção dos dados e a compreensão com maior amplitude da infância em uma ocupação urbana. Permitiu a participação efetiva das crianças e o reconhecimento delas como sujeitos, foi possível também observar os aspectos individuais e coletivos ao mesmo tempo, o movimento da fala de uma criança e das demais sobre determinada temática, fazendo com que o encontro se tornasse rico em obtenção de informações.

As oficinas foram mais do que seriam um espaço para identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas crianças. Mais que isso, tornaram-se um lugar de fala, de compartilhamento das angústias, conflitos vividos por suas famílias, lutos, perdas, separações, sonhos, e possibilidades de mudanças reveladas através das estórias, ainda não vistos pelas crianças. As crianças, no decorrer das oficinas, sentiram-se mais a vontade para expressarem seus conteúdos, e estes surgiram naturalmente, semelhante a uma terapia em grupo. Em contrapartida, é uma metodologia que demanda uma equipe

de assistentes de pesquisa, recursos para o trabalho em grupo e habilidades do pesquisador ou profissional, este precisa ser sensível para oferecer um ambiente lúdico e mais adequado para as oficinas.

No que tange as limitações do estudo, a relação estava também vista na dificuldade de lidar com o silêncio sobre aspectos que precisam ser falados e discutidos na comunidade. Existem questões que surgem no cotidiano da vida comunitária que precisam ser discutidas, a fim de buscar estratégias para solucionar os problemas. Calar ou negar conflitos dentro da comunidade, não resolve as demandas e ainda pode agravar as situações, como foi visto na ocupação. Algumas demandas, como casos de violência sexual infantil, foram relatadas, mas não tiveram a devida atenção dentro da comunidade e pela liderança.

A comunidade não fala do que ocorre dentro da ocupação por receio de sofrerem discriminação, assim não acessam outras instituições como Conselho tutelar, CREAS, entre outros. A “mordaza” na fala dos moradores gera mais sofrimentos, pois as demandas não têm a devida atenção e aqueles que não conseguem se calar são mal vistos no convívio comunitário.

A coordenação do movimento não apresenta recursos para resolução dos conflitos que surgem no dia-a-dia, são pessoas com muito engajamento social e desejo de lutar pelo objetivo maior, a aquisição da casa própria, porém nem todos têm formação superior ou até mesmo treinamento específico para liderança, que viabilize mecanismos para lidar com as situações que podem surgir dentro de uma comunidade. Os problemas se avolumam desencadeando discussões e brigas entre os moradores, e somente são amenizados pela polícia, por não ter alternativa, quando acabam em violência física e agressões.

O potencial para desenvolver mecanismos de enfrentamentos comunitários fica prejudicado, e aparece apenas em alguns casos isolados. Os moradores evitam falar e alguns até conviver com maior proximidade dos seus vizinhos, para que não gere mais problemas.

Enquanto pesquisadora com objetivos definidos e tempo para conclusão do trabalho, vi-me limitada a este papel, mesmo que houvesse a demanda de realização de intervenção com a comunidade sobre formas de lidar com as informações difíceis sem violar direitos dos moradores, e as maneiras de coordenar o movimento social, que tem se apresentado, em alguns momentos, centralizado e verticalizado.

Outra limitação do estudo foi à exiguidade do tempo para analisar todas as informações construídas no processo, foi feito pouco investimento ao material das entrevistas com os cuidadores. Apesar de terem viabilizado acesso às informações da história de vida da criança e da família, e oferecerem ampliação à complexidade da dinâmica da ocupação e da família, não foi explorado o potencial deste instrumento de modo mais efetivo.

Tendo por fim chegado ao final do estudo, considero que os objetivos foram alcançados. Em especial foi possível compreender os processos resilientes de crianças que compartilham histórias de adversidade, na Ocupação Alcir Matos. A comunidade ali residente sobrevive sem garantias ou qualquer assistência do poder público, os moradores estão habitando o prédio, pois não há outro lugar para residir, mas vivem com a incerteza do futuro, não sabem se serão removidos, relocados para habitações do programa Minha casa Minha vida, ou se terão a reforma do prédio. O futuro é incerto, enquanto isso continua a luta e resistência, almejando algo melhor.

As crianças possuem sua rotina do lar alterada pela dinâmica dos enfrentamentos comunitários cotidianos, como os problemas com a falta de água e energia, que são decorrentes das instalações improvisadas. Nesses momentos as crianças faltam à escola, precisam ir para casa de parentes, entre outros arranjos.

Os recursos por elas utilizados envolvem a capacidade de otimizar o que lhe é disponibilizado, como foram as oficinas de contação de estória, e os poucos recursos materiais. Também são favorecidas pelas vivências de um contexto de luta por moradia, que propicia reflexões e ativação da busca por mudanças em condições adversas. Por outro lado, permanece o desamparo social, não só nas questões coletivas, mas individuais, de cada família.

Quanto à formação de vínculos e redes de apoio, os moradores adultos da ocupação, nas entrevistas, mencionam as redes de apoio como principal fonte de suporte. Em contrapartida, as crianças indicam pessoas como principais fontes de apoio, revelando maior consideração à dimensão afetiva- relacional. Os vínculos mencionados pelas crianças foram: família nuclear e extensa, amigos vizinhos da ocupação e amigos de fora da ocupação, a mim e a equipe de pesquisa. As genitoras mencionaram: as instituições religiosas, família extensa, amigos vizinhos da ocupação e fora da ocupação.

As crianças também se mostram conscientes da condição social em que se encontram, buscam enfrentar seus medos, como os de ratos e baratas, e percebem-se como lutadoras e vencedoras, personagens principais de suas histórias, capazes de trazer transformações para si e para o ambiente em que estão inseridos. Manifestam potências na resolução de problemas, porém sentem-se limitadas em questões que envolvem intervenções maiores, que devem realmente ser realizadas pelos adultos ou pelo poder público.

Os processos de resiliência das crianças da ocupação diante de intensas adversidades vividas diretamente no cotidiano envolvem aspectos como: autonomia; criatividade e resolução de problemas; vínculos afetivos e redes de apoio; sentidos de propósito e futuro; consciência; humor perante as intempéries; religiosidade, fé e espiritualidade além do desejo de narrar suas histórias através do brincar, desenhos e jogos infantis.

Diante dessa realidade, a infância na ocupação Alcir Matos difere de outras, no que tange a inserção das crianças em um movimento político organizado, fator que proporciona ativação de potencialidades, como o de luta e resistência a situações adversas, juntamente com uma linguagem diferenciada das demais infâncias.

Todos esses aspectos demonstram a relevância em pesquisar as crianças inseridas nesse contexto de luta por moradia. Considero também a discussão importante para campos de pesquisa com situações semelhantes de pobreza e vulnerabilidade social, pois os achados da pesquisa não se restringem apenas a infância em ocupações urbanas, existem contextos em situações semelhantes.

A infância, em contextos permeados por processos de exclusão social, como o de ocupações urbanas, carece de estudos específicos sobre a temática, principalmente no que tange às pesquisas intervencionistas e de metodologias que acessem fenômenos de ordem coletiva e comunitária. Acredito que não podemos deixar de explorar tais campos, pois podem contribuir para maiores discussões e implantações de políticas públicas em conformidade com a realidade revelada pelos sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ANDREY, Alberto A. Psicologia na comunidade. *In*: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley(orgs) **Psicologia Social: o homem em movimento**. Brasiliense: São Paulo, 2004. 5ª reimpressão da 13ªed. de 1994,p.203-220.

ANGST, Rosana. Psicologia e Resiliência: Uma revisão de literatura. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 253-260, jul./set. 2009. Disponível: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/.../19509>. Acesso em: 16 de jan. 2018.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, J. M; MAHFOUD, M; GIARDONOLI- NASCIMENTO. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, maio-ago. Vol. 21, nº 49, p. 263-271, 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2011000200014&script=sci_abstract. Acesso em: 17 de jan. 2018.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 9 de jul. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Decreto Lei nº2848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-130-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro>. Acesso em 22 de jul de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, **Diário Oficial da União**, 12 dez. 2012.

CABRAL, Sandra S. **Resiliência: estratégias criativas de sobrevivência psíquica ao traumatismo insidioso de um cotidiano de adversidades**, 2013. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/artigos/artigos-ano-2013-1/resiliencias-estrategias-criativas-de-sobrevivencia-psiquica-ao-traumatismo-insidioso-de-um-cotidiano-de-adversidades-sandra-santos-cabral-ano-2013>. Acesso: 28 de jun. de 2019.

CABRAL, S. S; CYRULNIK. (orgs). **Resiliência: como tirar leite de pedra**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

CARITAS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>> Acesso em: 28 de set. de 2018.

CARVALHO, A. M. A; LORDELLO, E. R. Infância Brasileira e contextos de desenvolvimento: concluindo. *In*: LORDELLO, E. R; CARVALHO, A. M. A; KOLLER, S. H. **Infância brasileira e contexto de desenvolvimento**. São Paulo: Casa

do Psicólogo: Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.p. 231-258.

CASTRO, M. G. B. **Noção de criança e infância**: Diálogos, reflexões, interlocuções. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ. 2009. Disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

CHEQUINI, Maria C M. A relevância da espiritualidade no processo de resiliência. **Psic. Rev.** São Paulo, volume 6, n.1 e n.2, p. 93-117, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18059>. Acesso em: 4 de jul de 2019.

COHN, C. **Antropologia da criança**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

COIMBRA, R. M. Construindo resiliência por meio da participação em práticas culturais: aproximações teóricas com a psicologia cultural de Barbara Rogoff. *In*: COIMBRA, R.M; NORMANDA, A.M. **A resiliência em questão**: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção, p.37-55, 2015.

COSTA, Cláudia R B S F. **Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas**. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2007.

CYRULNIK, Boris. **Os Patinhos Feios**. Tradução: Monica Stahel. Coleção Pedagogia e Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O murmúrio dos fantasmas**. Tradução: Sônia Sampaio. Coleção Pedagogia e Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Resiliência: continuar a nascer . *In*: **Resiliência**: como tirar leite de pedra. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

CYRULNIK, Boris; CABRAL, Sandra. Resiliência: ações pela reinstauração de um futuro. *In*: COIMBRA, R. M.; MORAIS, N. A. (orgs) **A resiliência em questão**: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Artmed. p. 19-35, 2015 a.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K (org). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad.: Netz, Sandra R. Porto Alegre: Artmed, p.15-41. 2006.

DESLANDES, Suely F. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 14. ed.; Petrópolis: Vozes, p.31-50, 1999.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 127-153, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa.** 5ª ed. rev.ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. **Revisitando as Psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessárias à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Fundação João Pinheiro/ Diretoria de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2015.** Belo Horizonte: FJP, 2018.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. - 12. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

GOBBI, Maria A. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa**, Sorocaba-SP, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez.2016. Disponível em: www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/93. Acesso em: 16 de abr. de 2018.

GROTBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. *In:* MELILO, Aldo; SUAREZ, Ojeda E. N (orgs) **Resiliência:** descobrindo as próprias fortalezas. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, p.15-22, 2005.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. *In:* MELILO, Aldo; SUAREZ, Ojeda E. N. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.** Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, p.-23-38, 2005.

JULIANO, Maria C. C; YUNES, Maria A.M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo. Vol.17, n.3, jul.-set, p.135-154, 2014. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>. Acesso em: 17 de nov. de 2017.

JUNQUEIRA, M. F. P. S; DESLANDES, S. F. Resiliência e Maus tratos às crianças. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(1):227-235, jan-fev, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14923.pdf. Acesso em: 17 de jan. de 2018.

LANE, Silvia T M. Consciência/ alienação: a ideologia no nível individual. *In:* LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social:** o homem em movimento. Brasiliense: São Paulo, 2004. 5ª reimpressão da 13ªed., p.40-47, 1994.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. *In:* GUZZO, R. S. L.; LACERDA Jr., F.(Orgs.). **Psicologia Social para América Latina:** o resgate da Psicologia da Libertação. 2. ed., rev. Campinas, SP: editora Alínea, p.183-197, 2011.

MARTINS, G. A. Metodologia da investigação científica para ciências sócias aplicadas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATURANA, Humberto. Ciência e Cotidiano: a ontologia das explicações científicas *In: WATZLAWICK, Paul; KRIEG, Peter (orgs.). O Olhar do observador. Contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista. Campinas: Editorial Psy II. p.163-198, 1991.*

MELILO, Aldo; SUAREZ, Ojeda E. N. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.** Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENESTRINA, V; BEYER, M. A. O Lúdico: Uma forma de educar na educação infantil. **Revista de Divulgação Técnica-Científica do ICPG**, V.3, n.9,jul-dez, p.185-188, 2006.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 23ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2004.

MIRANDA, M. G.O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. *In: LANE, S.T. M; CODO, W.(orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, p.125-135, 2004.*

MORAES, M.L.Q. A estrutura contemporânea da família. *In: COMPARATO, M. C. M; MONTEIRO, D. S.F. (orgs) A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.17-27, 2001.*

MORIN, Edgar. 1921. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. São Paulo: Cortez ;Brasília, DF :UNESCO, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/.../44251432_Morin_os_sete_saberes_necessarios_a_educ a. Acesso em: 20 de jul. 2018.

MUNIST, et al. **Manual de identificação e promoção de resiliência em crianças e adolescentes.** Organização Panamericana Mundial de Saúde. Fundação W.K Kellogg.1998.

OJEDA, E. N. S. Uma concepção Latino-Americana: A resiliência comunitária. *In: MELILO, Aldo; SUAREZ, Ojeda E. N. Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.* Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, p.47-57, 2005.

OLIVEIRA, Luiz A. Biontes, Bióides e Borgues. *In: Novaes, A. (org). O homem-máquina. A ciência manipula o corpo. São Paulo: Cia. das Letras. p.139-173, 2003.*

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, v. 15, n.3; 375-388. Lisboa set. 1997. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311997000300002. Acesso em: 15 de maio de 2019.

OSTROWER, Faya. **Criatividade e processos de criação**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** - 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, p. 67-85, 2001.

PEÇANHA, D. L. Oficinas Literárias com Crianças em Risco Psicossocial. **Boletim Academia Paulista de Psicologia** - Ano XXVII, nº 1/07, p. 83-94. 2007. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415. Acesso em: 20 de abr. de 2018.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. v.40,n.141,set/dez. 2010.p.729-750.

ROCHA, M. L; AGUIAR, K.F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. Cienc.prof.**v.23,n.4, dez., p.64-73, 2003.

ROGOFF, Barbara. **A Natureza Cultural do Desenvolvimento Humano**. Artmed, Porto Alegre, p. 15 – 60, 2005.

ROSSETO, E. R. A; FREITAS, F. A; SILVA, N. A. Infância sem terrinha: a vez e a voz das crianças do MST. *In*: **Infância e movimentos sociais** / GEPEDISC - Linha Culturas Infantis, Vários/as autores/as. - Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, p. 119-133, 2015 Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

ROZEMBERG, LAILA B et al. Aspectos individuais e comentários associados à resiliência em adolescentes. *In*: COIMBRA, Renata M; MORAIS, Normanda A (orgs). **A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, p.125-149. 2015.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: ____ (org) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** - 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, p. 97-118, 2001.

SEVERINO, Elisete L., BROCHADO, Juliana M., TORRES, Sirlene de F. F. Ocupação Urbana e a luta por moradia: a organização social das ocupações. *In*: **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil, GT3- Família, Território e Redes sociais**, Minas Gerais, 2017. Disponível em: < <http://www.ppped.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Urbana-e-a-Luta-por-Moradia-a-organiza%C3%A7%C3%A3o-social-das-Ocupa%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

SILVA. Gisele C. R. F. **O Método científico na Psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa**. 2010. Disponível em: www.psicologia.pt > Conteúdos > Artigos > Investigação. Acesso em: 29 em nov. de 2017.

SILVEIRA, J. C. **Infância na Mídia**: sujeito, discurso, poderes. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000. Disponível em: http://www.radiofaced.ufba.br/twiki/pub/GEC/TrabalhoAno2000/infancia_na_midia.PDF. Acesso em: 7 de jul. de 2018.

SPINK, M. J., MENEGON, V. M., MEDRADO, B. Oficina como estratégia de pesquisa: articulações teórico- metodológicas e aplicações ético- políticas. **Psicologia & Sociedade**, 26 (1), p.32-43, 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf. Acesso em: 19 de abr. de 2018.

SUNDERLAND, Margot. **O valor terapêutico de contar histórias**: para as crianças. Trad. Carlos A. L. Salum, Ana Lúcia da R. Franco. São Paulo: Cultrix, 2005.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

UNMP. **Um pouco de nossa história**. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

VASCONCELLOS, Maria J. E. **Pensamento Sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 5. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n.44. p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/2144/1637>. Acesso em: 31 de jan. de 2018.

VYGOTSKI, L. S. **Formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 4ªed.1991.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social - 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, p. 16-26, 2001.

YUNES, M. A. M; SYMANSKY, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *In*: TAVARES, José (org.). **Resiliência e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p.13-42, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro das Oficinas de Contação de estória

As oficinas consistiram em apresentação de estórias infantis às crianças e atividades a partir da estória contada. Para isso, a seleção da estória de para cada encontro ocorreu conforme o interesse individual, grupal e segundo a apuração prévia do material, realizada pela equipe de pesquisadores, a partir da análise dos temas apresentados sob o enfoque da teoria da resiliência de Boris Cyrulnik. As estórias apresentadas nas oficinas possuem diversidade, consistem desde os contos clássicos aos contemporâneos, com objetivo de melhor identificação e exploração da subjetividade de cada participante.

As estórias serão apresentadas por temáticas, a fim de investigar aspectos da subjetividade, sendo que existem estórias que exploram diversas temáticas ao mesmo tempo, e podem conforme a imaginação e olhar da criança projetar diversos conteúdos internos. Os blocos temáticos serão os que exploram:

-Autoimagem²⁷: O patinho feio; Menina bonita do laço de fita; A aranha e o arco-íris; A orelha de limão; entre outros.

-Moradia e processos de exclusão²⁸: Os três porquinhos; A casinha do tatu; A menina que vendia fósforo; Cada um mora onde pode; Quero uma casa com janelas; A casa sonolenta ; Casa feia e João e Maria.

-Vínculos afetivos²⁹: O vestido Azul; Para onde vamos; A viagem e O menino Azul, entre outros.

-Adversidades cotidianas³⁰: Moana; Malala e Iqbal; A borboleta Azul e o Elefante caiu.

²⁷ DIAS, Cordélia A. (Adaptação). **O patinho feio**. Ilustração: Marília Pirillo. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

²⁸ MASSARINI, Mariana. **Os três Porquinhos**. Rio de Janeiro: Manati, 2013

²⁹ AYMONE, Sandra. **O vestido azul**. Disponível em: http://livro.educardpaschoal.org.br/upload/NossosLivros/ovestidoazul_site.pdf. Acesso em: 19 de jul.2018.

BUITRAGO, Jairo. **Para onde vamos**. Ilustrador: Rafael Yockteng, tradutor: Marcia Leite. São Paulo: Editora Pulo do Gato. 2009

SANNA, F. **A viagem**. Tradutor: Fabrício Valério. São Paulo: Editora Vergara e Riba. 2016.

MEIRELES, Cecília. **O Menino Azul**. Ilustrações: Elma. 3ª ed. São Paulo: Editora Global. 2013.

³⁰ **MOANA**. Disney livro ilustrado. Editora: Pé da Letra.2017.

WINTER, Jeanette. **MALALA uma menina corajosa**. Tradução: Silvia M. C. R. Rio de Janeiro: Versus Editora. 2015.

WINTER, Jeanette. **IQBAL um menino corajoso**. Tradução: Silvia M. C. R. Rio de Janeiro: Versus Editora. 2015.

HECK, Lenira A. (Júlia Vehuih). **A Borboleta Azul**. Ilustração: Adriana S. D. Lajeado RS: Editora Univates.2006.

ZIGG, Ivan. **O Elefante caiu**. Rio de Janeiro: Ediouro Lazer e Cultura. 2011.

Os encontros tiveram duração de aproximadamente 3 meses, totalizando cerca de 8 encontros- com duração aproximada de 2 horas- divididos inicialmente, em três momentos:

1-Aquecimento com músicas infantis e dinâmicas psicomotoras, a fim de agrupá-los e introduzi-los para o próximo momento.

2-Contação das histórias.

3-Diálogo a partir de questões norteadoras como:

O que vocês acharam da história?

O que vocês gostaram? O que vocês não gostaram?

Na história quem vocês gostariam de ser?

Como poderia ser a história? Vamos recontá-la?

4-Desenvolvimento de atividade que proporcione a exploração subjetiva de forma livre e espontânea. Com utilização de materiais como: lápis, canetas, giz de cera, papéis, massa de modelar e cartolina, visando o desenvolvimento de técnicas de imaginação ativa, ou seja, expressão, através de palavras, das impressões e sentimentos gerados pela estória relatada.

O formato dos encontros sofreu alterações mediante a dinâmica do grupo.

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista para os pais ou cuidadores

Dados Sócio Demográficos:

Nome:

Idade:

Sexo:

Estado civil:

Escolaridade:

Nacionalidade/naturalidade/ tempo de residência em Manaus:

Ocupação/ Profissão / atividade remunerada:

Renda individual:

Renda familiar:

Composição familiar:

Cuidador principal:

Pessoa com quem a criança tem maior vinculação:

Dados da Criança:

Nome:

Idade:

Série escolar:

Proveniente da comunidade Cidades da Luzes? Quantos anos tinha quando saiu de lá?

Escolaridade- Educação formal

- Desde que a criança entrou para escola, como tem sido? (adaptação, pertencimento, amizades, aprendizado, tem obtido algum tipo de dificuldade? processo de matrícula; como é realizado o transporte até a escola?).

Comportamento da Criança

- A criança fala/conversa com facilidade? Qual brinquedo(s) e atividade que ela gosta mais? Usa celular, tablet, computador, outros aparelhos? Quais? O que faz com esse equipamento? Ela interage com os colegas? A criança se identifica com algum personagem da literatura ou dos desenhos animados?

Rotina familiar

- Como é a rotina da família? São definidos horários? Se sim, de que forma? A criança tem alguma participação nas atividades da casa? Conta com apoio para realizar atividades como: higiene, alimentação e tarefas escolares? Se sim, que tipo de apoio?

Dinâmica da comunidade e o convívio com outras pessoas

-A criança tem contato com os moradores da comunidade Alcir Matos e vizinhos das adjacências da ocupação? Como é o convívio na comunidade? Existe algum tipo de ajuda dada a criança e família pela comunidade? A criança já teve algum tipo de dificuldade aqui na comunidade? Como resolveu? E na vizinhança? Como resolveu?

Questões relacionadas à moradia

- Antes de morar aqui, onde vocês moravam? Como era? Como era a vida/rotina da criança antes de vir para cá (antigas moradias)? A criança recorda dos eventos de remoção da antiga ocupação Cidade das Luzes? Ela comenta ou comentou algo a respeito da remoção? Ouve mudanças no cotidiano da família após se estabelecerem na ocupação Alcir Matos? Quais? Como tem sido o processo de aquisição de moradia pela família? Vocês costumam conversar com a criança sobre essa questão da moradia? Ela costuma perguntar ou comentar algo sobre morar aqui, ou sobre a mudança da Cidade das Luzes para a Alcir Matos?

Acesso aos serviços, saúde, cultura, esporte e lazer.

-Quando a criança adoece e precisa de atendimento especializado, o que é feito? Ela é levada a algum serviço? Qual? A criança realiza alguma atividade esportiva? O que a família gosta de fazer nas horas de lazer? Existem locais que a família ou criança visita, como praça/clube/parque?

Adversidades cotidianas

-O que o sr(a) considera como dificuldades na sua vida diária?

-Você poderia dizer Quais foram os momentos de dificuldades atravessados pela família? E pela criança? E como foram vivenciados pela família e pela criança?

-O que lhe ajuda a enfrentar os problemas do seu dia-dia?

APÊNDICE C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Prezada Senhora (o):

Esta pesquisa intitulada **Infância em Ocupação urbana: Reflexões sobre resiliência** tem como responsável Beatriz Débora P. S. Nascimento, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contactada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 2004, ou e-mail: beatrizdeb.psi@gmail.com. A pesquisa visa compreender os processos de elaboração resiliente a partir das estratégias de enfrentamento de crianças que compartilham histórias de adversidade, em uma ocupação urbana de Manaus e contribuir com a comunidade científica na discussão sobre a temática proposta. Solicitamos a colaboração da criança para a realização da pesquisa e participação em oito encontros grupais com tempo médio de 120 minutos, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome da criança será mantido em sigilo absoluto.

Caso ocorra vivência de desconforto na abordagem da temática ou havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço. A participação da criança se dará de forma voluntária, onde não será oferecido qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente da participação na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido. Para que seja possível a participação da criança, solicito sua autorização assinando abaixo, permitindo desta forma, que possamos coletar os dados e usá-los na pesquisa, para que possam ser publicados e apresentados em congressos.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometam o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não

neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

Se o (a) Sr. (a) aceitar que a criança participe da pesquisa, contribuirá para uma reflexão sobre a realidade vivenciada por diferentes crianças residentes em uma ocupação urbana, bem como possibilitar a visibilidade de suas formas de enfrentamento no atual cenário social.

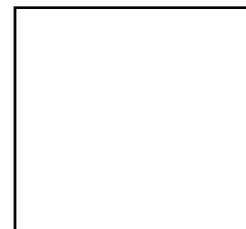
Consentimento pós-informação

Eu _____, RG _____, responsável pela criança _____ fui informado(a) sobre os objetivos e o porquê da participação da mesma acima descrito, nesta pesquisa e portanto, concordo em sua participação, sabendo que não teremos nenhum benefício financeiro, bem como que a qualquer momento a criança poderá sair da pesquisa sem que isso lhe acarrete prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim (responsável pela criança) e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Manaus/AM: ____/____/____



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do (a) Responsável

APÊNDICE-D- Termo de Assentimento para menores de 18 anos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

Convite para participação em pesquisa às Crianças da Comunidade Alcir Matos



Sou Beatriz Beatriz Débora P. S. Nascimento e junto com a minha professora Cláudia Regina Brandão Sampaio, quero convidar você para participar da pesquisa **Infância em Ocupação urbana: Reflexões sobre resiliência**. Essa pesquisa quer conhecer como é a sua vida aqui na Comunidade Alcir Matos e o que você faz na sua vida quando alguma coisa difícil acontece.

O nosso trabalho vai acontecer da seguinte forma:

- Vamos realizar encontros para contar histórias e todas as crianças que tiverem de 7 a 11 anos serão convidadas a participar;
- Vamos nos encontrar um dia por semana. Os encontros vão durar duas horas.
- Além de contar histórias, vamos conversar com as crianças e propor algumas atividades, como pintar e desenhar no grupo.
- Vamos usar um gravador quando estiver contando as histórias ou conversando sobre as atividades para que eu possa lembrar depois.
- Se você quiser conversar comigo ou com as pessoas que estiverem me ajudando e preferir que não seja gravado, você pode falar e nós paramos a gravação. E não precisa ficar preocupado (a), o que você quiser conversar com a gente é segredo e não vamos contar para ninguém sem a sem você concordar.

- Se em algum momento dos nossos encontros você preferir não participar mais, não tem problema. Você pode sair quando quiser. É só avisar para a gente.

Nós acreditamos que se você aceitar participar da pesquisa, vai ajudar a gente a entender melhor sobre como é a vida das crianças que moram em lugares parecidos com o seu. Conhecendo como é a vida aqui, é possível pensar e fazer coisas que ajudem a melhorar o que é preciso.

Se você tiver alguma dúvida ou não entender algo da nossa pesquisa, pode ficar à vontade para perguntar. Estamos aqui para responder todas as perguntas.

Para qualquer outra informação, você ou os adultos da sua família poderão entrar em contato comigo - pesquisadora Beatriz Débora P. S. Nascimento – ou com Cláudia Regina Brandão Sampaio pelo endereço: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300 (UFAM/Faculdade de Psicologia, mini-campus, bloco X) ou pelos telefones (92) 3305-1180, ramal 4127, (92) 99194-0323, (92) 9983-7026; ou ainda pelos e-mails: beatrizdeb.psi@gmail.com; claudiasampaioufam@hotmail.com. Poderá, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130/ (92) 3305-1181/ ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com. Obrigada pela sua ajuda.

Consentimento pós-informação

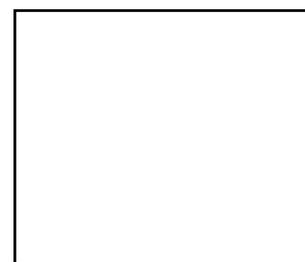
Eu, _____ fui informada sobre os objetivos da pesquisa e o porquê da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ter nenhum benefício financeiro e que posso sair a qualquer momento da pesquisa sem que isso acarrete em prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Assinatura da Participante

Manaus/Am: ____/____/____



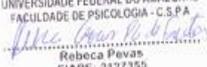
IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

ANEXOS

ANEXO A- Termo de anuência CSPA**TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa de mestrado intitulada: **"PROCESSOS DE CRIATIVIDADE, SUPERAÇÃO E INOVAÇÃO DOS RESIDENTES DE UMA OCUPAÇÃO URBANA: RESILIÊNCIA, MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ELABORAÇÃO DO TRAUMA"**. Pesquisa a ser realizada pelos acadêmicos Bruno Rudar Teixeira Vasconcelos e Beatriz Débora Pinheiro Santos Nascimento, sob orientação da Professora Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. Projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 14 de agosto de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA - C.S.P.A.

Rebeca Pevas
SIAPE: 3127355
Vice-Coordenadora

Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas
Psicóloga responsável

ANEXO B- Parecer do comitê de ética**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Processos de Criatividade, Superação e Inovação dos Residentes de Uma Ocupação Urbana

Pesquisador: CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08022819.5.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.168.605

Apresentação do Projeto:

Dentre os problemas relacionados aos processos de exclusão social, a luta pela moradia é vivida por uma parcela expressiva da população brasileira. Em 2015, o déficit habitacional brasileiro estava estimado em 6,355 milhões de domicílios, sendo 5,572 milhões em áreas urbanas e 783 mil na área rural. No ranking nacional, o Amazonas surge como o terceiro estado da Federação com maior déficit, o Pará em segundo e em primeiro o Maranhão (FJP, 2018). Obviamente as necessidades de grande parte das pessoas nesta condição transcende a questão da moradia, tendo que lidar cotidianamente com outras questões de cunho social. Todavia, exclusão e pobreza não são sinônimos, mesmo que haja estreita relação entre ambos. A pobreza é um fenômeno multidimensional. Não se constitui apenas como ausência de renda: fatores como as precárias condições de acesso aos serviços e, especialmente, a ausência de poder, leva a pessoas vivenciarem a condição de um status social de desvalorização e estigmatização (WANDERLEY, 2001; PAUGAM, 2001). A exclusão envolve uma complexidade de fatores, sendo a pobreza um deles. Este processo possui uma dimensão fundamental para os estudos: os processos de ordem psicossocial que estão implicadas na questão dos direitos sociais das populações pobres e excluídas. Neste estudo enfocaremos, em especial, vivências de exclusão tendo como referência o direito à moradia. O fenômeno de exclusão social abrange grande variedade de questões socioeconômicas e está presente em todos os países, independente de seus níveis de desenvolvimento (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011). A exclusão, assim, “guarda dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, envolvendo por inteiro o homem e suas relações com os outros e é parte constitutiva da inclusão” (ROSA, 2002, p. 3). Dentre os fenômenos relacionados à exclusão social temos os

“deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e a precariedade da vida humana” (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 20). De forma paralela, predominam retóricas baseadas num multiculturalismo ancorado em direitos humanos, produzindo “categorias sociais e políticas (...) criminalização e desumanização da pobreza” (p. 20). É sob esse viés que são abordados nas agendas e políticas, a questão dos deslocamentos populacionais, sejam àqueles ligados à remoção de territórios, seja de pessoas consideradas à margem do Estado. Iremos situar na presente pesquisa a Ocupação urbana Alcir Mattos, escolhida dentre outras pelo fato de que esta teve início com a remoção involuntária dos moradores da Cidade das Luzes e culminou na ocupação de um prédio pertencente à União, no centro da cidade de Manaus. A comunidade Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015 e ficava localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. A Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), a área ocupada trata-se de uma área de proteção ambiental (APA). Durante o ano de 2015, a permanência das famílias na área é atravessada por tensões e conflitos com o poder público. Desde o início da criação da Comunidade, existem relatos da retirada forçada de famílias pela polícia; representantes da comunidade e moradores mobilizaram-se nas ruas solicitando aos agentes do Estado ações de urbanização no local. Além disso, uma operação policial foi realizada no local, sob a suspeita de tráfico de drogas e crimes ambientais estar sendo praticados. O poder público, não acolhendo quaisquer demandas da comunidade e contrariando a Defensoria Pública do Estado, em dezembro de 2015, convocou em torno de 700 policiais, e ordenou a violenta remoção forçada das famílias do local. Após remoção e desamparadas pelos agentes públicos, mas acompanhadas por movimentos sociais de luta por moradia e terra, essas famílias ocuparam dois prédios no centro da cidade de Manaus: a antiga Casa do Estudante da UFAM e um antigo prédio pertencente à Receita Federal e permanecem lá até o presente. Podemos dizer que este tipo de mobilidade – desapropriação, ocupação – comporta uma dimensão de violência tal como definida por Chauí (1998) apud Domingues e Rosa (2014) como “(...) toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viola interna ou externamente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural” (p. 117). As pessoas ou grupos que sofrem esse tipo de violência podem ser aquelas das vidas secas (Rosa, 2004), ou seja, “pessoas vivendo em situação de miserabilidade, adolescentes em conflito com a lei, pessoas que passam por experiências desenraizantes – imigrantes, migrantes não documentados, refugiados”(p. 2). Sob outra perspectiva, trata-se de pessoas que têm a condição de sujeito interrompida e que são assujeitados a discursos que os empurram ao silêncio e marginalidade. Ao longo de várias escutas das vidas secas, particularmente de jovens da periferia de São Paulo e migrantes, Rosa (2002) constata, como efeito da pobreza e da exclusão social nos sujeitos inseridos no cenário contemporâneo da desigualdade socioeconômica:(...) uma resistência à escuta desses sujeitos, indicando nesse ponto a apatia, a solidão e o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático (p. 1). Uma das macas da atualidade, além dos avanços tecnocientíficos, é a exclusão, de muitos, do acesso aos bens e às modalidades de reconhecimento e pertencimento e, em alguns casos, o desamparo

social, referido por Rosa (2002) como o impedimento ao “acesso efetivo dos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)” (p.01). A autora também chama a atenção, ao evocar Bourdieu, para a violência simbólica, esta entendida como aquilo que perpetua e mantém os sujeitos submissos ao discurso dominante, legitimando lugares sociais marginais, o que provoca, muitas vezes, o conformismo ou respostas bruscas de violência. A condição de não possuir moradia insere-se, pois, no contexto do desamparo social e da violência simbólica. O direito à moradia está relacionado majoritariamente, entre as formas de aquisição habitacional, à possibilidade de compra de uma propriedade privada. Este aspecto está ligado ao poder de consumo, no qual as pessoas de baixa renda encontram dificuldades, devido à situação socioeconômica em que vivem e ao desamparo do estado, na ausência de políticas públicas dirigidas às questões relacionadas à habitação. Nesse cenário de exclusão social e luta pelos direitos garantidos por lei, especialmente o direito a moradia, a psicologia pode contribuir com a discussão dos aspectos psicossociais envolvidos, considerando as questões sociais e históricas que dão origem aos processos de exclusão através da compreensão das vivências em uma perspectiva de produção de sentidos dada pelos atores envolvidos, observando também os desdobramentos ligados à construção da identidade, os papéis desempenhados pelos sujeitos, e os mecanismos utilizados para enfrentamento das situações adversas cotidianas, entre outros. É notório que os processos de exclusão são complexos, provocam impactos sobre a subjetividade dos sujeitos e grupos atingidos, e estão relacionados a discriminações e ao sofrimento ético-político. Sawaia (2001) afirma que “o sofrimento-ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (p.104, 2001). No contexto Latino Americano, em que as desigualdades produzem modos de vida que promovem sofrimento ético, a psicologia não pode voltar-se a questões apenas intrapsíquicas e individuais das vivências dos sujeitos, mas também pode contribuir com a compreensão e fomento de estratégias de enfrentamento às vivências dolorosas, através da promoção de potência de resistência à destruição – resiliência -, tanto individual quanto coletiva. Sobre a resiliência, vale destacar, que tem se apresentado como tema controverso, usado com restrição ou excluído enquanto possibilidade conceitual analítica em vários estudos realizados por autores de orientação crítica. Por ser um constructo com muitas definições, de origens e ênfases diferentes, utilizado por abordagens diversas, muitas vezes relacionando-a a um dispositivo de adaptação que conformaria pessoas e populações sob processos de exclusão a permanecerem nas condições em que se encontram, enquanto buscam recursos para não sucumbirem a estes processos. Esta compreensão não só tem sido apontada como a-crítica e descolada das leituras de contexto social, como também reduz a complexidade da problemática do enfrentamento e superação das adversidades muitas vezes ao nível intrapsíquico. Por isso, seu uso tem sido criticado pelos que discutem os processos sociais que impõem a exclusão a determinados grupos. Contudo, o modo reducionista e individualizante de compreensão da resiliência não é a única possibilidade de compreendê-la. Historicamente os estudos que enfocando a resiliência como fenômeno psicológico emergiram com força por volta de 1970 e têm crescido muito. As diferentes perspectivas a seu respeito refletem o momento histórico da pesquisa, o lugar de origem dos

estudos e a visão epistemológica dos pesquisadores. Na atualidade, há estudos que têm se voltado para uma compreensão complexa deste fenômeno, ainda que muitas pesquisas estejam centradas em perspectivas que vislumbram aspectos mais individuais e adaptativos, pouco integrando seus achados aos processos de transformação social. Autores críticos que assumem compromisso com a transformação social vêm apresentando diferentes perspectivas da resiliência. Na América Latina, por exemplo, Aldo Melillo e Elbio Nestor Suárez Ojeda, desenvolveram estudos no âmbito social, comunitário e escolar (2005). Na França, destaca-se a obra de Boris Cyrulnik (2004, 2005, 2015a, 2015b) que, a partir da abordagem psicanalítica imbricada com os processos sociais, apresenta a resiliência enquanto constructo que se liga ao movimento ativo, na busca por romper a cadeia de repetições imobilizadoras, após ou em meio a situações, experiências ou ambientes traumáticos, utilizando-se do circuito relacional, o sujeito consegue instaurar um campo de forças favorável e libertar-se do sofrimento e do isolamento (CYRULNIK; CABRAL, 2015a, 2015 b). Outro autor latino-americano de destaque contexto latino-americano no que se refere às questões de subjetividade associadas às desigualdades sociais, é o salvadorenho Ignacio Martín-Baró (1842- 1989) Ainda que não faça uso do termo 'resiliência', aborda de maneira próxima o que considera ser o maior compromisso da psicologia Latinoamericana, a saber: Descentrar sua atenção de si mesma, despreocupar-se com seu status científico e social e propor-se a um serviço eficaz para atender as necessidades das maiorias populares [...] E, hoje, a questão mais importante que confrontam as grandes maiorias latino- americanas é a situação de miséria opressiva, sua condição de dependência marginalizante que lhes impõe uma existência inumana (p.191, 2011). A compreensão das necessidades das maiorias populares em relação à moradia e a contribuição que a psicologia pode oferecer aos mesmos, envolvem os processos de enfrentamento das adversidades que as pessoas em diversos contextos vivenciam. Cabral e Cyrulnik (2015b) colaboram na temática da resiliência, mencionando que os estudos realizados no Brasil apontam a necessidade da elaboração da questão resiliência articulada às características socioculturais, em especial dos grupos expostos a uma situação de desamparo social, que produz uma rede de microtraumas cotidianos, agravados pela banalização e pelo sentimento de impotência provocado diariamente por adversidades diversas. Em trabalho de intervenção clínica desenvolvido com uma comunidade de Porto Alegre que sofreu processo de reassentamento acerca de 20 anos, e que vive em condições de extrema precariedade e exclusão, Soares, Susin e Warpechowski (2012) relatam falas carregadas de angústia e com certo tom de exílio, "na medida em que faziam referência a uma distância, a um lugar muito longe" (p. 167). Em pesquisa desenvolvida por Domingues e Rosa (2014), ao investigar como militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano, destacam, dentre as dificuldades enfrentadas por eles, a humilhação social como a principal forma de violência sofrida. Dialogando com a psicologia social e comunitária, vem sendo produzidas pesquisas numa esteira que sustenta um campo teórico, epistemológico, metodológicos e interventivo em torno da psicanálise clínico-política, a qual que leva em conta "as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de seus processos em contextos de exclusão e violência" (ROSA; BERTA; CARIGNATO; ALENCAR, 2009, online). Destacamos principalmente os trabalhos de Miriam Debieux Rosa, colaboradores e o Laboratório Psicanálise e Sociedade do Instituto de Psicologia da Universidade de São

Paulo. Das pesquisas encontradas, ressaltamos as de Rosa e Poli (2009), que apontam para “a fragilização do registro da experiência e sua incidência na lógica do poder/violência” (p. 5) e de Rosa; Berta; Carignato e Alencar (2009) onde são formuladas as bases de um trabalho “centrado na clínica do traumático mais do que na clínica do sintoma e focaliza as particularidades da escuta psicanalítica nesses contextos, assim como as intervenções coletivas” (online); Rosa e Tatit (2012) discutem isolamento e solidão a partir de atendimentos psicanalíticos de migrantes; Domingues e Rosa (2014) investigam “como os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano” (p. 115). Os exemplos acima, além de exporem a relevância e potencialidade do olhar científico para a temática das ocupações urbanas, poder situar a singularidade da comunidade Alcir Matos (grupo de nossa pesquisa), pois ela se aproxima, ao mesmo tempo em que se distancia dos exemplos: trata-se de uma comunidade que foi removida à força de um território, mas a qual não encontrou políticas públicas de reassentamento e, ao mesmo tempo, constitui-se em uma comunidade que, diante do contexto de desamparo e necessidade, apresenta movimentos de força coletiva de resistência, criatividade e inovação para dar continuidade às demandas existenciais e cotidianas. Segundo Cyrulnik (2015b), uma das ferramentas que permite o trabalho de resiliência é a narração. E para Martin-Baró trata-se do resgate histórico. Para a psicanálise, é na fala que se encontra a possibilidade de elaboração dos processos psíquicos. Através da fala, narrativa ou do resgate histórico, o sujeito fala das lembranças traumáticas, encontra sua potência e pode elaborar novos sentidos. Cyrulnik explica que a narrativa é o método que todos empregamos e que permite construir um sentido para os acontecimentos de nossa vida. Sem a construção de narrativas para nossa história, somos bombardeados pelas informações sem sentido às quais reagimos com ações confusas. Mas quando podemos emprestar alguma lógica ao que aconteceu, compreender de onde vem a agressão, como aprendemos a reagir e como esperamos viver o futuro, então, nos tornamos capazes de dar sentido aos acontecimentos (p.6). Juntamente com a narrativa, Cyrulnik (2005) destaca a importância dos elementos presentes no contexto cultural que permitem ancorar ou transformar a narração, despertando sentidos à vivência traumática de modo a reconstituir as representações de imagens e de palavras, desde um estado confuso em que não se pode decidir nada porque não se compreende, para uma visão mais clara dos acontecimentos. O autor também esclarece a importância de pertencimento a um contexto socializado em detrimento de isolamento social, pois o sujeito isolado e restrito afetivamente deixa de usufruir dos mecanismos que o meio pode proporcionar para a elaboração das lembranças. Nesse sentido, os estudos sobre resiliência tem comprovado a importância do contexto relacional e do apoio encontrado nos grupos de convivência disponíveis na comunidade, como os que se organizam nas igrejas, escolas, em atividades esportivas, associações de bairros, entre outros. Estes ajudam a elaborar ferramentas para que se tenham recursos a fim de transpor o momento de crise. Os recursos são, pois, disponibilizados no âmbito das relações, e não na dimensão individual. As estratégias focadas na relação do sujeito com o seu entorno social são de fundamental importância nesse estudo. Ojeda (2005) comenta que o esforço coletivo nas comunidades latinas é uma grande tradição de solidariedade social para responder a situações de emergência, por isso os estudos latino-americanos em resiliência possuem maior foco no coletivo em detrimento da investigação na observação de casos individuais. É, pois, no eixo da

reflexão sobre a exclusão social e dos processos subjetivos que envolvem a condição da vulnerabilidade socioeconômica, aliando autores da perspectiva latinoamericana e francesa sobre resiliência e psicologia comunitária e autores da psicanálise clínico-política que fundamentamos a necessidade de ouvir as narrativas dos moradores da Comunidade Alcir Matos no que se refere aos processos de criatividade, superação e inovação dos residentes de uma ocupação urbana – crianças e adultos -, enfocando o cotidiano no contexto da luta pelo direito à moradia. Neste sentido, elaboramos as seguintes questões problematizadoras que nortearão o presente projeto: a escuta ancorada na perspectiva clínico-política constitui em um modo possível de restituir o campo de significantes através do qual se possa conhecer os aspectos subjetivos decorrentes da questão da luta por moradia, bem como os processos de criatividade e superação das adversidades cotidianas dos moradores da Comunidade Alcir Matos? E como as crianças que compartilham histórias de adversidade, residentes nesta ocupação urbana, constroem suas estratégias de enfrentamento? Dessa forma, em continuidade a discussão no âmbito da psicologia, o estudo visa contribuir para a compreensão dos aspectos psicossociais que envolvem os processos de exclusão, para o uso de uma concepção socialmente orientada do construto resiliência e da clínica-política para a promoção de estratégias de enfrentamento em contexto de luta pelo direito à moradia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer e compreender os processos de organização comunitária, superação e modos de subjetivação frente aos processos de exclusão e violência vivenciados por residentes – adultos e crianças - de uma ocupação urbana na cidade de Manaus.

Objetivo Secundário: - Conhecer a história e a organização da Comunidade Alcir Matos, a partir das narrativas de seus moradores;

- Compreender as vivências das crianças no que tange às estratégias de enfrentamento relacionadas à resiliência a partir da narrativa de crianças que compartilham histórias de adversidade em uma ocupação urbana de Manaus;

- Conhecer como as pessoas (adultos) que experienciaram remoção involuntária da Cidade das Luzes e atualmente integram a Comunidade Alcir Matos, vivenciam o cotidiano em uma ocupação urbana, a fim de compreender a organização comunitária, os processos de superação e a dimensão sociopolítica das adversidades enfrentadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Toda pesquisa poderá, a despeito dos cuidados tomados pelos pesquisadores, ocasionar algum risco. Visando minimizar estas possibilidades e atender às exigências éticas e científicas fundamentais: submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa, este projeto foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resoluções 466/12. Portanto, inclui todos os termos, assinaturas e documentos necessários, além de descrição rigorosa dos procedimentos a serem adotados, assegurando no TCLE a confidencialidade e privacidade dos dados. Referente aos riscos de participação em pesquisa, compreende-se a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano (BRASIL, 2012). Os riscos do presente estudo estão relacionados mais à possibilidade de

mobilização subjetiva pelo envolvimento com a temática apresentada. Assim sendo, caso ocorra constrangimento e desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, será realizado pelos membros da equipe de pesquisa um primeiro atendimento psicológico imediato, dado que todos possuem formação e registro no Conselho Regional de Psicologia que assegurem tal atendimento, e em seguida, será disponibilizado um encaminhamento para atendimento gratuito no Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), localizado na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I - CEP 69077- 000, Faculdade de Psicologia, conforme termo de anuência do serviço (ANEXO II) Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá a indenização aos participantes (cobertura material), em reparação ao dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigido dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente, quando os mesmos ocorrem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, pois não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução e tela e nem na Resolução 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, uma vez que não há definição da gradação de risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios: Sobre os benefícios da pesquisa, os quais são proveitos diretos ou indiretos, imediatos ou posteriores, auferidos pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação nesta pesquisa (BRASIL, 2012), destacamos os possíveis ganhos subjetivos, como a reelaboração de vivências dolorosas, fortalecimento de identidade, da autonomia, entre outros.

Também é contemplada a devolução dos achados da pesquisa à comunidade, de modo que estas possam se apropriar do conhecimento do qual foram participantes na construção, como dispositivo de reconhecimento e de empoderamento acerca de sua realidade. Vislumbra-se que os resultados da pesquisa possam auxiliar a comunidade e seus membros na organização das formas que considerem mais adequadas para viver e lutar por seus direitos sociais. As crianças serão também estimuladas pela atividade lúdica que proporciona estímulo a leitura, facilita o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa socialização, comunicação, expressão, autoestima, e explora a criatividade e construção do conhecimento (MENESTRINA; BEYER, 2006). Proporcionar a escuta das crianças em investigações científicas é reconhecer a importância desta fase peculiar de desenvolvimento, a qual requer maior proteção e cuidado do estado e da sociedade em geral. Como sujeitos de direito, deve ser dado a elas a possibilidade de poderem verbalizar e demonstrar que participam ativamente dos processos ocorridos em suas vidas. Como sujeitos, podem ser ouvidos e compreendidos, indo contra, portanto, a ideia de que as crianças não podem falar, ou não possuem capacidade para verbalizarem sobre suas vivências. Os adultos vivenciarão um processo dialógico no qual é possível apreender modos de participação de escuta grupal, o que pode se constituir em um dispositivo útil nos processos comunitários. A estratégia metodológica baseada na psicanálise marca sua diferença por portar uma dimensão singular de sujeito, dando reconhecimento à sua palavra. Na história de seu movimento, a psicanálise, em contextos fora dos da clínica, recebeu diferentes denominações (ROSA & DOMINGUES,

2010; COELHO & SANTOS, 2012; MEZÊNCIO, 2004; NOGUEIRA, 2004; SILVA, 2013). Em Freud, ela é denominada psicanálise aplicada; em Lacan, psicanálise em extensão; em Laplanche, psicanálise extramuros (ROSA & DOMINGUES, 2010). As autoras esclarecem, referindo-se à Elia (2000), que “toda pesquisa em psicanálise é uma pesquisa clínica, não por utilizar a clínica como campo, mas por ser a clínica a forma de acesso ao sujeito do inconsciente” (p. 182). Ou seja, alcançar esse sujeito pressupõe reconhecê-lo como sujeito social: “ao reconhecer um sujeito, já nos instalamos na clínica” (BARUS-MICHEL, 2004, p. 67), e portanto, promoção de sua condição de sujeito. Outro benefício possível é que a pesquisa, ao trazer dados sobre a subjetiva de crianças e adultos em contextos de Ocupação Urbana, pode contribuir para discussão e aprimoramento das políticas públicas voltadas a estas populações.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e científica.

O tema é atual. Os objetivos estão bem definidos e o caminho metodológico encontra-se bem delimitado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto – apresentada

e adequada; TCLE –

apresentado e adequado;

Projeto – apresentado e

adequado; Instrumentais –

apresentados e adequados;

Termo de Assentimento – apresentado e

adequado; Termo de anuência do CSPA –

apresentado e adequado;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora apresentou todos os documentos e instrumentais necessários, em conformidade com as resoluções 266/2012 e 510/2016..

Diante do exposto, considera-se que o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1121057.pdf	12/02/2019 21:59:41		Aceito
Outros	INSTRUMENTO3RoteiroTemasParaGrupos.pdf	12/02/2019 21:58:46	CLAUDIA REGINA BRANDAO	Aceito

			SAMPAIO FERNANDES DA	
Outros	INSTRUMENTO2RoteirodeOficinasInfantis.pdf	12/02/2019 21:55:39	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO1FormularioParaPais.pdf	12/02/2019 21:55:16	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCLAUDIASAMPAIO.pdf	12/02/2019 21:30:00	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoClaudiaSampaio.pdf	12/02/2019 13:16:29	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAssentimentoParaMenores.pdf	12/02/2019 12:09:23	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEparaResponsaveisPelasCrianças.pdf	12/02/2019 12:09:04	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEparaParticipantesAdultos.pdf	12/02/2019 12:08:49	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaDoCspa.pdf	07/02/2019 12:03:56	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaDaComunidade.pdf	07/02/2019 12:02:45	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 25 de
Fevereiro de 2019

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))